SONAECOM

Relatório e Contas Consolidadas

1T11

Nota: A informação financeira consolidada contida neste reporte é não-auditada e está baseada em Demonstrações Financeiras preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IAS/IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), tal como adoptadas pela União Europeia.

Índice

0. Mensagem de Ângelo Paupério, CEO da Sonaecom 3
1. Resultados Consolidados 4
2. Optimus 6
    2.1. Negócio Móvel da Optimus 6
        2.1.1. Indicadores Operacionais 6
        2.1.2. Indicadores Financeiros 7
    2.2. Negócio Fixo da Optimus 9
        2.2.1. Indicadores Operacionais 9
        2.2.2. Indicadores Financeiros 10
3. Software e Sistemas de Informação (SSI) 11
    3.1. Indicadores Operacionais 11
    3.2. Indicadores Financeiros 12
4. *Online* e *Media* 13
5. Principais Desenvolvimentos Regulatórios no 1T11 14
6. Principais Desenvolvimentos Corporativos no 1T11 15
7. Eventos Subsequentes 16
8. Apresentação de Resultados 1T11 - Anexo 17
    8.1. Demonstração de Resultados Consolidados da Sonaecom 17
    8.2. Balanço Consolidado da Sonaecom 18
    8.3. FCF da Sonaecom 19
    8.4. Colaboradores 19
    8.5. Demonstração de Resultados da Optimus 20
    8.6. *Online* e *Media* 21
9. Informação Financeira 22
    9.1. Demonstrações Financeiras Consolidadas da Sonaecom SGPS 22
    9.2. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas 30
    9.3. Demonstrações Financeiras Individuais da Sonaecom SGPS 78
    9.4. Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais 85

- **Volume de Negócios de 215,8 milhões de euros**
- **EBITDA de 50,0 milhões de euros**
- **EBITDA-Capex Operacional de 31,9 milhões de euros**
- **Resultado Líquido de 13,7 milhões de euros**
- **FCF a atingir 2,6 milhões de euros e Rácio da Dívida Líquida face ao EBITDA de 1,5x (excluindo o pagamento extraordinário de IVA a recuperar)**

Mensagem de Ângelo Paupério, CEO da Sonaecom

Os sólidos resultados da Sonaecom no primeiro trimestre deste ano reforçam, de forma inequívoca, a confiança na estratégia que delineámos e evidenciam a capacidade de execução da nossa equipa.

No contexto macroeconómico que atravessamos, em plena fase de lançamento da intervenção externa na economia do país, novas medidas de austeridade têm sido anunciadas, com reflexos em todos os sectores de actividade.

Na Optimus, no actual ambiente de contenção do consumo, considerando o peso significativo que as telecomunicações representam nos orçamentos familiares e a importância que pessoas e empresas atribuem à necessidade de comunicar, acreditamos que as melhores propostas de valor terão uma relevância ainda maior, reforçando a resiliência da nossa operação, num sector já de si resiliente. Graças, também, à contínua optimização da nossa estrutura de custos, em resultado do plano de eficiência operacional que temos vindo a implementar, melhoramos a margem de rentabilidade que se traduziu no crescimento do EBITDA de cerca de 4,9%, de 47,1 milhões de euros para 49,4 milhões de euros.

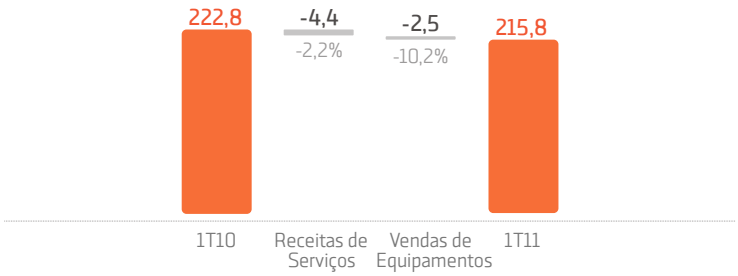
A SSI (Software e Sistemas de Informação) continuou a expandir a sua presença internacional. A WeDo Technologies prosseguiu com a implementação da sua estratégia de crescimento, procurando reforçar a liderança mundial no segmento de Revenue Assurance em telecomunicações, complementando o seu portfólio com soluções de gestão de fraude e alargando a abrangência das ofertas a novos sectores de actividade.
Já em Abril de 2011, a WeDo Technologies assinou um contrato com o grupo Turkcell para implementar o seu *software* de *business assurance* RAID® em todo o grupo, com o objectivo de evitar perdas de dados e perdas nas receitas, provenientes de inconsistências nos sistemas de suporte do negócio e plataformas de rede.

Ao longo de 2011, estaremos atentos às oportunidades que possam surgir e continuamente empenhados em estabelecer a Optimus como o melhor operador integrado de telecomunicações em Portugal, confiantes de que a nossa rentabilidade irá manter um comportamento favorável, à semelhança do registado no primeiro trimestre do ano.

1. Resultados Consolidados

Volume de Negócios

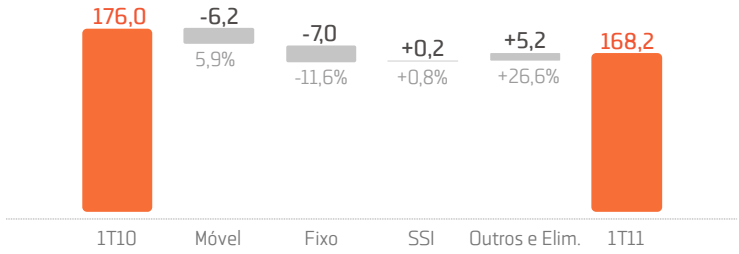
O Volume de Negócios Consolidado ascendeu a 215,8 milhões de euros no 1T11, 3,1% abaixo do nível registado no 1T10. O aumento de 1,3% nas Receitas de Clientes no Móvel e o aumento de 14,9% nas Receitas de Serviços da SSI não compensaram, totalmente, a redução de 10,2% no nível de Vendas de Equipamentos. Esta última, devido, principalmente, ao término do programa e-iniciativas, e a redução de 10,1% no nível de Receitas de Operadores da Optimus (como resultado de menores Tarifas de Terminação Móvel e tarifas reguladas de *roaming-in*).



Custos Operacionais

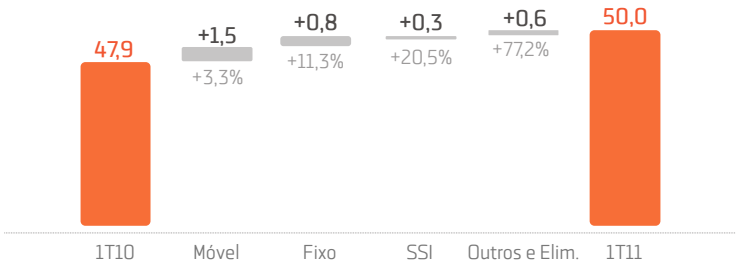
Desde 2009, a Optimus tem desenvolvido um plano de optimização, com o objectivo de criar eficiências em toda a organização e os nossos esforços têm vindo a produzir resultados, trimestre após trimestre. No 1T11, o total de Custos Operacionais diminuiu 4,4% face ao ano anterior, para os 168,2 milhões de euros e representa actualmente cerca de 76,8% do Volume de Negócios Consolidado.

É de notar que, entre o 1T10 e o 1T11, os Custos Operacionais, excluindo provisões, como percentagem do volume de negócios, diminuíram 1,9pp. Isto reflecte, claramente, os efeitos positivos das nossas medidas, que assumem ainda mais importância dada a tendência de evolução da linha de Receitas Consolidadas.



EBITDA

O EBITDA Consolidado aumentou 4,3%, para 50,0 milhões de euros, com todas as unidades de negócio a demonstrarem uma performance positiva. A margem EBITDA foi de 23,2%, superior em 1,7pp à margem EBITDA do 1T10, reflectindo claramente o efeito positivo criado pelo aumento da nossa eficiência e também a tendência positiva na linha de Receitas de Clientes no Móvel e na linha de Receitas de Serviços da SSI. É de notar que a margem EBITDA do negócio Móvel da Optimus ascendeu a 34,9%, um resultado particularmente positivo para a nossa operação.



Resultado Líquido

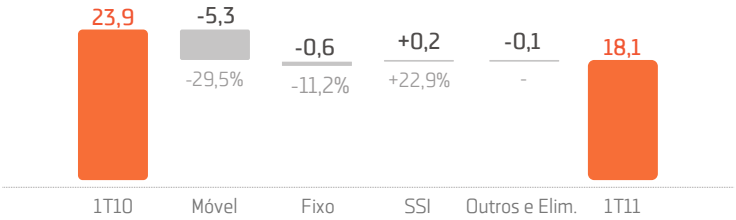
O Resultado Líquido atribuível ao grupo ascendeu a 13,7 milhões de euros, 67,4% acima do 1T10. Os principais contributos para este resultado foram a melhoria de desempenho ao nível do EBITDA e a diminuição dos encargos com Amortizações e Depreciações.

Os Resultados Financeiros Líquidos diminuíram 14,7%, para os 2,3 milhões de euros negativos, reflectindo, principalmente, o aumento dos Custos Financeiros, 0,2 milhões de euros acima do 1T10, em virtude do aumento do custo médio da dívida.

A rubrica de Impostos apresentou, no 1T11, um custo de 3,8 milhões de euros, em linha com o nível registado no 1T10, devido ao reconhecimento de impostos diferidos activos, não obstante o aumento no nível de EBT.

CAPEX Operacional

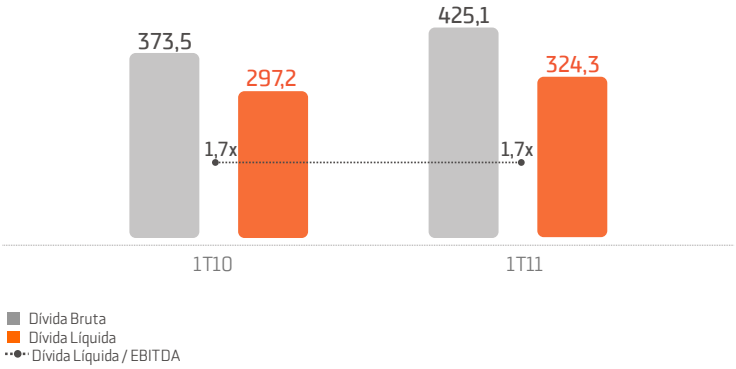
No 1T11, o CAPEX Operacional atingiu os 18,1 milhões de euros, o que compara com 23,9 milhões de euros no 1T10. Apesar da nossa rigorosa gestão de CAPEX, a qualidade da rede de acesso da Optimus tem sido regularmente reconhecida pelo ICP-Anacom, premiando a nossa prioridade em deter a rede de comunicações integrada líder em Portugal. A diminuição de 29,5% no CAPEX Operacional do negócio Móvel reflecte o impacto de alguns investimentos que se espera que sejam concluídos ao longo do ano. A diminuição de 11,2% no CAPEX Operacional do negócio Fixo é o resultado natural do nosso posicionamento "capital light", procurando a prossecução de formas alternativas de expansão da Optimus na cobertura de fibra, sem investimentos adicionais.



Em resultado da nossa performance ao nível do Volume de Negócios e do CAPEX, o CAPEX Operacional como percentagem do Volume de Negócios diminuiu de 10,7% para 8,4%.

Estrutura de Capital

A estrutura de capital da Sonaecom assume uma particular relevância dada a actual incerteza existente nos mercados financeiros. A Dívida Líquida Consolidada aumentou 9,1% face ao ano anterior, para 324,3 milhões de euros, reflectindo principalmente a evolução do FCF entre os dois períodos em análise, tendo um impacto negativo devido a um efeito extraordinário de um pagamento de IVA no valor de 38 milhões de euros, que se espera recuperar no segundo trimestre. Quanto à Dívida Bruta da Sonaecom, a mesma aumentou de 373,5 milhões de euros para 425,1 milhões de euros.



Após a conclusão do reembolso contratado de 40 milhões de euros, em Maio de 2011, as linhas de crédito da Sonaecom irão ascender a 444 milhões de euros, não estando previstas quaisquer necessidades de refinanciamento até Julho de 2012.

No 1T11, o custo médio *all-in* da dívida era de, aproximadamente, 2,7%.

Em termos de evolução dos principais indicadores financeiros, o rácio da Dívida Líquida face ao EBITDA atingiu os 1,7x no 1T11, mantendo o nível registado no 1T10, motivado pela evolução da Dívida Líquida e pela melhoria de desempenho ao nível do EBITDA.

Excluindo o já mencionado efeito extraordinário do IVA, a Dívida Líquida do 1T11 situou-se em 286,5 milhões de euros, diminuindo 3,6% entre o 1T10 e o 1T11. Quanto ao rácio da Dívida Líquida face ao EBITDA, este atingiu os 1,5x, melhorando 0,2x face ao período homólogo de 2010.

FCF

Apesar da nossa melhoria de desempenho ao nível do EBITDA-CAPEX Operacional, que reflecte um crescimento do EBITDA e uma rigorosa gestão do CAPEX, o FCF Consolidado foi influenciado por um efeito extraordinário, resultante de uma transação efectuada dentro do grupo Sonaecom, que originou um pagamento de IVA de aproximadamente 38 milhões de euros, que se espera recuperar no segundo trimestre. Por conseguinte, não se prevê que este pagamento tenha impacto no nível de FCF de 2011. Excluindo este efeito, o FCF foi positivo em 2,6 milhões de euros, o que representa um aumento de cerca de 1,3 milhões de euros face ao 1T10.

2. Optimus

- **EBITDA da Optimus de 49,4 milhões de euros, a crescer 4,9% face ao 1T10**
- **Base de subscritores do Móvel de 3.61 milhões de clientes, +4,5% face ao 1T10**
- **Margem EBITDA de 34,9% no negócio Móvel da Optimus, a evoluir positivamente 2.3pp**
- **Receitas de Clientes no Móvel a crescer, alcançando 115,7 milhões de euros, +1.3% face ao 1T10**
- **Receitas de Dados a representar 31,2% das Receitas de Serviços no Móvel, evoluindo +1.7pp**

Um operador resiliente, a melhorar a rentabilidade

A Optimus é um operador integrado, presente em todos os segmentos do mercado português, focado em tecnologias móveis e com uma abordagem convergente ao mercado empresarial, tendo como elementos diferenciadores chave a inovação e a qualidade de serviço.
Desde a sua criação, a Optimus tem, claramente, vindo a definir a tendência do mercado através da introdução de ofertas inovadoras e apelativas.
Optimizada em termos de custos e performance, a rede da Optimus, suportada na sua infraestrutura de *backbone* óptico, com cobertura nacional e servindo a sua rede de acesso, tem vindo continuamente a estimular o lançamento de serviços e soluções inovadoras.

2.1. Negócio Móvel da Optimus

O ritmo da revolução digital continua a acelerar no sentido da criação de uma Internet de pessoas, de locais e coisas. A velocidade de mudança tem provocado um crescimento exponencial nos serviços móveis, impulsionado pelo fenómeno das redes sociais e pela cada vez mais ampla variedade de terminais – telefones, *smartphones* e *tablets*. Acreditamos que estas forças irão continuar a estimular o crescimento do mercado de dados móveis.

2.1.1. Indicadores Operacionais

NEG. MÓVEL - INDIC. OPERACIONAIS	1T10	1T11	Δ 11/10	4T10	Δ T/T
Clientes (EoP) ('000)	3.449,8	3.605,8	4,5%	3604,1	0,0%
Novos Clientes ('000)	17,2	1,7	-90,0%	63,0	-97,3%
Dados como % Receitas de Serviço	29,6%	31,2%	1,7pp	32,4%	-1,2pp
Total #SMS/mês/Cliente	48,2	42,2	-12,4%	47,7	-11,5%
MOU [1] (min.)	134,4	125,5	-6,6%	133,5	-6,0%
ARPU [2] (euros)	13,7	12,6	-7,7%	13,3	-4,8%
Cliente	11,4	11,0	-3,7%	11,3	-2,9%
Interligação	2,3	1,7	-27,5%	2,0	-15,7%
ARPM [3] (euros)	0,10	0,10	-1,2%	0,10	1,3%

(1) Minutos de Utilização por Cliente por mês; (2) Receita Média Mensal por Utilizador; (3) Receita Média por Minuto.

Base de Clientes

No 1T11, a base de clientes do negócio Móvel da Optimus aumentou cerca de 4,5%, para 3,61 milhões de clientes, com o nível de adições líquidas a alcançar os 1,7 mil clientes no 1T11, situando-se abaixo do típico menor nível de aquisições no início do ano, devido maioritariamente a voz. Os nossos clientes pós-pagos continuaram a aumentar, alcançando aproximadamente 33,2% da base de subscritores e aumentando 1,2pp comparativamente com o final do 1T10.
A receita média mensal por cliente ("ARPU"), foi de 12,6 euros, menos cerca de 1,1 euros face ao 1T10, devido a uma combinação de menores Receitas de Interligação, que diminuíram de 2,3 euros para 1,7 euros, e menor nível de

facturação média por cliente, que diminuiu de 11,4 euros para 11,0 euros. O nível de minutos de utilização por cliente por mês foi de cerca de 126 minutos, diminuindo 6,6% face ao período homólogo de 2010.

Dados e Banda Larga Móvel

No final do 1T11, as Receitas de Dados representaram 31,2% das Receitas de Serviços, melhorando 1,7pp face ao final do 1T10. Este resultado está totalmente em linha com a tendência actual em termos de utilização de dados. As Receitas de Serviços de Dados (excluindo receitas de SMS) continuaram a aumentar o seu peso no total de Receitas de Dados, representando aproximadamente 76,7% das Receitas de Dados no 1T11, comparativamente com 74,6% no 1T10. É de notar que durante o 1T11 o Governo Português cancelou o programa e-iniciativas.

2.1.2. Indicadores Financeiros

Milhões de Euros NEGÓCIO MÓVEL - DEM. RESULTADOS	1T10	1T11	Δ 11/10	4T10	Δ T/T
Volume de Negócios	**142,5**	**137,4**	**-3,5%**	**151,9**	**-9,6%**
Receitas de Serviço	137,4	133,4	-3,0%	137,8	-3,2%
Receitas de Clientes	114,3	115,7	1,3%	117,2	-1,3%
Receitas de Operadores	23,2	17,7	-23,8%	20,6	-14,3%
Vendas de Equipamento	5,0	4,0	-19,5%	14,1	-71,4%
Outras Receitas	**8,3**	**8,7**	**4,5%**	**9,2**	**-5,0%**
Custos Operacionais	**104,4**	**98,2**	**-5,9%**	**118,1**	**-16,8%**
Custos com Pessoal	13,0	13,4	3,0%	12,1	10,0%
Custos Directos de Serviços Prestados[(1)]	44,9	36,2	-19,3%	40,2	-10,0%
Custos Comerciais[(2)]	20,4	21,4	4,6%	36,0	-40,6%
Outros Custos Operacionais[(3)]	26,2	27,3	4,3%	29,7	-8,2%
EBITDA	**46,4**	**47,9**	**3,3%**	**43,0**	**11,4%**
Margem EBITDA (%)	32,6%	34,9%	2,3pp	28,3%	6,6pp
CAPEX Operacional [(4)]	17,9	12,6	-29,5%	32,0	-60,7%
CAPEX Oper. como % Volume Negócios	12,5%	9,2%	-3,4pp	21,1%	-11,9pp
EBITDA - CAPEX Operacional	28,5	35,3	23,8%	11,0	-
CAPEX Total	18,0	12,6	-29,9%	40,9	-69,2%

(1) Custos Directos de Serviços Prestados = Interligação e conteúdos + Circuitos Alugados + Outros Custos de Operação de Rede; (2) Custos Comerciais = Custos das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas; (3) Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Provisões + Outros Custos; (4) Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros, Provisões para desmantelamento de sites e outros investimentos não operacionais.

Volume de Negócios

As Receitas de Clientes no Móvel mantiveram a sua tendência de subida, alcançando 115,7 milhões de euros e registando uma melhoria de 1,3% face ao 1T10. No entanto, devido a uma descida no nível de Receitas de Operadores, totalmente motivada por tarifas reguladas e por uma descida no nível de Vendas de Equipamentos, o volume de Receitas do negócio Móvel diminuiu 3,5%, para 137,4 milhões de euros.

Custos Operacionais

Como resultado do plano de eficiência operacional da Optimus, o nível de Custos Operacionais diminuiu 5,9% face ao período homólogo de 2010, para 98,2 milhões de euros, totalmente motivado por uma descida de 19,3% no nível de Custos Directos de Serviços Prestados. Esta linha de custos evoluiu negativamente devido a um menor nível de Custos de Interligação, como resultado de menores tarifas de terminação móvel e ainda a um menor volume de linhas alugadas. A linha de Custos Comerciais aumentou 4,6% no 1T11, devido a um maior nível de Comissões, fruto de maior actividade no segmento empresarial, não obstante o menor nível de Custos das Mercadorias Vendidas e de Custos Comerciais. A linha de Outros Custos Operacionais aumentou 4,3% face ao 1T10, devido maioritariamente à evolução positiva verificada no nível de Provisões, que compensa as reduções registadas em custos de *outsourcing* (relacionados com o *Call Centre* da Optimus). Entre o 1T10 e o 1T11, as Provisões do negócio Móvel aumentaram de um nível consideravelmente baixo de 0,2 milhões de euros para 4,1 milhões de euros.

EBITDA

O EBITDA do negócio Móvel aumentou entre os dois períodos em análise de 46,4 milhões de euros para 47,9 milhões de euros, devido a uma subida de 1,3% no nível de Receitas de Clientes e, principalmente, devido a uma descida de 5,9% no nível de Custos Operacionais.
É de realçar que a margem EBITDA alcançou 34,9% no 1T11, o que compara com uma margem de 32,6% no 1T10. Este resultado comprova a nossa capacidade de atingir margens assinaláveis, consistentemente acima da marca de 30%, o que assume ainda maior destaque se considerarmos não só a nossa quota de mercado mas também as condições macroeconómicas actuais.

2.2. Negócio Fixo da Optimus

No segmento de *Corporate* e PMEs, um segmento de elevada relevância para o negócio Fixo, continuámos a alavancar o crescimento na oferta de soluções convergentes. O nosso posicionamento, que contempla soluções totalmente integradas e convergentes, é a melhor forma não só de responder mas também antecipar as necessidades dos nossos clientes empresariais.
No segmento Residencial, continuaremos a focar-nos em criar valor na nossa base de clientes FTTH, enquanto procuramos alavancar a nossa infra-estrutura através de parcerias. A parceria com a Vodafone Portugal já nos permite beneficiar de uma maior cobertura, sendo expectável que nos próximos trimestres evolua para cerca de 400 mil casas passadas.

2.2.1. Indicadores Operacionais

NEG. FIXO - INDIC. OPERACIONAIS	1T10	1T11	Δ 11/10	4T10	Δ T/T
Total de Acessos	**463.853**	**399.011**	**-14,0%**	**417.066**	**-4,3%**
Acessos Directos	**385.533**	**327.406**	**-15,1%**	**344.631**	**-5,0%**
Voz	207.285	175.928	-15,1%	185.294	-5,1%
Internet de Banda Larga	131.611	94.933	-27,9%	104.819	-9,4%
Outros	46.637	56.545	21,2%	54.518	3,7%
Acessos Indirectos	**78.320**	**71.605**	**-8,6%**	**72.435**	**-1,1%**
Centrais Desagregadas c/ Transmissão	203	206	1,5%	206	0,0%
Centrais Desagregadas com ADSL2+	182	182	0,0%	182	0,0%
Acessos Directos em % Receitas Clientes [(1)]	79,0%	78,8%	-0,3%	79,1%	-24,3%
Receita Média por Acesso - Retalho	23,5	24,1	2,9%	24,2	-0,4%

(1) Devido a uma mudança no critério de classificação de Outras Receitas de Clientes, o nível de Receitas de Acessos Directos sofreu alterações entre o 4T09 e o 3T10.

Base de Clientes
Continuámos a aumentar a presença no segmento *Corporate* e PMEs, com o número de acessos a evoluir de 141 mil no 1T10 para 153 mil no 1T11, o que equivale a um crescimento de 8,3%. Estamos, não só, a aumentar a nossa presença neste segmento em particular, mas temos vindo, também, a aumentar a penetração das nossas ofertas convergentes. A percentagem de clientes que subscrevem simultaneamente serviços móveis e fixos tem vindo a aumentar consideravelmente, evidenciando a importância do nosso posicionamento como um operador integrado e convergente.

Devido exclusivamente ao segmento Residencial, o número total de acessos diminuiu 14%, face ao ano anterior, para 399 mil acessos. Esta queda surge como resultado da diminuição de 15,1% no nível de Acessos Directos, agora influenciada pela decisão de abandonar a aquisição de clientes no segmento Residencial através da infra-estrutura de cobre da Portugal Telecom, e pela redução de 8,6% no nível de Acessos Indirectos.

2.2.2. Indicadores Financeiros

Milhões de Euros NEGÓCIO FIXO - DEM. RESULTADOS	1T10	1T11	Δ 11/10	4T10	Δ T/T
Volume de Negócios	**60,9**	**54,7**	**-10,2%**	**57,0**	**-4,0%**
Receitas de Serviço	60,8	54,6	-10,2%	56,5	-3,3%
Receitas de Clientes	31,8	27,7	-13,0%	29,2	-5,2%
Receitas de Acesso Directo[5]	25,2	21,8	-13,2%	23,1	-5,5%
Receitas de Acesso Indirecto	6,5	5,7	-12,0%	5,9	-3,8%
Outros[5]	0,2	0,1	-16,5%	0,2	-16,7%
Receitas de Operadores	28,9	26,9	-7,0%	27,3	-1,3%
Vendas de Equipamento	0,1	0,1	-21,8%	0,5	-85,2%
Outras Receitas	**0,1**	**0,1**	**-5,4%**	**0,9**	**-89,1%**
Custos Operacionais	**60,3**	**53,3**	**-11,6%**	**57,6**	**-7,5%**
Custos com Pessoal	1,0	0,7	-30,1%	1,1	-35,5%
Custos Directos de Serviços Prestados[1]	39,4	37,5	-4,8%	37,1	1,1%
Custos Comerciais[2]	4,3	3,9	-9,6%	6,7	-41,1%
Outros Custos Operacionais[3]	15,5	11,1	-28,3%	12,8	-12,7%
EBITDA	**0,7**	**1,5**	**112,5%**	**0,3**	**-**
Margem EBITDA (%)	1,2%	2,7%	1,6pp	0,5%	2,3pp
CAPEX Operacional[4]	5,3	4,7	-11,2%	9,5	-50,6%
CAPEX Oper. em % Volume Negócios	8,7%	8,6%	-0,1pp	16,6%	-8,1pp
EBITDA - CAPEX Operacional	-4,6	-3,2	30,3%	-9,2	65,5%
CAPEX Total	5,3	4,7	-11,2%	9,5	-50,6%

(1) Custos Directos de Serviços Prestados = Interligação e conteúdos + Circuitos Alugados + Outros Custos de Operação de Rede; (2) Custos Comerciais = Custos das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas; (3) Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Provisões + Outros Custos; (4) Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros e Provisões para desmantelamento de sites e outros investimentos não operacionais; (5) Devido a uma mudança no critério de classificação de Outras Receitas de Clientes, o nível de Receitas de Acessos Directos e Outras Receitas de Clientes sofreram alterações entre o 4T09 e o 3T10.

Volume de Negócios

O Volume de Negócios do negócio Fixo diminuiu 10,2% face ao trimestre homólogo, para 54,7 milhões de euros. Esta diminuição resultou de uma redução de 13,0% no nível de Receitas de Clientes, para os 27,7 milhões de euros, e de uma redução de 7,0% no nível de Receitas de Operadores, para os 26,9 milhões de euros.

Custos Operacionais

No negócio Fixo, os Custos Operacionais diminuíram para os 53,3 milhões de euros, representando uma redução de 11,6% face ao trimestre homólogo. O nível de Custos Directos de Serviços Prestados reduziu 4,8%, maioritariamente justificado pelo nosso esforço de reestruturação da unidade de negócio Residencial Fixo. Os Custos Comercias diminuíram 9,6% devido a menores Custos de Marketing e Vendas, uma consequência directa da nossa recente decisão de abandono da aquisição de clientes através da infra-estrutura do operador incumbente. Entretanto, o nível dos Outros Custos Operacionais reduziu 28,3%, beneficiando do menor nível de Provisões, as quais diminuíram de 3,6 milhões de euros no 1T10 para 1,4 milhões de euros no 1T11 (um reforço efectuado para fazer face às previsões da altura de necessidades adicionais para incobráveis).

EBITDA

Como resultado da nossa performance em termos de Receitas e Custos, o EBITDA do negócio Fixo foi de 1,5 milhões de euros positivos, representado um crescimento considerável face ao 1T10. A margem EBITDA aumentou 1,6pp, de 1,2% para 2,7%.

Embora ainda negativo, o nível de EBITDA-Capex Operacional aumentou 1,4 milhões de euros entre os períodos em análise, como consequência de um nível superior de EBITDA e um nível inferior de CAPEX Operacional.

3. Software e Sistemas de Informação (SSI)

O modelo de negócio da SSI assenta numa estratégia de criação de valor, quer através de criação de empresas com elevado potencial de crescimento, quer investindo em empresas IT/IS, privilegiando activos em fase de pós start-up, focalizados e com forte orientação internacional.

Actualmente, a divisão de Software e Sistemas de Informação (SSI), inclui quatro empresas: WeDo Technologies (soluções de garantia de negócio, permitindo optimizar tanto o desempenho do negócio como os processos e sistemas de gestão do risco), Mainroad (IT Management, Segurança e Continuidade), Bizdirect (comercialização de soluções multi-marca de equipamentos de IT), e Saphety (serviços de automatização de processos de negócio, facturação electrónica e segurança nas transacções B2B).

A WeDo Technologies tem-se empenhado continuadamente em alargar a sua presença internacional e em reforçar a sua liderança no mercado de *Revenue Assurance*, enquanto expande o seu *portfolio* de produtos e alarga a sua oferta a outros sectores.

No final do 1T11, a WeDo Technologies possuía mais de 100 clientes em 78 países e as suas receitas internacionais representavam 69% do Volume de Negócios, tendo crescido 8,3% face ao 1T10. Esta evolução evidencia que o enfoque desta empresa em expandir-se a nível internacional continua a gerar resultados positivos.

3.1. Indicadores Operacionais

SSI - INDICADORES OPERACIONAIS	1T10	1T11	Δ 11/10	4T10	Δ T/T
Receitas Serv. IT/Colaboradores [1] ('000 euros)	29,2	32,5	11,3%	34,5	-5,9%
Vendas Equipamento em % Vol. Negócios	52,1%	45,9%	-6.2pp	51,9%	-6,0pp
Vendas Equipam./Colaborador [2] ('000 euros)	739,7	605,0	-18,2%	837,0	-27,7%
EBITDA/Colaborador ('000 euros)	2,9	3,4	15,6%	4,7	-28,4%
Colaboradores	534	572	7,1%	565	1,2%

1) Excluíndo colaboradores dedicados a Vendas de Equipamento; (2) Bizdirect.

No 1T11, as Receitas de Serviço por colaborador atingiram os 32,5 mil de euros, um valor superior ao registado no 1T10 em 11,3%, tendo as Vendas de Equipamento por colaborador diminuído 18,2% face ao 1T10. Esta diminuição é resultado de um já esperado nível inferior de Vendas de Equipamento, na sequência da desaceleração do programa e-iniciativas. Agora que o final deste programa foi anunciado pelo Governo Português, antecipamos que esta tendência de queda venha a acentuar-se durante os próximos trimestres.

O número total de colaboradores da SSI evoluiu para 572, representando um crescimento de 7,1% face ao 1T10. Este aumento deveu-se à necessidade adicional de consultores para suportar o crescimento do nível de actividade das subsidiárias da SSI, à integração dos colaboradores da unidade B2B, Mercados Electrónicos, da Softlimits no 3T10 e, finalmente, à internacionalização da WeDo Technologies.

Como consequência da nossa performance ao nível do EBITDA, que apresentou um crescimento superior ao crescimento do número de colaboradores, o EBITDA por colaborador atingiu os 3,4 mil euros no 1T11, 12,5% superior ao valor do 1T10.

3.2. Indicadores Financeiros

Milhões de Euros SSI CONSOLIDADO - DEM. RESULTADOS	1T10	1T11	Δ 11/10	4T10	Δ T/T
Volume de Negócios	**32,4**	**33,0**	**1,6%**	**40,2**	**-18,0%**
Receitas de Serviço	15,5	17,8	14,9%	19,3	-7,7%
Vendas de Equipamento	16,9	15,1	-10,6%	20,9	-27,6%
Outras Receitas	**0,1**	**0,2**	**43,0%**	**0,2**	**-20,1%**
Custos operacionais	**31,0**	**31,2**	**0,8%**	**37,8**	**-17,4%**
Custos com Pessoal	7,4	7,6	2,1%	7,2	6,0%
Custos Comerciais[1]	16,6	15,1	-9,3%	20,7	-27,0%
Outros Custos Operacionais[2]	6,9	8,5	23,8%	9,9	-14,3%
EBITDA	**1,6**	**1,9**	**20,5%**	**2,6**	**-27,6%**
Margem EBITDA (%)	4,9%	5,8%	0,9pp	6,6%	-0,8pp
CAPEX Operacional [3]	0,7	0,9	22,2%	1,9	-55,4%
CAPEX Oper. como % Volume Negócios	2,2%	2,6%	0,4pp	4,8%	-2,2pp
EBITDA - CAPEX Operacional	0,9	1,1	19,1%	0,7	47,1%
CAPEX Total	0,7	0,9	22,2%	1,9	-55,4%

(1) Custos Comerciais = Custos das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas; (2) Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Provisões + Outros Custos; (3) Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros e Provisões para desmantelamento de sites e outros investimentos não operacionais.

Volume de Negócios

O Volume de Negócios da SSI cresceu 1,6%, para 33,0 milhões de euros, como resultado do crescimento de 14,9% no nível de Receitas de Serviço, o qual foi parcialmente anulado pela diminuição de 10,6% no nível de Vendas de Equipamentos. Esta diminuição é consequência da já antecipada redução nas vendas de computadores portáteis do programa e-iniciativas que terminou durante o 1T11. Mais significativo é o crescimento de 14,9% no nível de Receitas de Serviço, tendo alcançado os 17,8 milhões de euros. A expansão internacional da WeDo Technologies e a sua determinação no reforço da sua liderança do mercado de *Revenue Assurance*, estão entre as principais causas desta evolução positiva.

Custos Operacionais

O total de Custos Operacionais da SSI aumentou 0,8%, para os 31,2 milhões de euros, apesar da diminuição de 9,3% no nível de Custos Comerciais, essencialmente na linha de Custos das Mercadorias Vendidas, como consequência directa da já referida desaceleração das vendas de computadores portáteis no programa e-iniciativas. O aumento na linha de Custos com Pessoal e Outros Custos Operacionais (principalmente custos de *outsourcing*) deveu-se ao aumento do nível de actividade ocorrido nas subsidiárias e à expansão internacional da WeDo Technologies.

EBITDA

Durante o 1T11, o EBITDA da SSI evoluiu positivamente para os 1,9 milhões de euros, um crescimento de 20,5% quando comparado com o 1T10, como resultado do crescimento de 14,9% nas Receitas de Serviço. Esta performance foi alcançada apesar da intensificação na estrutura de custos para apoiar o aumento da actividade internacional e apesar da redução nas Vendas de Equipamentos causada pela desaceleração do programa e-iniciativas.
Como resultado da combinação de maiores Receitas de Serviço e menores Vendas de Equipamento, a margem EBITDA aumentou de 4,9% para 5,8%.

4. *Online* e *Media*

O negócio de *Online* & *Media* da Sonaecom contempla um conjunto de negócios como o Miau.pt, o Público, um jornal diário de referência em Portugal, que completou recentemente 21 anos de existência, e o Púplico.pt, sempre na vanguarda digital dos *Media* nacionais.

Durante o 1T11, a dinâmica de mercado do segmento da imprensa diária generalista permaneceu bastante negativa, quer em termos de circulação quer em termos de receitas de publicidade. No entanto, é de realçar a evolução positiva de 0,1pp registados no nível de audiência do Público entre o 1T10 e o 1T11.

Em termos de indicadores financeiros, no 1T11, o EBITDA do negócio *Online* e *Media* foi ainda negativo em 0,79 milhões de euros, apresentando uma redução de 0,35 milhões de euros quando comparado com o 1T10.

5. Principais Desenvolvimentos Regulatórios no 1T11

Apresentam-se, de seguida, os principais Desenvolvimentos Regulatórios ocorridos no 1T11:

Leilão das frequências nas bandas dos 450, 800, 900, 1800 MHz, 2,1 e 2,6 GHz

A ANACOM publicou duas consultas públicas relativas à atribuição de frequências nas bandas dos 450 MHz, 800 MHz, 900 MHz, 1800 MHz, 2,1 GHz e 2,6 GHz.
A primeira consulta respeita à definição dos lotes a serem atribuídos por cada banda e a opção pelo procedimento de atribuição por via de um leilão. A segunda consulta apresenta as regras e condições do leilão.

Serviço Universal: metodologia para determinação dos custos líquidos do Serviço Universal e definição do conceito de encargo excessivo

A ANACOM lançou duas consultas públicas: uma, respeitante à metodologia a aplicar ao cálculo dos custos líquidos do serviço universal (CLSU) e outra, relativa à definição do conceito de encargo excessivo.
No que respeita à metodologia, a proposta da ANACOM baseia-se na relação entre os custos líquidos directos e os benefícios indirectos (ambos restritos à prestação do SU). Adicionalmente, foi proposto que cada uma das componentes (ligação à rede fixa, ofertas para reformados e pensionistas, listas e serviços de informação e postos públicos) seja calculada individualmente, sendo que o CLSU resultará da soma das componentes deficitárias (i.e., no caso de alguma componente apresentar uma margem positiva este valor não deve ser considerado para compensar as eventuais margens negativas).
Quanto à definição de encargo excessivo, o regulador propõe que o apuramento seja efectuado caso a quota de mercado do prestador seja inferior a 80% (em termos de receitas) e o custo líquido apurado seja superior 4 milhões de euros.

6. Principais Desenvolvimentos Corporativos no 1T11

Apresentam-se, de seguida, os principais Desenvolvimentos Corporativos ocorridos no 1T11:

Diminuição de participação do "Santander Asset Management – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliários, S.A."

18 de Fevereiro de 2011

A Sonaecom recebeu uma comunicação do "Santander Asset Management – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliários, S.A.", informando que os fundos geridos por este totalizam, desde 16 de Fevereiro de 2011, 3.732.774 acções, correspondentes a 1,019% do capital social e direitos de voto da Sonaecom, descendo, portanto, abaixo do limiar dos 2% de participação qualificada.

Aquisição de acções próprias

10 de Março a 22 de Março de 2011

De acordo com as autorizações dadas pela Assembleia Geral de Accionistas e com o intuito de cumprir as obrigações decorrentes dos Planos de Incentivo de Médio Prazo dos colaboradores, a Sonaecom adquiriu acções próprias através do *Euronext Lisbon Stock Exchange* num total de 1.553.000 acções, representativas de aproximadamente 0,42% do seu capital social. A 31 de Março de 2011, a Sonaecom detinha 9.058.807 acções próprias, correspondentes a aproximadamente 2,47% do seu capital social.

7. Eventos Subsequentes

Foram deliberados pelos accionistas da Sonaecom, em Assembleia Geral ordinária da Sociedade, realizada a 26 de Abril de 2011, os seguintes pontos:

1 – A aprovação do Relatório de Gestão, Balanço e Contas, individuais e consolidadas, relativos ao exercício de 2010, tal como apresentados.

2 – A aprovação da proposta de aplicação dos resultados líquidos relativos às contas individuais, no montante de € 135.403.787,41, nos seguintes termos:

i) Reserva Legal, no montante de € 6.770.189,37;
ii) Dividendos, no montante global de € 18.312.343 correspondendo a € 0,05 ilíquidos por acção, relativamente ao número total de acções emitidas, ao qual deverão ser descontadas as acções próprias em carteira à data do pagamento;
iii) Reservas Livres, no montante remanescente.

Foi ainda aprovado que, considerando que não será possível determinar com exactidão o número de acções próprias que estarão em carteira à data do pagamento acima referido sem limitar a capacidade de intervenção da Sociedade:

i) A cada acção emitida seja pago o montante unitário de € 0,05 ilíquidos por acção;
ii) Não seja pago, sendo transferido para Reservas Livres, o montante correspondente às acções que, no dia do pagamento do montante acima referido, pertencerem à própria Sociedade (calculado com base no mencionado montante unitário de € 0,05 ilíquidos por acção emitida).

3 – Aprovação de um voto de louvor e confiança à actividade desempenhada pela Administração e Fiscalização da sociedade durante o ano de dois mil e dez.

4 – Aprovação da declaração relativa à Política de Remuneração dos Membros do Órgão de Administração e de Fiscalização da Sociedade e dos seus Dirigentes.

5 – Aprovação da proposta de alteração do Pacto Social

6 - Autorização do Conselho de Administração a, durante um período de 18 meses e dentro dos limites legais, proceder à aquisição e alienação de acções próprias, nos termos da proposta apresentada por aquele órgão e previamente divulgada.

7 – Autorização, pelo período de 18 meses, a aquisição de acções da própria sociedade por sociedades dela directa ou indirectamente dependentes, bem como a respectiva detenção, nos termos da proposta apresentada pelo Conselho de Administração e previamente divulgada.

8. Apresentação de Resultados 1T11 - Anexo

8.1. Demonstração de Resultados Consolidados da Sonaecom

Milhões de Euros

DEM. RESULTADOS CONSOLIDADOS	1T10	1T11	Δ 11/10	4T10	Δ T/T
Volume de Negócios	**222,8**	**215,8**	**-3,1%**	**236,6**	**-8,8%**
Móvel	142,5	137,4	-3,5%	151,9	-9,6%
Fixo	60,9	54,7	-10,2%	57,0	-4,0%
SSI	32,4	33,0	1,6%	40,2	-18,0%
Outros & Eliminações	-13,0	-9,2	29,3%	-12,5	26,4%
Outras Receitas	**1,1**	**2,4**	**109,2%**	**3,6**	**-34,1%**
Custos Operacionais	**176,0**	**168,2**	**-4,4%**	**195,2**	**-13,8%**
Custos com Pessoal	24,5	24,3	-0,5%	22,7	7,2%
Custos Directos Serviços Prestados[(1)]	71,1	64,4	-9,3%	65,6	-1,8%
Custos Comerciais[(2)]	42,2	40,9	-2,9%	64,4	-36,4%
Outros Custos Operacionais[(3)]	38,3	38,5	0,6%	42,4	-9,2%
EBITDA	**47,9**	**50,0**	**4,3%**	**45,0**	**11,0%**
Margem EBITDA (%)	21,5%	23,2%	1,6pp	19,0%	4,1pp
Móvel	46,4	47,9	3,3%	43,0	11,4%
Fixo	0,7	1,5	112,5%	0,3	-
SSI	1,6	1,9	20,5%	2,6	-27,6%
Outros & Eliminações	-0,8	-1,4	-77,2%	-0,9	-52,1%
Depreciações e Amortizações	34,0	30,2	-11,2%	31,4	-3,6%
EBIT	**13,9**	**19,7**	**42,3%**	**13,7**	**44,4%**
Resultados Financeiros	**-2,0**	**-2,3**	**-14,7%**	**0,1**	**-**
Proveitos Financeiros	**1,5**	**1,5**	-0,8%	**3,8**	-61,5%
Custos Financeiros	**3,5**	**3,7**	8,0%	**3,7**	0,3%
EBT	**11,9**	**17,5**	**46,9%**	**13,8**	**26,8%**
Resultado de Imposto	**-3,7**	**-3,8**	-3,0%	**-2,3**	-65,3%
Resultado Líquido	**8,2**	**13,7**	**66,7%**	**11,5**	**19,1%**
Atribuível ao Grupo	**8,2**	**13,7**	67,4%	**11,5**	19,1%
Atribuível a Interesses Minoritários	**0,1**	**0,0**	-45,8%	**0,0**	17,0%

(1) Custos Directos de Serviços Prestados = Interligação e conteúdos + Circuitos Alugados + Outros Custos de Operação de Rede; (2) Custos Comerciais = Custos das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas; (3) Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Provisões + Outros custos.

8.2. Balanço Consolidado da Sonaecom

Milhões de Euros BALANÇO CONSOLIDADO	1T10	1T11	Δ 11/10	4T10	Δ T/T
Total do Activo Líquido	**1.910,6**	**1.853,2**	**-3,0%**	**1.861,9**	**-0,5%**
Activos não Correntes	1.493,7	1.485,3	-0,6%	1.501,4	-1,1%
Imobilizações Corpóreas e Incorpóreas	847,1	852,3	0,6%	865,3	-1,5%
Goodwill	526,1	526,1	0,0%	526,1	0,0%
Investimentos	1,2	0,2	-82,4%	0,2	0,0%
Impostos Diferidos Activos	119,1	106,4	-10,7%	109,6	-2,9%
Outros	0,1	0,2	73,7%	0,0	-
Activos Correntes	417,0	368,0	-11,7%	360,5	2,1%
Clientes	143,3	106,2	-25,8%	143,3	-25,9%
Liquidez	76,3	100,8	32,1%	68,6	47,0%
Outros	197,4	160,9	-18,5%	148,6	8,3%
Capital Próprio	**941,5**	**987,7**	**4,9%**	**975,3**	**1,3%**
Grupo	941,1	987,2	4,9%	974,7	1,3%
Interesses Minoritários	0,4	0,5	24,5%	0,6	-16,9%
Total Passivo	**969,1**	**865,5**	**-10,7%**	**886,6**	**-2,4%**
Passivo não Corrente	459,9	454,1	-1,3%	400,7	13,3%
Empréstimos Bancários	328,5	363,2	10,6%	305,0	19,1%
Provisões para outros Riscos e Encargos	31,8	33,6	5,7%	33,2	1,5%
Outros	99,6	57,3	-42,5%	62,5	-8,3%
Passivo Corrente	509,2	411,4	-19,2%	485,9	-15,3%
Empréstimos Bancários	21,6	41,1	90,5%	30,9	32,7%
Fornecedores	194,1	146,6	-24,5%	178,7	-18,0%
Outros	293,5	223,7	-23,8%	276,2	-19,0%
CAPEX Operacional [1]	23,9	18,1	-24,5%	43,4	-58,4%
CAPEX Operacional como % Volume de Negócios	10,7%	8,4%	-2,4pp	18,6%	-10,2pp
CAPEX Total	24,1	18,1	-24,9%	52,3	-65,4%
EBITDA - CAPEX Operacional	24,0	31,9	33,1%	1,6	-
Cash Flow Operacional [2]	12,4	-26,0	-	7,4	-
FCF [3]	1,3	-35,2	-	1,1	-
Dívida Bruta	373,5	425,1	13,8%	357,4	18,9%
Dívida Líquida	297,2	324,3	9,1%	288,8	12,3%
Dívida Líquida/EBITDA últimos 12 meses	1,7 x	1,7 x	0,0x	1,5 x	0,2x
EBITDA/Juros[4] últimos 12 meses	11,3 x	14,6 x	3,3x	14,4 x	0,2x
Dívida / (Dívida + Capital Próprio)	28,4%	30,1%	1,7pp	26,8%	3,3pp
Excluindo a operação de Securitização:					
Dívida Líquida	371,0	378,6	2,0%	348,1	8,8%
Dívida Líquida/EBITDA últimos 12 meses	2,1 x	1,9 x	-0.2x	1,8 x	0.1x
EBITDA/Juros[4] últimos 12 meses	11,3 x	14,6 x	3.3x	14,4 x	1.4x

(1) Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros, Provisões para desmantelamento de sites e outros investimentos não operacionais; (2) Cash Flow Operacional = EBITDA - CAPEX Operacional - Variação de Fundo de Maneio - Items não Monetários e Outros; (3) FCF após Custos Financeiros e antes de Fluxos de Capitais e Custos de Emissão de Empréstimos; (4) Cobertura de Juros.

8.3. FCF da Sonaecom

Milhões de Euros

FREE CASH FLOW ALAVANCADO	1T10	1T11	Δ 11/10	4T10	Δ T/T
EBITDA-CAPEX Operacional	**24,0**	**31,9**	**33,1%**	**1,6**	**-**
Variação de Fundo de Maneio	-11,9	-20,9	-75,6%	6,6	-
Items não monetários e Outros	0,3	1,4	-	-0,8	-
Cash Flow Operacional	**12,4**	**12,4**	**0,4%**	**7,4**	**67,4%**
Pagamento de IVA não recorrente	0,0	**-37,8**	-	**0,0**	-
Securitização	**-5,0**	**-5,0**	0,0%	**-5,0**	0,0%
Acções Próprias	**-3,0**	-2,2	24,7%	-1,4	-53,6%
Resultados Financeiros	**-2,4**	-1,9	18,4%	-1,9	-3,0%
Impostos	**-0,7**	-0,7	0,0%	-1,4	48,2%
FCF	**1,3**	**-35,2**	**-**	**1,1**	**-**

Nota: O Cash Flow Operacional não inclui pagamentos de IVA não recorrentes.

8.4. Colaboradores

Sonaecom	1T10	1T11	Δ 11/10	4T10	Δ T/T
Total Colaboradores	2.053	2.074	1,0%	2.057	0,8%
Serviços Partilhados e Centro Corporativo	144	141	-2,1%	141	0,0%
Telecomunicações	1.119	1.100	-1,7%	1.099	0,1%
SSI	534	572	7,1%	565	1,2%
Online e Media	256	261	2,0%	252	3,6%

8.5. Demonstração de Resultados Consolidados da Optimus

Milhões de Euros OPTIMUS DEM RESULTADOS	1Q10	1Q11	Δ 11/10	4Q10	Δ T/T
Volume de Negócios	**190,4**	**182,8**	**-4,0%**	**197,2**	**-7,3%**
Receitas de Serviço	185,3	178,7	-3,6%	182,7	-2,2%
Receitas de Clientes	145,6	143,0	-1,8%	146,0	-2,1%
Receitas de Operadores	39,7	35,7	-10,1%	36,6	-2,7%
Vendas de Equipamento	5,1	4,1	-19,3%	14,6	-71,8%
Outras Receitas	**1,6**	**3,2**	**97,9%**	**4,0**	**-20,6%**
Custos Operacionais	**144,9**	**136,5**	**-5,8%**	**158,0**	**-13,6%**
Custos com Pessoal	14,0	14,0	0,5%	13,2	5,9%
Custos Directos de Serviços Prestados[1]	71,2	64,3	-9,8%	65,5	-2,0%
Custos Comerciais[2]	24,8	25,3	2,1%	42,7	-40,7%
Outros Custos Operacionais[3]	35,0	32,9	-5,8%	36,6	-10,0%
EBITDA	**47,1**	**49,4**	**4,9%**	**43,2**	**14,4%**
margem EBITDA (%)	24,8%	27,1%	2,3pp	21,9%	5,1pp
CAPEX Operacional[4]	23,5	17,3	-26,2%	41,3	-58,1%
CAPEX Operacional como % do Volume de Negócios	12,3%	9,5%	-2,8pp	21,0%	-11,5pp
EBITDA - CAPEX Operacional	23,7	32,1	35,7%	1,9	-
CAPEX Total	23,6	17,4	-26,5%	50,2	-65,4%

(1) Custos Directos de Serviços Prestados = Interligação e conteúdos + Circuitos Alugados + Outros Custos de Operação de Rede; (2) Custos Comerciais = Custos das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas; (3) Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Outros Custos; (4) Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros e Provisões para desmantelamento de sites e outros investimentos não operacionais.

8.6. *Online* e *Media*

PÚBLICO - INDIC. OPERACIONAIS	1T10	1T11	Δ 11/10	4T10	Δ T/T
Circulação Média Mensal Paga [1]	32.480	32.384	-0,3%	34.994	-7,5%
Quota Mercado de Publicidade (%)	10,4%	8,0%	-2,4pp	10,7%	-2,7pp
Audiência [2] (%)	4,4	4,5	0,1pp	4,4	0,1pp

(1) Valor estimado, actualizado no trimestre seguinte; (2) Em % da população; Fonte: Bareme Imprensa (inquérito não realizado nos 3º trimestres de cada ano).

Milhões de Euros

ONLINE E MEDIA - DEM. RES. CONSOLIDADOS	1T10	1T11	Δ 11/10	4T10	Δ T/T
Volume de Negócios	**7,38**	**6,54**	**-11,4%**	7,76	**-15,8%**
Vendas de Publicidade [1]	3,08	2,64	-14,1%	3,22	-18,0%
Vendas de Jornais	2,56	2,42	-5,5%	2,77	-12,7%
Vendas de Papel	0,58	0,35	-40,0%	0,35	-2,2%
Vendas de Produtos Associados	1,17	1,13	-3,2%	1,41	-20,1%
Outras Receitas	**0,05**	**0,10**	**100,1%**	**0,22**	**-57,0%**
Custos operacionais	**7,87**	**7,42**	**-5,7%**	**8,24**	**-9,9%**
Custos com Pessoal	2,65	2,66	0,4%	2,71	-1,7%
Custos Comerciais[2]	2,62	2,30	-12,0%	2,84	-18,9%
Outros Custos Operacionais[3]	2,59	2,45	-5,4%	2,68	-8,6%
EBITDA	**-0,44**	**-0,79**	**-79,6%**	**-0,25**	-
Margem EBITDA (%)	-6,0%	-12,1%	-6,1pp	-3,3%	-8,8pp
CAPEX Operacional [4]	0,13	0,11	-19,2%	0,20	-47,1%
CAPEX Oper. como % Volume Negócios	1,8%	1,6%	-0,2pp	2,6%	-1,0pp
EBITDA - CAPEX Operacional	-0,57	-0,90	-56,6%	-0,46	-96,8%
CAPEX Total	0,13	0,11	-19,2%	0,21	-48,3%

(1) Inclui conteúdos; (2) Custos Comerciais = Custos das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas; (3) Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Outros Custos; (4) Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros e Provisões para desmantelamento de sites e outros investimentos não operacionais.

9.1. Demonstrações financeiras consolidadas da Sonaecom

Balanços consolidados

Para os períodos findos em 31 de Março de 2011 e 2010 e para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010

(Montantes expressos em Euros)	Notas	Março de 2011	Março de 2010	Dezembro de 2010
Activo				
Activos não correntes				
Activos fixos tangíveis	1.d), 1.i) e 6	583.386.928	572.980.258	592.369.741
Activos intangíveis	1.e), 1.f) e 7	268.953.495	274.158.944	272.896.942
Diferenças de consolidação	1.g) e 9	526.111.722	526.104.050	526.141.552
Investimentos disponíveis para venda	1.h), 8 e 10	212.323	1.207.320	212.323
Outros activos não correntes	1.t)	208.301	119.912	174.363
Impostos diferidos activos	1.q) e 11	106.382.083	119.088.121	109.587.224
Total de activos não correntes		1.485.254.852	1.493.658.605	1.501.382.145
Activos correntes				
Existências	1.j)	19.871.333	22.608.138	17.473.750
Clientes	1.k) e 8	106.241.168	143.263.731	143.294.200
Outras dívidas de terceiros	1.k) e 8	65.320.384	17.864.482	61.302.698
Outros activos correntes	1.s) e 1.y)	75.736.251	156.917.072	69.839.130
Caixa e equivalentes de caixa	1.l), 8 e 12	100.808.101	76.297.569	68.577.903
Total de activos correntes		367.977.237	416.950.992	360.487.681
Total do activo		1.853.232.089	1.910.609.597	1.861.869.826
Capital próprio e passivo				
Capital próprio				
Capital social	13	366.246.868	366.246.868	366.246.868
Acções próprias	1.v) e 14	(13.625.492)	(13.181.502)	(15.030.834)
Reservas	1.u)	620.950.149	579.890.848	582.259.583
Resultado líquido consolidado do período		13.653.400	8.158.135	41.182.587
		987.224.925	941.114.349	974.658.204
Interesses sem controlo		493.665	396.495	593.790
Total do capital próprio		987.718.590	941.510.844	975.251.994
Passivo				
Passivo não corrente				
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo	1.m), 1.n), 8 e 15	363.173.473	328.501.995	305.038.006
Outros passivos financeiros não correntes	1.i), 8 e 16	18.401.802	20.205.759	19.253.869
Provisões para outros riscos e encargos	1.p), 1.t) e 17	33.632.496	31.804.611	33.150.028
Titularização de créditos	8 e 18	34.809.214	54.488.490	39.740.412
Impostos diferidos passivos	1.q) e 11	756.494	273.221	786.549
Outros passivos não correntes	1.s), 1.t) e 1.y)	3.359.355	24.655.244	2.739.617
Total de passivos não correntes		454.132.834	459.929.320	400.708.481
Passivo corrente				
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	1.m), 1.n), 8 e 15	41.067.999	21.562.114	30.942.240
Fornecedores	8	146.563.075	194.116.260	178.732.746
Outros passivos financeiros	1.i); 8, 16 e 19	2.420.049	3.193.156	2.171.140
Titularização de créditos	8 e 18	19.679.793	19.527.163	19.634.161
Outras dívidas a terceiros	8	19.620.541	61.479.953	56.752.155
Outros passivos correntes	1.s) e 1.y)	182.029.208	209.290.787	197.676.909
Total de passivos correntes		411.380.665	509.169.433	485.909.351
Total do passivo e capital próprio		1.853.232.089	1.910.609.597	1.861.869.826

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de Março de 2011 e 2010.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

António Sampaio e Mello

David Charles Denholm Hobley

Frank Emmanuel Dangeard

Gervais Gilles Pellissier

Jean-François René Pontal

Nuno Miguel Moniz Trigoso Santos Jordão

Demonstrações consolidadas dos resultados por natureza

Para os períodos findos em 31 de Março de 2011 e 2010 e para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010

(Montantes expressos em Euros)	Notas	Março de 2011	Março de 2010	Dezembro de 2010
Vendas		21.854.101	24.328.737	118.773.668
Prestações de serviços		193.977.864	198.421.395	801.945.320
Outros proveitos operacionais		2.382.704	1.139.190	8.224.984
		218.214.669	223.889.322	928.943.972
Custo das vendas		(22.834.642)	(25.555.974)	(127.913.977)
Fornecimentos e serviços externos	20	(111.611.668)	(118.204.928)	(479.774.171)
Custos com o pessoal		(24.340.884)	(24.466.437)	(96.550.733)
Amortizações e depreciações	1.d), 1.e), 6 e 7	(30.225.069)	(34.044.757)	(129.542.660)
Provisões e perdas de imparidade	1.p), 1.x) e 17	(5.583.698)	(3.864.272)	(16.030.069)
Outros custos operacionais		(3.875.239)	(3.882.541)	(14.663.482)
		(198.471.200)	(210.018.909)	(864.475.092)
Outros custos financeiros	1.n), 1.o), 1.w), 1.x) e 21	(3.740.124)	(3.463.484)	(14.531.097)
Outros proveitos financeiros	1.o), 1.w) e 21	1.480.865	1.493.133	8.159.770
Resultados correntes		17.484.210	11.900.062	58.097.553
Imposto sobre o rendimento	1.q), 11 e 22	(3.803.680)	(3.691.858)	(16.749.346)
Resultado líquido consolidado do período		13.680.530	8.208.204	41.348.207
Atribuível a:				
Accionistas da empresa mãe	26	13.653.400	8.158.135	41.182.587
Interesses sem controlo		27.130	50.069	165.620
Resultados por acção				
Incluindo operações em descontinuação:				
Básicos		0,04	0,02	0,12
Diluídos		0,04	0,02	0,12
Excluindo operações em descontinuação:				
Básicos		0,04	0,02	0,12
Diluídos		0,04	0,02	0,12

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de Março de 2011 e 2010.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

António Sampaio e Mello

David Charles Denholm Hobley

Frank Emmanuel Dangeard

Gervais Gilles Pellissier

Jean-François René Pontal

Nuno Miguel Moniz Trigoso Santos Jordão

Demonstrações consolidadas do rendimento integral

Para os períodos findos em 31 de Março de 2011 e 2010 e para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010

(Montantes expressos em Euros)	Notas	Março de 2011	Março de 2010	Dezembro de 2010
Resultado líquido consolidado do período		13.680.530	8.208.204	41.348.207
Componentes de outro rendimento integral consolidado do período, líquido de imposto		94.263	134.864	357.412
Variação de reservas de conversão cambial e outros	1.w)	94.263	134.864	357.412
Rendimento integral consolidado do período		13.774.793	8.343.068	41.705.619
Atribuível a:				
Accionistas da empresa mãe		13.747.663	8.292.999	41.539.999
Interesses sem controlo		27.130	50.069	165.620

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de Março de 2011 e 2010.

O Técnico Oficial de Contas
Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo
Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo
Miguel Nuno Santos Almeida
António Sampaio e Mello
David Charles Denholm Hobley
Frank Emmanuel Dangeard
Gervais Gilles Pellissier
Jean-François René Pontal
Nuno Miguel Moniz Trigoso Santos Jordão

Demonstrações consolidadas das alterações no capital próprio

Para os períodos findos em 31 de Março de 2011 e 2010

			Reservas								
	Capital social	Acções próprias	Reserva legal	Prémios de emissão de acçoes	Outras reservas	Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo	Reservas de acções próprias	Total de reservas	Interesses sem controlo	Resultado líquido	Total
2011											
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	366.246.868	(15.030.834)	1.221.003	775.290.377	(214.095.384)	4.812.753	15.030.834	582.259.583	–	41.182.587	974.658.204
Aplicação do resultado consolidado de 2010	–	–	6.770.189	–	34.412.398	–	–	41.182.587	–	(41.182.587)	–
Rendimento integral consolidado do período findo em 31 de Março de 2011	–	–	–	–	94.263	–	–	94.263	–	13.653.400	13.747.663
Aquisição de acções próprias	–	(2.223.287)	–	–	(2.223.287)	–	2.223.287	–	–	–	(2.223.287)
Entrega de acções próprias no âmbito dos Planos de Incentivos de Médio Prazo	–	3.628.629	–	–	1.752.301	(1.604.799)	(3.628.629)	(3.481.127)	–	–	147.502
Efeito do reconhecimento dos Planos de Incentivos de Médio Prazo	–	–	–	–	–	894.843	–	894.843	–	–	894.843
Saldo em 31 de Março de 2010	366.246.868	(13.625.492)	7.991.192	775.290.377	(180.059.709)	4.102.797	13.625.492	620.950.149	–	13.653.400	987.224.925
Interesses sem controlo											
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	–	–	–	–	–	–	–	–	593.790	–	593.790
Interesses sem controlo no rendimento integral	–	–	–	–	–	–	–	–	27.130	–	27.130
Distribuição dividendos	–	–	–	–	–	–	–	–	(124.500)	–	(124.500)
Outras variações	–	–	–	–	–	–	–	–	(2.755)	–	(2.755)
Saldo em 31 de Março de 2011	–	–	–	–	–	–	–	–	493.665	–	493.665
Total	366.246.868	(13.625.492)	7.991.192	775.290.377	(180.059.709)	4.102.797	13.625.492	620.950.149	493.665	13.653.400	987.718.590

Demonstrações consolidadas das alterações no capital próprio (continuação)

Para os períodos findos em 31 de Março de 2011 e 2010

			Reservas								
	Capital social	Acções próprias	Reserva legal	Prémios de emissão de acçoes	Outras reservas	Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo	Reservas de acções próprias	Total de reservas	Interesses sem controlo	Resultado líquido	Total
2010											
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	366.246.868	(12.809.015)	1.985.181	775.290.377	(217.116.182)	2.977.695	12.809.015	575.946.086	–	5.748.497	935.132.436
Aplicação do resultado consolidado de 2009	–	–	–	–	5.748.497	–	–	5.748.497	–	(5.748.497)	–
Utilização da reserva legal para cobertura dos prejuízos acumulados verificados nas contas individuais	–	–	(764.178)	–	764.178	–	–	–	–	–	–
Rendimento integral consolidado do período findo em 31 de Março de 2010	–	–	–	–	134.864	–	–	134.864	–	8.158.135	8.292.999
Aquisição de acções próprias	–	(2.953.523)	–	–	(2.953.523)	–	2.953.523	–	–	–	(2.953.523)
Entrega de acções próprias no âmbito dos Planos de Incentivos de Médio Prazo	–	2.581.036	–	–	1.012.560	(891.639)	(2.581.036)	(2.460.115)	–	–	120.921
Efeito do reconhecimento dos Planos de Incentivos de Médio Prazo	–	–	–	–	–	521.516	–	521.516	–	–	521.516
Saldo em 31 de Março de 2010	366.246.868	(13.181.502)	1.221.003	775.290.377	(212.409.606)	2.607.572	13.181.502	579.890.848	–	8.158.135	941.114.349
Interesses sem controlo											
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	–	–	–	–	–	–	–	–	508.152	–	508.152
Interesses sem controlo no rendimento integral	–	–	–	–	–	–	–	–	50.069	–	50.069
Distribuição dividendos											
Outras variações	–	–	–	–	–	–	–	–	124	–	124
Saldo em 31 de Março de 2010	–	–	–	–	–	–	–	–	558.345	–	558.345
Total	366.246.868	(13.181.502)	1.221.003	775.290.377	(212.409.606)	2.607.572	13.181.502	579.890.848	558.345	–	941.672.694

Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa

Para os períodos findos em 31 de Março de 2011 e 2010

(Montantes expressos em Euros)	Março de 2011		Março de 2010	
Actividades operacionais				
Recebimentos de clientes	243.396.685		229.229.529	
Pagamentos a fornecedores	(163.063.660)		(155.033.240)	
Pagamentos ao pessoal	(32.086.550)		(33.932.008)	
Fluxo gerado pelas operações	48.246.475		40.264.281	
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento	(725.627)		(725.609)	
Outros recebimentos/pagamentos relativos a actividades operacionais	(36.215.629)		7.837.344	
Fluxos das actividades operacionais (1)	11.305.219	11.305.219	47.376.016	47.376.016
Actividades de investimento				
Recebimentos provenientes de:				
Activos fixos tangíveis	5.059.575		71.459	
Activos fixos intangíveis	13.694		–	
Juros e proveitos similares	1.395.534	6.468.803	1.081.012	1.152.471
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos financeiros	(8.860.291)		–	
Activos fixos tangíveis	(28.535.162)		(31.857.507)	
Activos intangíveis	(5.111.038)	(42.506.491)	(4.388.863)	(36.246.370)
Fluxos das actividades de investimento (2)		(36.037.688)		(35.093.899)
Actividades de financiamento				
Recebimentos respeitantes a:				
Empréstimos obtidos	70.750.000	70.750.000	–	–
Pagamentos respeitantes a:				
Amortizações de contratos de locação financeira	(517.937)		(270.893)	
Juros e custos similares	(3.268.032)		(3.161.986)	
Dividendos	(124.500)		(161.850)	
Aquisição de acções próprias	(2.223.287)		(2.953.523)	
Empréstimos obtidos	(5.031.847)	(11.165.603)	(12.581.450)	(19.129.702)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		59.584.397		(19.129.702)
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		34.851.928		(6.847.585)
Efeito das diferenças de câmbio		(68.807)		97.626
Caixa e seus equivalentes no princípio do período		66.024.199		82.946.871
Caixa e seus equivalentes no final do período		100.807.320		76.196.912

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de Março de 2011 e 2010.

O Técnico Oficial de Contas
Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo
Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo
Miguel Nuno Santos Almeida
António Sampaio e Mello
David Charles Denholm Hobley
Frank Emmanuel Dangeard
Gervais Gilles Pellissier
Jean-François René Pontal
Nuno Miguel Moniz Trigoso Santos Jordão

Anexo às Demonstrações consolidadas dos Fluxos de Caixa

Para os períodos findos em 31 de Março de 2011 e 2010

1. Aquisição ou alienação de filiais e outras actividades empresariais

	Março de 2011	Março de 2010
a) Pagamento de aquisições em anos anteriores		
Sontária - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	8.860.291	-
	8.860.291	-

2. Descrição dos componentes de caixa e seus equivalentes

	Março de 2011	Março de 2010
Numerário	281.751	519.908
Depósitos à ordem	6.986.351	2.897.409
Aplicações de Tesouraria	93.540.000	72.880.252
Depósitos à ordem (saldos credores)	(782)	(100.656)
Caixa e seus equivalentes	100.807.320	76.196.913
Depósitos à ordem (saldos credores)	782	100.656
Disponibilidades constantes do balanço	100.808.102	76.297.569

3. Informações respeitantes a actividades financeiras não monetárias

	Março de 2011	Março de 2010
a) Créditos bancários obtidos e não sacados	80.000.000	224.550.000
b) Compra de empresas através da emissão de acções	Não aplicável	Não aplicável
c) Conversão de dívidas em capital	Não aplicável	Não aplicável

4. Repartição do fluxo de caixa por ramo de actividade

Actividade	Fluxo das actividades operacionais	Fluxo das actividades de investimento	Fluxo das actividades de financiamento	Variação de caixa e seus equivalentes
Telecomunicações	31.345.511	(26.174.495)	(6.496.838)	(1.325.822)
Multimédia	(4.708.677)	(159.072)	(43.976)	(4.911.725)
Sistemas de Informação	(15.761.528)	(1.262.729)	(150.516)	(17.174.773)
Holding	465.755	(8.439.192)	66.275.767	58.302.330
Outras	(35.842)	(2.200)	(40)	(38.082)
	11.305.219	(36.037.688)	59.584.397	34.851.928

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de Março de 2011 e 2010.

O Técnico Oficial de Contas
Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo
Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo
Miguel Nuno Santos Almeida
António Sampaio e Mello
David Charles Denholm Hobley
Frank Emmanuel Dangeard
Gervais Gilles Pellissier
Jean-François René Pontal
Nuno Miguel Moniz Trigoso Santos Jordão

9.2. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

A SONAECOM, S.G.P.S., S.A. ("Empresa" ou "Sonaecom") foi constituída em 6 de Junho de 1988, sob a firma Sonae – Tecnologias de Informação, S.A. e tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Maia – Portugal, sendo a empresa-mãe dum universo de empresas conforme indicado nas Notas 2, 3 e 4 ("Grupo").

Por escritura pública de 30 de Setembro de 1997, realizou-se a cisão-fusão da Pargeste, S.G.P.S., S.A., passando a Empresa a abarcar as participações financeiras das empresas ligadas ao núcleo de comunicação e tecnologias de informação da sociedade cindida.

Em 3 de Novembro de 1999, procedeu-se ao aumento de capital e alteração do pacto social, tendo a firma sido alterada para Sonae.com, S.G.P.S., S.A.. Desde então, o objecto social da Empresa é a gestão de participações sociais, tendo, na mesma data, o capital social sido redenominado para Euros, ficando este, na altura, representado por cento e cinquenta milhões de acções de valor nominal unitário de 1 Euro.

Em 1 de Junho de 2000, a Empresa foi objecto de uma Oferta Combinada de Acções, que integrou o seguinte:

- Oferta Pública de Venda de 5.430.000 acções, representativas de 3,62% do capital social, realizada no mercado nacional, dirigida: (i) aos colaboradores do Grupo Sonae; (ii) aos clientes das sociedades dominadas pela Sonaecom; e (iii) ao público em geral.
- Oferta Particular de Venda de 26.048.261 acções, representativas de 17,37% do capital social, dirigida a investidores institucionais, nacionais e estrangeiros.

Complementarmente à Oferta Combinada de Venda e nos termos a seguir indicados, teve lugar um aumento do capital social da Empresa, tendo as novas acções sido integralmente subscritas e realizadas pela Sonae, S.G.P.S., S.A. (accionista da Sonaecom, doravante designada "Sonae"). Este aumento de capital foi subscrito e realizado, na data de fixação do preço da Oferta Combinada de Venda, na modalidade de novas entradas em dinheiro, dando lugar à emissão de 31.000.000 novas acções ordinárias, escriturais e com o valor nominal unitário de 1 Euro. O preço de subscrição das novas acções foi igual ao preço fixado para a alienação das acções na referida Oferta Combinada (10 Euros).

Adicionalmente, a Sonae alienou, nesse exercício, 4.721.739 acções representativas do capital social da Sonaecom ao abrigo da opção concedida aos bancos líderes da Oferta Particular de Venda e 1.507.865 acções a gestores do Grupo Sonae e a antigos sócios de empresas adquiridas pela Sonaecom.

Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 17 de Junho de 2002, o capital social foi aumentado de 181.000.000 Euros para 226.250.000 Euros por subscrição pública reservada aos accionistas. Foram subscritas e realizadas 45.250.000 novas acções, de valor nominal unitário de 1 Euro, ao preço de 2,25 Euros por acção.

Em 30 de Abril de 2003, por escritura pública, a designação social foi alterada para SONAECOM, S.G.P.S., S.A..

Por deliberação da Assembleia Geral de 12 de Setembro de 2005, o capital social foi aumentado em 70.276.868 Euros de 226.250.000 Euros para 296.526.868 Euros, através da emissão de 70.276.868 novas acções, de valor nominal de 1 Euro cada, e com um prémio de emissão de 242.455.195 Euros, inteiramente subscrito pelo accionista France Telecom. A escritura do aumento de capital foi celebrada no dia 15 de Novembro de 2005.

Por deliberação da Assembleia Geral de 18 de Setembro de 2006, o capital social foi aumentado em 69.720.000 Euros, de 296.526.868 Euros para 366.246.868 Euros, através da emissão de 69.720.000 novas acções, de valor nominal de 1 Euro cada, e com um prémio de emissão global de 275.657.217 Euros, subscrito pelos accionistas 093X – Telecomunicações Celulares, S.A. (EDP) e Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A. (Parpública). A escritura deste aumento de capital ocorreu a 18 de Outubro de 2006.

Por deliberação da Assembleia Geral de 16 de Abril de 2008, as acções escriturais ao portador foram convertidas em acções escriturais nominativas.

Os negócios do Grupo consistem, essencialmente, nas seguintes actividades:

- Operador de telecomunicações móveis;
- Operador de telecomunicações fixas e internet;
- Multimedia;
- Consultoria em sistemas de informação.

O Grupo desenvolve a sua actividade em Portugal, com algumas subsidiárias (da área de consultoria em sistemas de informação) a operar no Brasil, no Reino Unido, na Irlanda, na Polónia, na Austrália, no México, na Malásia, no Egipto, nos

Estados Unidos da América, no Panamá, no Chile, em Singapura e em Espanha.

Desde 1 de Janeiro de 2001, as empresas do Grupo sediadas na Zona Euro passaram a adoptar o Euro como moeda base nos seus processos, sistemas e registos contabilísticos.

As demonstrações financeiras consolidadas são também apresentadas em Euros, arredondados à unidade, e as transacções em moeda estrangeira são incluídas, de acordo com as políticas contabilísticas abaixo apresentadas.

1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas respeitam às demonstrações financeiras consolidadas das empresas do Grupo Sonaecom e foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Notas 2, 3 e 4), os quais foram preparados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IAS/IFRS") tal como adoptadas pela União Europeia. Estas demonstrações foram preparadas tendo por base o custo histórico, excepto para a reavaliação de certos instrumentos financeiros.

Para a Sonaecom, não existem diferenças entre os IFRS adoptados pela União Europeia e os IFRS publicados pelo *Internacional Accounting Standards Board*.

A data de 1 de Janeiro de 2003 correspondeu ao início do período da primeira aplicação pela Sonaecom dos IAS/IFRS, de acordo com a SIC 8 (First time adoption of IAS).

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas ("endorsed") pela União Europeia e que tiveram aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2011, foram adoptadas pela primeira vez no período findo em 31 de Março de 2011:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 1 – Emendas (Excepções à divulgação de comparativos exigidos pela IFRS 7 na adopção pela primeira vez das IFRS's)	1-Jul-10
Esta emenda permite, na adopção pela primeira vez das IFRS's, a utilização das disposições transitórias introduzidas pela emenda de Março de 2009 à IFRS 7 (Melhoria das divulgações sobre Instrumentos Financeiros) para as entidades que já utilizam as IFRS's.	
Revisão da IAS 24 (Divulgações de Partes Relacionadas)	1-Jan-11
A norma revista aborda preocupações pelo facto dos requisitos de divulgação anteriores e a definição de entidade relacionada serem demasiado complexos e difíceis de aplicar na prática em ambientes de forte presença governamental, através de: (1) permissão de uma excepção parcial para entidades relacionadas com o Governo e (2) fornecendo uma definição revista de entidade relacionada.	
IAS 32 - Emendas (Clarificação de direitos de emissão)	1-Fev-10 *
Esta emenda clarifica que quando tais direitos são emitidos numa base 'pro rata' para todos os accionistas numa mesma classe por uma quantia monetária fixa, eles devem ser classificados em capitais próprios independentemente da moeda em que o preço de exercício está denominado.	
IFRIC 14 - Emendas (Pré-pagamento voluntário de contribuições)	1-Jan-11
Estas emendas corrigem uma consequência não desejada da IFRIC 14. Sem estas emendas, em determinadas circunstâncias não era permitido às entidades o reconhecimento como activo de certos pré-pagamentos voluntários de contribuições mínimas.	
IFRIC 19 (Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital Próprio)	1-Jul-10 *
Clarifica os requisitos das IFRSs quando uma entidade renegoceia os termos de um passivo financeiro com o seu credor, e este aceita acções da empresa ou outro instrumento de capital para realização completa ou parcial do passivo financeiro.	

* A data de eficácia de acordo com a adopção pela UE foi posterior à data de eficácia estabelecida originalmente pela norma.

A aplicação destas normas não teve impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas ("endorsed") pela União Europeia, mas têm aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – Ciclo 2008/2010	18-Fev-2011 *
Este processo envolveu a revisão de 7 normas contabilísticas.	

* A data de eficácia de acordo com a adopção pela UE foi posterior à data de eficácia estabelecida originalmente pela norma.

Estas normas apesar de aprovadas ("endorsed") pela União Europeia, não foram adoptadas pelo grupo no período findo em 31 de Março de 2011, em virtude da sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adopção das mesmas.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas ("endorsed") pela União Europeia:

Norma/Interpertação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IAS 12 - Emendas (Imposto diferido: Recuperação de activos subjacentes)	1-Jan-12
Esta alteração estabelece que, no caso das propriedades de investimento mensuradas ao justo valor, existe a presunção de que a sua recuperação será normalmente feita pela venda para efeitos de determinação do respectivo impacto fiscal. Como resultado, a SIC 21 - "Impostos sobre o Rendimento - Recuperação de activos não depreciáveis revalorizados" deixa de se aplicar a propriedades de investimento mensuardas ao justo valor. As restantes orientações contidas na SIC 21 são também vertidas para a IAS 12, sendo a SIC 21 retirada.	
IFRS 1 - Emendas (Isenção para hiperinflação severa e remoção das datas fixas)	1-Jul-11
As emendas: 1) substituem as datas fixas estabelecidas na excepção para desreconhecimentoe na excepção relacionada com a mensuração inicial ao justo valor dos instrumentos financeiros; e 2) incluem uma isenção específica ao custo considerado na primeira adopção das IFRS para as entidades que operavam anteriormente em economias classificadas como hiper-inflacionárias.	
IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Emendas (emitidas em 7 de Outubro de 2010)	1-Jul-11
A emenda requer divulgações com vista a um melhor entendimento das transacções de activos financeiros (por exemplo: securitização de activos), incluindo a compreensão dos efeitos possíveis de eventuais riscos remanescentes após a transferência. São ainda requeridas divulgações adicionais se uma quantidade desproporcional de transacções de activos ocorrer perto do final do período de relato.	
IFRS 9 (Instrumentos Financeiros)	1-Jan-13
Esta norma é o primeiro passo no projecto de substituição da IAS 39, e introduz novos requisitos de classificação e mensuração de activos financeiros.	

A aplicação destas normas e interpretações, quando aplicáveis, não produzirá efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas futuras do Grupo.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados pelo Grupo a 31 de Março de 2011 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010.

Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram as seguintes:

a) Investimentos financeiros em empresas do Grupo

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha directa ou indirectamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Accionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Grupo), foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas, correspondente à participação de terceiros nas mesmas, são apresentados no balanço consolidado e na demonstração de resultados consolidada, respectivamente, na rubrica "Interesses sem controlo".

O rendimento integral total é atribuído aos proprietários da empresa-mãe e aos interesses sem controlo mesmo que isso resulte num saldo deficitário dos interesses sem controlo.

Na aquisição de empresas é seguido o método da compra. Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos nas demonstrações de resultados desde a data da sua aquisição (ou de tomada de controlo) ou até à data da sua venda (ou cedência de controlo). As transacções, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados.

Os encargos incorridos com a compra de investimentos financeiros em empresas do Grupo são registados como custo no momento em que são incorridos.

As empresas consolidadas pelo método de consolidação integral encontram-se descritas na Nota 2.

b) Investimentos financeiros em empresas associadas

Os 'Investimentos em empresas associadas' (geralmente, investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, bem como pelas outras variações patrimoniais ocorridas nas participadas por contrapartida da rubrica de 'Outras reservas'. Anualmente é efectuada uma avaliação dos investimentos em associadas, de modo a verificar se existem situações de imparidade.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, excepto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com a associada, altura em que procede ao registo de uma provisão para outros riscos e encargos para esse efeito.

Os 'Investimentos em empresas associadas' encontram-se descritos na Nota 4.

c) Empresas controladas conjuntamente
As demonstrações financeiras das empresas controladas conjuntamente foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método da consolidação proporcional, desde a data em que o controlo conjunto foi adquirido. De acordo com este método, os activos, passivos, proveitos e custos destas empresas foram integrados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, rubrica a rubrica, na proporção do controlo atribuível ao Grupo.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos activos e passivos identificáveis da empresa controlada conjuntamente na data de aquisição é reconhecido como diferença de consolidação (Nota 9). Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como proveito do período, após reconfirmação do justo valor dos activos e passivos identificáveis.

As transacções, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo e empresas controladas conjuntamente são eliminados, na proporção do controlo atribuível ao Grupo.

A classificação dos investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente, entre outros aspectos, é determinada com base nos acordos parassociais que regulam o controlo conjunto.

As empresas controladas conjuntamente encontram-se descritas na Nota 3.

d) Activos fixos tangíveis
Os 'activos fixos tangíveis' encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas de imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes e registadas por duodécimos, a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As perdas de imparidade detectadas no valor de realização do activo fixo tangível, são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As taxas anuais utilizadas correspondem à vida útil estimada dos bens, que são as seguintes:

	Anos de vida útil
Edifícios	50
Outras construções	10-20
Redes de telecomunicações	10-40
Outros equipamentos básicos	8-16
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3-10
Ferramentas e utensílios	4-8
Outros activos fixos tangíveis	4-8

Durante o período findo em 31 de Março de 2011, o Conselho de Administração do Grupo procedeu, com efeitos prospectivos, à revisão da vida útil estimada de um conjunto de activos associados às redes de telecomunicações fixa e móvel, tendo como base relatórios de avaliação produzidos por entidades especializadas, independentes.

As despesas correntes com reparação e manutenção do activo fixo tangível são registadas como custo no exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentam o período estimado de utilização dos respectivos bens, são capitalizadas e amortizadas de acordo com a vida útil remanescente dos correspondentes bens.

Os custos estimados de desmantelamento e remoção de bens corpóreos, em cuja obrigação o Grupo incorre, são capitalizados e amortizados de acordo com a vida útil dos correspondentes bens.

Os activos fixos tangíveis em curso representam activos fixos tangíveis ainda em fase de construção/desenvolvimento, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes activos fixos tangíveis são amortizados a partir do momento em que os activos subjacentes se encontrem disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão. Boas condições em termos de cobertura de rede e/ou condições necessárias para assegurar um serviço mínimo em termos de qualidade e fiabilidade técnica são exemplos das condições avaliadas pela gestão.

e) Activos intangíveis
Os 'activos intangíveis' encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e eventuais perdas de imparidade acumuladas. Os 'activos intangíveis' só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, se o mesmo possuir o poder de controlar os mesmos e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os 'activos intangíveis' compreendem, essencialmente, software (excluindo aquele que se encontra associado a

'activos fixos tangíveis' – software de sites de telecomunicações), propriedade industrial, encargos incorridos com as licenças de operador de rede móvel (GSM e UMTS) e de rede fixa e os encargos incorridos com a aquisição de carteiras de clientes (valor atribuído no âmbito da alocação do preço de compra em concentrações de actividades empresariais).

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, durante o período estimado da sua vida útil (um a seis anos), a partir do mês em que as correspondentes despesas sejam incorridas, sendo as licenças de operador de rede móvel e de rede fixa amortizadas pelo período de tempo estimado da concessão, pelo que a licença UMTS, está a ser amortizada até 2030. Custos adicionais com a licença, nomeadamente, os associados com os compromissos assumidos com a Sociedade de Informação, encontram-se a ser amortizados até ao termo estimado da licença acima indicado. As amortizações das carteiras de clientes são calculadas pelo método das quotas constantes, durante o período médio estimado de retenção dos clientes que as compõem (4 a 6 anos).

As despesas com activos intangíveis gerados internamente, nomeadamente, as despesas com investigação e desenvolvimento, são registadas como custo no momento em que são incorridas. As despesas de desenvolvimento apenas são reconhecidas como activo intangível na medida em que se demonstre a capacidade técnica para completar o activo a fim de o mesmo estar disponível para uso ou comercialização.

As amortizações do exercício dos 'activos intangíveis' são registadas na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações'.

f) Marcas e patentes

As marcas e patentes são registadas ao seu custo de aquisição e são amortizadas a taxas constantes durante o seu período de vida útil estimada. Nos casos em que a vida útil é indefinida, as mesmas não são amortizadas, sendo o seu valor objecto de testes de imparidade numa base anual.

O Grupo Sonaecom não detém quaisquer marcas e/ou patentes com vida útil indefinida, pelo que não é aplicável a segunda parte do parágrafo supra.

g) Diferenças de consolidação

As diferenças entre o preço de aquisição dos investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas acrescido do valor dos interesses sem controlo, e o montante atribuído ao justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, quando positivas, são registadas na rubrica de 'Diferenças de consolidação' e, quando negativas, após uma reavaliação do seu apuramento, são registadas directamente na demonstração de resultados. O Grupo optará numa base de transacção a transacção, pelo cálculo do valor dos interesses sem controlo de acordo com a proporção do justo valor dos activos e passivos adquiridos, ou de acordo com o justo valor dos interesses sem controlo. Até 1 de Janeiro de 2010, os interesses sem controlo eram valorados exclusivamente de acordo com a proporção do justo valor dos activos e passivos adquiridos.

O valor dos pagamentos contingentes futuros é reconhecido como passivo no momento da concentração empresarial de acordo com o seu justo valor, sendo que qualquer alteração ao valor reconhecido inicialmente é registada em contrapartida do valor da 'Diferença de consolidação', mas apenas se ocorrer dentro do período de remensuração (12 meses após a data de aquisição) e se estiver relacionada com eventos anteriores à data de aquisição, caso contrário deverá ser registada por contrapartida de resultados.

Transacções de compra de interesses em entidades já controladas e transacções de venda de interesses em entidades sem que tal resulte em perda de controlo são tratadas como transacções entre detentores de capital afectando apenas as rubricas de capital próprio sem que exista impacto na 'Diferença de consolidação' ou em resultados.

No momento em que uma transacção de venda gerar uma perda de controlo, deverão ser desreconhecidos os activos e passivos da entidade, e qualquer interesse retido na entidade alienada deverá ser remensurado ao justo valor, e a eventual perda ou ganho apurada com a alienação é registada em resultados.

Até 1 de Janeiro de 2004, as 'Diferenças de consolidação' eram amortizadas durante o período estimado de recuperação do investimento, geralmente dez anos, sendo as amortizações registadas na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações' do exercício. A partir de 1 de Janeiro de 2004, de acordo com a IFRS 3 – "Concentrações de actividades empresariais", o Grupo suspendeu a amortização das 'Diferenças de consolidação', sujeitando as mesmas a testes de imparidade (alínea x). A partir dessa data, as perdas de imparidade do exercício relativas às 'Diferenças de consolidação' são registadas na demonstração de resultados do exercício na rubrica de 'Amortizações e depreciações'.

h) Instrumentos financeiros

O Grupo classifica os instrumentos financeiros nas seguintes categorias: 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados', 'Empréstimos e contas a receber', 'Investimentos detidos até ao vencimento' e 'Investimentos disponíveis para venda'. A classificação depende da intenção subjacente à aquisição do investimento.

A classificação é definida no momento do reconhecimento inicial e reapreciada numa base trimestral.

(i) 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados'
Esta categoria divide-se em duas subcategorias: 'activos financeiros detidos para negociação' e 'investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Um activo financeiro é classificado nesta categoria se for adquirido com o propósito de ser vendido no curto prazo ou se a adopção da valorização através deste método elimine ou reduza significativamente um desfasamento contabilístico. Os instrumentos derivados são também classificados como detidos para negociação, excepto se estiverem afectos a operações de cobertura. Os activos desta categoria são classificados como activos correntes no caso de serem detidos para negociação ou se for expectável que se realizem num período inferior a 12 meses da data do balanço.

(ii) 'Empréstimos e contas a receber'
'Empréstimos e contas a receber' são activos financeiros não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que não se encontram cotados em mercados activos/ líquidos. Estes investimentos financeiros surgem quando o Grupo fornece dinheiro, bens ou serviços directamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são registados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efectiva e deduzidos de qualquer imparidade.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são classificados como activos correntes, excepto nos casos em que a sua maturidade é superior a 12 meses da data do balanço, os quais se classificam como activos não correntes. Em ambos os casos, esta categoria aparece no balanço, incluída nas rubricas de 'Clientes' e 'Outras dívidas de terceiros'.

(iii) 'Investimentos detidos até ao vencimento'
Esta categoria inclui os activos financeiros, não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que possuem uma maturidade fixada e relativamente aos quais é intenção do Conselho de Administração a manutenção dos mesmos até à data do seu vencimento.

(iv) 'Investimentos disponíveis para venda'
Incluem-se aqui os activos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadrem nas categorias anteriores. Esta categoria é incluída nos activos não correntes, excepto se o Conselho de Administração tiver a intenção de alienar o investimento num período inferior a 12 meses da data do balanço.

Todas as compras e vendas de investimentos financeiros são reconhecidas à data da transacção, isto é, na data em que o Grupo assume todos os riscos e obrigações inerentes à compra ou venda do activo. Os investimentos são todos inicialmente reconhecidos ao justo valor mais custos de transacção, sendo a única excepção os 'investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Neste último caso, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transacção são reconhecidos na demonstração de resultados. Os investimentos são desreconhecidos quando o direito de receber fluxos financeiros tiver expirado ou tiver sido transferido e, consequentemente, tenham sido transferidos todos os riscos e benefícios associados.

Os 'investimentos disponíveis para venda' e os 'investimentos registados ao justo valor através de resultados' são posteriormente mantidos ao justo valor.

Os 'Empréstimos e contas a receber' e os 'Investimentos detidos até ao vencimento' são registados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efectiva.

Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' são registados na demonstração de resultados do exercício. Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos não monetários classificados como disponíveis para venda, são reconhecidos no capital próprio. No momento em que esse investimento é vendido ou esteja em situação de imparidade, o ganho ou perda acumulada é registado na demonstração de resultados.

O justo valor dos investimentos é baseado nos preços correntes de mercado. Se o mercado em que os investimentos estão inseridos não for um mercado activo/líquido (investimentos não cotados), o Grupo estabelece o justo valor através de outras técnicas de avaliação como o recurso a transacções de instrumentos financeiros substancialmente semelhantes, análises de fluxos financeiros e modelos de opção de preços ajustados para reflectir as circunstâncias específicas. Caso tal não possa ser utilizado, o Grupo valoriza tais investimentos pelo seu custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade identificadas. O justo valor dos investimentos cotados é calculado com base na cotação de fecho da Euronext à data do balanço.

O Grupo efectua avaliações à data de cada balanço sempre que exista evidência objectiva de que um activo financeiro possa estar em imparidade. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa (superior a 25%) ou prolongada (durante dois trimestres consecutivos) do seu justo valor para níveis inferiores ao seu custo é indicativo de que o activo se encontra em situação de imparidade. Se existir alguma evidência de imparidade para 'Investimentos disponíveis para venda', as perdas acumuladas – calculadas pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido de qualquer perda de imparidade anteriormente reconhecida na demonstração de

resultados – são retiradas do capital próprio e reconhecidas na demonstração de resultados.

i) Locação financeira e operacional
Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação.

As locações são classificadas como financeiras ou operacionais em função da substância e não da forma do respectivo contrato.

Os activos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o activo fixo tangível, as amortizações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual ao justo valor ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos em falta até ao final do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações do activo fixo tangível são reconhecidos como custos na demonstração de resultados.

Os bens cuja utilização decorre do regime de aluguer de longa duração ("ALD"), estão contabilizados pelo método de locação operacional. De acordo com este método, as rendas pagas são reconhecidas como custo, durante o período de aluguer a que respeitam.

j) Existências
As 'existências' são valorizadas ao custo de aquisição, deduzido das eventuais perdas de imparidade, o qual reflecte o seu valor estimado de realização.
As perdas acumuladas de imparidade para depreciação de existências reflectem a diferença entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido de mercado das existências, bem como a estimativa de perdas de imparidade por baixa rotação, obsolescência e deterioração e são registados na Demonstração de Resultados, em 'Custo das vendas', desde 1 de Janeiro de 2010, sendo que até essa data eram registados na rubrica "Provisões e perdas de imparidade".

k) Clientes e outras dívidas de terceiros
As dívidas de 'Clientes' e as 'Outras dívidas de terceiros' são registadas pelo seu valor realizável líquido e não incluem juros, por não se considerar material o efeito da sua actualização financeira.

Estes instrumentos financeiros surgem quando o Grupo empresta dinheiro, fornece bens ou presta serviços directamente a um devedor sem intenção de transaccionar o montante a receber.

Os montantes destas rubricas encontram-se deduzidos de eventuais perdas de imparidade, que são registados na Demonstração de Resultados em "Provisões e perdas de imparidade". Recuperações subsequentes de montantes anteriormente sujeitos a imparidade, são creditadas na rubrica de 'Outros proveitos operacionais' da demonstração de resultados.

l) Caixa e equivalentes de caixa
Os montantes incluídos na rubrica de 'Caixa e equivalentes de caixa' correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.

A demonstração consolidada dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7, através do método directo. O Grupo classifica na rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' compreende também os descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica 'Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos'.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em actividades operacionais, de financiamento e de investimento. As actividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos a pessoal e outros relacionados com a actividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas subsidiárias e associadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de activos fixos tangíveis. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e a contratos de locação financeira.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo, não existindo qualquer montante penhorado nem dado como garantia.

m) Empréstimos
Os empréstimos são registados no passivo pelo "custo amortizado". Eventuais despesas com a emissão desses empréstimos são registadas como uma dedução à dívida e reconhecidas, ao longo do período de vida desses empréstimos, de acordo com o método da taxa de juro efectiva. Os juros corridos mas não vencidos são acrescidos ao valor dos empréstimos até ao momento da sua liquidação.

n) Encargos financeiros com empréstimos obtidos
Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo à medida que são incorridos. Os encargos financeiros de empréstimos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de activos fixos são capitalizados fazendo parte do custo do activo. A capitalização destes encargos inicia-se com a preparação das actividades de construção ou desenvolvimento do activo e é interrompida após o início de utilização ou no final de produção ou construção do activo ou ainda, quando o projecto em causa se encontra suspenso.

o) Instrumentos financeiros derivados
O Grupo utiliza derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos. Derivados para negociação (especulação) não são utilizados pelo Grupo.

Os instrumentos financeiros derivados ("cash flow hedges") utilizados pelo Grupo respeitam a "swaps" de taxa de juro para cobertura do risco de taxa de juro em empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes aos "swaps" de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados. A variação no justo valor dos "swaps" de cobertura de "cash-flow" é registada no activo ou no passivo por contrapartida da rubrica dos capitais próprios "Reservas de cobertura".

Nos casos em que o instrumento de cobertura se revela ineficaz, os montantes gerados por ajustamentos ao justo valor são registados directamente na demonstração de resultados.

Em 31 de Março de 2011, o Grupo não se encontra a utilizar qualquer instrumento financeiro derivado.

p) Provisões e contingências
As 'Provisões' são reconhecidas quando, e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

Provisões para reestruturações apenas são registadas caso o Grupo possua um plano detalhado e este já tenha sido devidamente comunicado às partes envolvidas.

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo as mesmas divulgadas no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota.

Um activo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas, mas divulgado no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

q) Imposto sobre o rendimento
O 'Imposto sobre o rendimento' do período inclui o imposto corrente e o imposto diferido, de acordo com a IAS 12 – "Impostos sobre rendimento".

A Sonaecom é abrangida, desde Janeiro de 2008, pelo Regime especial de tributação dos grupos de sociedades, pelo que o imposto corrente é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e no referido regime especial, de acordo com as regras do mesmo. O Regime especial de tributação dos grupos de sociedades engloba todas as empresas participadas directa ou indirectamente em pelo menos 90% do capital social e que sejam residentes em Portugal e tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas. Para as empresas não abrangidas pelo regime especial de tributação, o imposto corrente é calculado com base nos respectivos resultados tributáveis, de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os 'Impostos diferidos activos' são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos activos. No final de cada exercício é efectuada uma revisão dos impostos diferidos registados, bem como dos não reconhecidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura ou registados, desde que, e até ao ponto em que, se torne provável a geração de lucros tributáveis no futuro que permitam a sua recuperação (Nota 11).

Os impostos diferidos são calculados à taxa que se espera que vigore no período em que se prevê que o activo ou o passivo seja realizado.

Nos casos em que os impostos diferidos são relativos a activos ou passivos registados directamente no capital próprio, o seu registo também é efectuado na rubrica de capital próprio. Nas outras situações, os impostos diferidos são sempre registados na demonstração de resultados.

r) Subsídios atribuídos pelo Governo
Subsídios atribuídos para financiar formação de pessoal são reconhecidos como proveitos durante o período de tempo durante o qual o Grupo incorre nos respectivos custos e são apresentados na demonstração de resultados a deduzir a esses mesmos custos.

Subsídios atribuídos para financiar investimentos são registados no balanço como proveitos diferidos e reconhecidos na demonstração de resultados, em 'Outros proveitos operacionais'. No caso dos investimentos em activos fixos tangíveis, tais subsídios são reconhecidos durante o período de vida útil estimado para os bens em causa e, no caso de outro tipo de investimentos, à medida que este vai sendo realizado.

s) Especialização de exercícios e Rédito
Os custos e os proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e os proveitos cujo valor real não seja conhecido, são contabilizados por estimativa.

Nas rubricas de 'Outros activos não correntes', 'Outros activos correntes', 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes' são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

As receitas dos serviços de telecomunicações são reconhecidas no período em que os serviços são prestados. A facturação destes serviços é efectuada numa base mensal. Os valores não facturados, desde o último ciclo de facturação até ao final do mês, são registados por estimativa com base na valorização global do tráfego realmente ocorrido. As diferenças entre os valores estimados e os reais, que normalmente não são significativas, são registadas no período subsequente.

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados consolidada quando os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos bens são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas antes de impostos e líquidas de descontos.

Os proveitos relacionados com os cartões pré-pagos são reconhecidos à medida que os minutos são consumidos. No final de cada período é efectuada uma estimativa dos minutos por consumir e o valor de receita associado a estes minutos é diferido.

Os encargos com os programas de fidelização de clientes através da atribuição de pontos, atribuídos pela filial Optimus - Comunicações, S.A., são quantificados tendo em conta a probabilidade de exercício dos mesmos e são deduzidos à receita no momento em que são gerados por contrapartida da rubrica 'Outros passivos correntes'.

Os custos e proveitos dos projectos de consultoria, desenvolvidos na área de sistemas de informação, são reconhecidos, em cada exercício, em função da percentagem de acabamento dos mesmos.

Os activos e passivos não financeiros não correntes são registados pelo seu justo valor e, em cada exercício, a actualização financeira para o justo valor é registada na demonstração de resultados nas rubricas de 'Outros custos financeiros' e 'Outros proveitos financeiros'.

Os dividendos apenas são reconhecidos quando o direito dos accionistas ao seu recebimento já estiver devidamente estabelecido e comunicado.

t) Classificação de balanço
Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes.

Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões para outros riscos e encargos' são classificados como activos e passivos não correntes (Notas 11 e 17).

u) Reservas
Reserva legal
A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da 'Reserva legal' até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reservas de prémios de emissão de acções
Os prémios de emissão correspondem a ágios obtidos com a emissão ou aumentos de capital. De acordo com a legislação comercial portuguesa, os valores incluídos nesta rubrica seguem o regime estabelecido para a 'Reserva legal', isto é, os valores não são distribuíveis, a não ser em caso de liquidação, mas podem ser utilizados para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo
De acordo com a IFRS 2 – "Pagamentos com base em acções", a responsabilidade com os Planos de Incentivo de Médio Prazo liquidados através da entrega de acções próprias é registada, a crédito, na rubrica de 'Reservas para Planos de Incentivo de

Médio Prazo', sendo que tal reserva não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

Reservas de cobertura
As reservas de cobertura reflectem as variações de justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura de "cash flow" que se consideram eficazes (Nota 1.o)), sendo que as mesmas não são passíveis de ser distribuídas ou serem utilizadas para absorver prejuízos.

Reservas de acções próprias
As 'Reservas de acções próprias' reflectem o valor das acções próprias adquiridas e seguem um regime legal equivalente ao da reserva legal.

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da Empresa, apresentadas de acordo com as IAS/IFRS. Assim, a 31 de Março de 2011, a Sonaecom, SGPS, S.A., dispunha de reservas que, pela sua natureza, são consideradas distribuíveis no montante de cerca de 123 milhões de euros.

v) Acções próprias
As acções próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das acções próprias são registadas na rubrica 'Outras reservas'.

w) Moeda estrangeira
Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data dos balanços.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração consolidada de resultados do exercício nas rubricas de resultados financeiros.

São tratadas como entidades estrangeiras aquelas que, operando no estrangeiro, têm autonomia organizacional, económica e financeira.

Os activos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio existentes à data do balanço, sendo que os custos e proveitos dessas demonstrações financeiras foram convertidos para Euros utilizando a taxa de câmbio média do período. A diferença cambial resultante é registada no capital próprio na rubrica 'Outras reservas'.

As 'Diferenças de consolidação' e os ajustamentos de justo valor gerados nas aquisições de entidades estrangeiras com moeda funcional diferente do Euro são convertidos à data de fecho do balanço.

As cotações utilizadas para conversão em Euros das contas das filiais estrangeiras e dos saldos em moeda estrangeira foram as seguintes:

	2011		2010	
	31 de Março	Média	31 de Março	Média
Libra inglesa	1,1316	1,1714	1,1239	1,1269
Real brasileiro	0,4337	0,4388	0,4159	0,4016
Dólar americano	0,7039	0,7314	0,7419	0,7235
Zloti (Polónia)	0,2493	0,2535	0,2586	0,2509
Dólar australiano	0,7280	0,7349	0,6784	0,6543
Pesos mexicanos	0,0591	0,0606	0,0600	0,0567
Libra Egípcia	0,1187	0,1239	0,1343	0,1321
Ringgit (Malásia)	0,2327	0,2401	0,2274	0,2148
Peso Chileno	0,0015	0,0015	-	-
Dólar de Singapura	0,5586	0,5727	-	-
Franco suiço	0,7689	0,7770	-	-

x) Imparidade de activos

São efectuados testes de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um activo se encontra registado possa não ser recuperado. Sempre que o montante pelo qual um activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações' nos casos de Activos fixos tangíveis e intangíveis e de Diferenças de consolidação, na rubrica 'Outros custos financeiros' no caso de Investimentos financeiros e, para os outros activos, na rubrica de 'Provisões e perdas de imparidade'. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o activo pertence.

Evidência da existência de imparidade nas contas a receber surge quando:
- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verificam atrasos significativos no pagamento de juros e outros pagamentos principais por parte da contraparte; e
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira.

Para determinadas categorias de activos financeiros para as quais não é possível determinar a imparidade em termos individuais, esta é calculada em termos colectivos. Evidência objectiva de imparidade para um portfólio de contas a receber pode incluir a experiência passada em termos de cobranças, aumento do número de atrasos nos recebimentos, assim como alterações nas condições económicas nacionais ou locais que estejam correlacionadas com a capacidade de cobrança.

Para o valor das Diferenças de consolidação e de Investimentos financeiros, a quantia recuperável, calculada em termos de valor de uso, é determinada com base nos últimos planos de negócio devidamente aprovados pelo Conselho de Administração do Grupo. Para as dívidas a receber, o Grupo utiliza informação histórica e estatística, que lhe permite efectuar uma previsão dos montantes em imparidade. No caso das Existências, as imparidades são calculadas com base nos valores de mercado e em diversos indicadores de rotação das existências.

y) Planos de Incentivo de Médio Prazo
O tratamento contabilístico dos Planos de Incentivo de Médio Prazo é baseado na IFRS 2 – "Pagamento com Base em Acções".

De acordo com a IFRS 2, quando os planos estabelecidos pelo Grupo são liquidados através da entrega de acções próprias, a responsabilidade estimada é registada a crédito na rubrica de 'Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo', no Capital próprio, por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício.

Essa responsabilidade é quantificada com base no justo valor das acções à data de atribuição do plano e reconhecida durante o período de diferimento de cada plano (desde a data de atribuição do plano até à sua data de vencimento). A responsabilidade total é calculada proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização.

Quando as responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, isto é, quando são substituídas pelo pagamento de uma verba fixa a uma entidade externa ao Grupo, que assume a responsabilidade de entrega das acções na data de vencimento de cada plano, o tratamento contabilístico acima referido, sofre as seguintes adaptações:

(i) O valor total a pagar é registado no balanço nas rubricas 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes';

(ii) A parte da responsabilidade ainda não reconhecida na demonstração de resultados (relacionada com o período ainda a decorrer até à data de exercício) é diferida e registada no balanço nas rubricas 'Outros activos não correntes' e 'Outros activos correntes';

(iii) O efeito líquido dos registos referidos em i) e ii) anulam o impacto, acima mencionado, em Capitais próprios;

(iv) Na demonstração de resultados, o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento, continua a ser registado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

Para os planos liquidados em dinheiro, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes', por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das acções à data de cada balanço.

Quando estas responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, a contabilização é efectuada da mesma forma, mas com a responsabilidade quantificada com base no valor fixado no contrato.

Os planos liquidados através da entrega de acções da empresa-mãe são contabilizados como se se tratassem de planos liquidados em dinheiro, ou seja, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes', por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das acções à data de cada balanço.

A 31 de Março de 2011, todos os planos de acções Sonaecom em aberto estavam cobertos através da detenção de acções próprias. O impacto associado aos planos de acções dos Planos de Incentivo de Médio Prazo relativos a acções Sonaecom está contabilizado, no balanço, na rubrica de 'Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo'. Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

Em relação aos planos liquidados através da entrega de acções da empresa-mãe, com a excepção de um dos planos, o Grupo efectuou contratos de cobertura, com uma entidade externa, através dos quais fixou o preço para a aquisição das referidas acções, pelo que a responsabilidade com os mesmos se encontra registada ao preço fixado no contrato, proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização, nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes'. Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

z) Eventos subsequentes
Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events") são reflectidos

nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("non adjusting events"), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

aa) Julgamentos e estimativas
As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras consolidadas dos períodos findos em 31 de Março de 2011 e 2010 incluem:

(i) Vidas úteis do activo tangível e intangível;

(ii) Análises de imparidade das diferenças de consolidação e de outros activos tangíveis e intangíveis;

(iii) Registo de ajustamentos aos valores do activo (Contas a Receber e Existências) e provisões;

(iv) Cálculo da responsabilidade associada aos programas de fidelização de clientes.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pela IAS 8 – "Politicas contabilísticas, alterações em estimativas contabilísticas e erros".

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, são descritos nas correspondentes notas anexas.

ab) Gestão do Risco Financeiro
A actividade do Grupo está exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de mercado, o risco de liquidez e o risco de crédito.

Este conjunto de riscos deriva da incerteza característica dos mercados financeiros, a qual se reflecte na capacidade de projecção de fluxos de caixa e rendibilidades. A política de gestão dos riscos financeiros do Grupo, subjacente a uma perspectiva de continuidade das operações no longo prazo, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes dessas incertezas, recorrendo, sempre que possível e aconselhável, a instrumentos derivados de cobertura (Nota 1. o)).

Risco de mercado

a) Risco de taxa de câmbio
O Grupo opera internacionalmente e detém subsidiárias a operar em países com moeda diferente do Euro, nomeadamente, no Brasil, no Reino Unido, na Polónia, nos Estados Unidos, no México, na Austrália, no Egipto, no Chile, no Panamá, em Singapura e na Malásia (sucursal), estando assim exposto ao risco de taxa de câmbio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressos em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados do Grupo a flutuações cambiais.

Sempre que possível, o Grupo tenta realizar coberturas naturais dos valores em exposição, compensando os créditos concedidos e recebidos expressos na mesma moeda. Quando tal não se revele possível ou adequado, o Grupo recorre a outros instrumentos derivados de cobertura.

A exposição do Grupo ao risco de taxa de câmbio advém, maioritariamente, do facto de algumas das suas subsidiárias relatarem em moeda diferente do Euro, sendo imaterial o risco associado à actividade operacional.

b) Risco de taxa de juro
A totalidade do endividamento da Sonaecom encontra-se indexada a taxas variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio da sociedade é mitigado pelo efeito dos seguintes factores: (i) relativamente baixo nível de alavancagem financeira; (ii) possibilidade de utilização de instrumentos derivados de cobertura do risco de taxa de juro, conforme referido abaixo; (iii) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados consolidados (nomeadamente operacionais) do Grupo, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos ("natural hedge"); e (iv) existência de liquidez ou disponibilidades consolidadas igualmente remuneradas a taxas variáveis.

O Grupo apenas utiliza instrumentos derivados ou transacções semelhantes para efeitos de cobertura de riscos de taxas de juro considerados significantes. Três princípios são utilizados na selecção e determinação dos instrumentos de cobertura do risco da taxa de juro:

- Para cada derivado ou instrumento de cobertura utilizado para protecção de risco associado a um determinado financiamento, existe coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos objecto de cobertura e as datas de liquidação ao abrigo do instrumento de cobertura;
- Equivalência perfeita entre as taxas base: o indexante utilizado no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser o mesmo que o aplicável ao financiamento/ transacção que está a ser coberta; e
- Desde o início da transacção, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja

enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios do Grupo.

Uma vez que a totalidade do endividamento da Sonaecom (Nota 15) encontra-se indexado a taxas variáveis, swaps de taxa de juro e outros derivados são utilizados, quando tal é considerado necessário, como forma de protecção contra as variações dos fluxos de caixa futuros associados aos pagamentos de juros. Os swaps de taxa de juro contratados têm o efeito económico de converter os respectivos empréstimos associados a taxas variáveis para taxas fixas. Ao abrigo destes contratos, o Grupo acorda com terceiras partes (bancos) a troca, em períodos de tempo pré-determinados, da diferença entre o montante de juros calculados à taxa fixa contratada e à taxa variável da altura de refixação, com referência aos respectivos montantes nocionais acordados.

As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de crédito de elevada qualidade creditícia, sendo política do Grupo privilegiar a contratação destes instrumentos com entidades bancárias que formem parte das suas operações de financiamento. Para efeitos de determinação da contraparte das operações pontuais, a Sonaecom solicita a apresentação de propostas e preços indicativos a um número representativo de bancos de forma a garantir a adequada competitividade dessas operações.

Na determinação do justo valor das operações de cobertura, o Grupo utiliza determinados métodos, tais como modelos de avaliação de opções e de actualização de fluxos de caixa futuros, e utiliza determinados pressupostos que são baseados nas condições de taxas de juro de mercado prevalecentes à data de Balanço. Cotações comparativas de instituições financeiras, para instrumentos específicos ou semelhantes, são utilizadas como referencial de avaliação.

O justo valor dos derivados contratados, que se qualifiquem como de cobertura de justo valor ou que não sejam considerados suficientemente eficazes na cobertura de fluxos de caixa (conforme definições da IAS 39), é reconhecido nas rubricas de empréstimos, sendo as variações do seu justo valor reconhecidas directamente na demonstração de resultados do exercício. O justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa, considerados eficazes de acordo com o definido pela IAS 39, é reconhecido nas rubricas de empréstimos e as variações registadas no capital próprio.

O Conselho de Administração da Sonaecom aprova os termos e condições dos financiamentos considerados materiais para a Empresa, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixo/variável). No âmbito da política acima definida, cabe à Comissão Executiva, através do acompanhamento permanente das condições e das alternativas existentes no mercado, a decisão sobre a contratação pontual de instrumentos financeiros derivados destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

Risco de liquidez

A existência de liquidez nas empresas do Grupo implica que sejam definidos parâmetros de actuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez tem um triplo objectivo: (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respectivas datas de vencimento, bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos; (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e (iii) Eficiência Financeira, isto é, garantir que as Empresas maximizam o valor / minimizam o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Os principais parâmetros subjacentes a tal política correspondem ao tipo de instrumentos permitidos, ao nível de risco máximo aceitável, ao montante máximo de exposição por contraparte e aos prazos máximos de investimento.

A liquidez existente numa determinada subsidiária deverá ser aplicada nas alternativas abaixo descritas e pela ordem de prioridade apresentada:

(i) Amortização de dívida de curto prazo – após comparação do custo de oportunidade de amortização e o custo de oportunidade inerente aos investimentos alternativos;

(ii) Gestão consolidada de liquidez – a liquidez existente nas empresas do Grupo, deverá ser prioritariamente aplicada em empresas do Grupo, para que de uma forma consolidada seja reduzida a utilização de dívida bancária; e

(iii) Recurso ao mercado.

O investimento por recurso ao mercado está limitado à contratação de operações com contrapartes elegíveis, isto é, que cumpram com determinadas notações de rating previamente definidas pela Administração, e limitada a determinados montantes máximos por contraparte.

A definição de limites máximos por contraparte tem como objectivo garantir que as aplicações de excedentes são realizadas de uma forma prudente e em observância dos princípios de gestão de relacionamento bancário.

A maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em activos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para

calcular os montantes e prazos das operações de tomada de fundos/aplicações no mercado.

A análise da maturidade dos empréstimos obtidos é apresentada na Nota 15.

Risco de Crédito

A exposição do Grupo ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua actividade operacional. O risco de crédito associado a operações financeiras é mitigado pelo facto de o Grupo, no que respeita a operadores de telecomunicações, apenas negociar com entidades de elevada qualidade creditícia.

A gestão deste risco tem por objectivo garantir a efectiva cobrança dos seus créditos nos prazos estabelecidos sem afectar o equilíbrio financeiro do Grupo. O Grupo recorre a agências de avaliação de crédito e possui departamentos específicos de controlo de crédito, cobrança e de gestão de processos em contencioso, assim como seguros de crédito, que contribuem para mitigar tal risco.

O montante relativo a clientes e outros devedores apresentado nas demonstrações financeiras, os quais se encontram líquidos de imparidades, representam a máxima exposição do Grupo ao risco de crédito.

2. Empresas incluídas na consolidação

As empresas do grupo incluídas na consolidação pelo método integral, suas sedes sociais, actividade principal, detentor de capital e proporção do capital detido em 31 de Março de 2011 e 2010, são as seguintes:

Percentagem do capital detido

				2011		2010	
Firma (Marca comercial)	Sede social	Actividade principal	Detentor de capital	Directo	Efectivo*	Directo	Efectivo*
Empresa-mãe							
SONAECOM, S.G.P.S., S.A. ("Sonaecom")	Maia	Gestão de participações sociais.		–	–	–	–
Subsidiárias							
Be Artis – Concepção, Construção e Gestão de Redes de Comunicações, S.A. ("Artis")	Maia	Concepção, construção, gestão e exploração de redes de comunicações electrónicas e dos respectivos equipamentos e infra-estruturas, gestão de activos tecnológicos próprios ou de terceiros e prestação de serviços conexos.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Be Towering – Gestão de Torres de Telecomunicações, S.A. ("Be Towering")	Maia	Implantação, instalação e exploração de torres e outros sites para colocação de equipamentos de telecomunicações.	Optimus	100%	100%	100%	100%
Cape Technologies Limited ('Cape Technologies')	Dublin	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do	100%	100%	100%	100%
Digitmarket – Sistemas de Informação, S.A. ("Digitmarket" – usando a marca "Bizdirect")	Maia	Desenvolvimento de plataformas de gestão e comercialização de produtos, serviços e informação, tendo como principal suporte a internet.	Sonaecom SI	75,10%	75,10%	75,10%	75,10%
Lugares Virtuais, S.A. ('Lugares Virtuais')	Maia	Organização e gestão de portais electrónicos on-line, aquisição de conteúdos, gestão de leilões electrónicos, aquisição e disponibilização de produtos e serviços por via electrónica e quaisquer actividades conexas.	Miauger	100%	100%	100%	100%
Mainroad – Serviços em Tecnologias de Informação, S.A. ("Mainroad")	Maia	Prestação de serviços de consultadoria na área dos sistemas de informação.	Sonaecom SI	100%	100%	100%	100%
Miauger – Organização e Gestão de Leilões Electrónicos, S.A. ('Miauger')	Maia	Organização e gestão de leilões electrónicos "on-line" de produtos e serviços.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
M3G – Edições Digitais, S.A. ('M3G')	Maia	Edições digitais, edição electrónica e produção de conteúdos na internet.	Público	100%	100%	100%	100%
Optimus - Comunicações, S.A. ('Optimus') (a)	Maia	Implementação, operação, exploração e oferta de redes e prestação de serviços de comunicações electrónicas, bem como quaisquer recursos conexos e, ainda, fornecimento e comercialização de produtos e equipamentos de comunicações electrónicas.	Sonaecom Sonae Telecom Sonaecom BV	54.15% 35.86% 9,00%	54.15% 35.86% 9,00%	53.54% 35.86% 10.60%	53.54% 35.86% 10.60%
Per-Mar – Sociedade de Construções, S.A. ('Per-Mar')	Maia	Compra e venda, arrendamento e exploração de bens imóveis e estabelecimentos comerciais.	Optimus	100%	100%	100%	100%
Praesidium Services Limited ('Praesidium Services')	Berkshire	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do UK	100%	100%	100%	100%
PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A. ('PCJ') (b)	Maia	Redacção, composição e edição de publicações periódicas e não periódicas e a exploração de estações e estúdios de rádio e de televisão.	Sonaecom	100%	100%	–	–
Público – Comunicação Social, S.A. ('Público')	Porto	Redacção, composição e edição de publicações periódicas e não periódicas.	Sonaecom Sonaetelecom BV	100% –	100% –	– 100%	– 100%

*Percentagem de capital detido pela Sonaecom

(a) Empresa anteriormente denominada 'Sonaecom - Serviços de Comunicações, S.A.'

(b) Empresa constituída em Dezembro 2010.

Percentagem do capital detido

Firma (Marca comercial)	Sede social	Actividade principal	Detentor de capital	2011 Directo	2011 Efectivo*	2010 Directo	2010 Efectivo*
Saphety Level – Trusted Services, S.A. ("Saphety")	Maia	Prestação de serviços, formação e consultoria em comunicação, processamento, e certificação electrónica de dados; comercialização, desenvolvimento e representação de software.	Sonaecom SI	**86,995%**	**86,995%**	86,995%	86,995%
Sonae com - Sistemas de Informação, S.G.P.S., S.A. ("Sonae com SI")	Maia	Gestão de participações sociais, no âmbito do negócio de corporate venturing e joint-ventures.	Sonaecom	**100%**	**100%**	100%	100%
Sonaecom - Sistemas de Información Espanã, S.L. ("SSI Espanã")	Madrid	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação	Sonaecom SI	**100%**	**100%**	100%	100%
Sonaecom BV	Amesterdão	Gestão de participações sociais.	Sonaecom	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**
Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A. ('Sonae Telecom')	Maia	Gestão de participações sociais, no âmbito das telecomunicações	Sonaecom	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**
Sonaetelecom BV	Amesterdão	Gestão de participações sociais.	Sonaecom	**100%**	**100%**	100%	100%
Sontária - Empreendimentos Imobiliários, S.A. ('Sontária') (d)	Maia	Realização de urbanizações e construções de edifícios, planeamento, gestão urbanística, realização de estudos, construção e gestão de imóveis, compra e venda de bens imóveis e revenda dos adquiridos para esse fim.	Sonaecom	**100%**	**100%**	–	–
Tecnológica Telecomunicações, LTDA. ('Tecnológica')	Rio de Janeiro	Prestação de serviços de consultoria e assistência técnica relacionados com informática e telecomunicações.	We Do Brasil	**99,99%**	**99,99%**	99,99%	99,90%
We Do Consulting – Sistemas de Informação, S.A. ('We Do')	Maia	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonaecom SI	**100%**	**100%**	100%	100%
Wedo do Brasil Soluções Informáticas, Ltda. ("We Do Brasil")	Rio de Janeiro	Comercialização de software e hardware; prestação de serviços de consultoria e assistência técnica relacionados com informática e processamento de dados.	We Do	**99,91%**	**99,91%**	99,91%	99,91%
We Do Poland Sp. Z.o.o. ("We Do Poland")	Poznan	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Cape Technologies	**100%**	**100%**	100%	100%
We Do Technologies Americas, Inc ('We Do US') (e)	Wilmington	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Cape Technologies	**100%**	**100%**	100%	100%
We Do Technologies Australia PTY Limited ("We Do Asia")	Sidney	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Cape Technologies	**100%**	**100%**	100%	100%
We Do Technologies BV ("We Do BV")	Amesterdão	Gestão de participações sociais.	We Do	**100%**	**100%**	100%	100%
We Do Technologies BV – Sucursal Malásia ("We Do Malásia")	Kuala Lumpur	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV	**100%**	**100%**	100%	100%
We Do Technologies Chile SpA ("We Do Chile") (f)	Chile	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV	**100%**	**100%**	–	–
We Do Technologies Egypt LLC ("We Do Egypt")	Cairo	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV Sonaecom BV Sonaetelecom BV	**90%** **5%** **5%**	**90%** **5%** **5%**	90% 5% 5%	90% 5% 5%
We Do Technologies (UK) Limited ("We Do UK")	Berkshire	Gestão de participações sociais.	We Do	**100%**	**100%**	100%	100%
We Do Technologies Mexico, S de R.L. ("We Do Mexico")	Cidade do México	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonaecom BV We Do BV	**5%** **95%**	**5%** **95%**	5% 95%	5% 95%
We Do Technologies Panamá S.A. ("We Do Panamá") (g)	Cidade do Panamá	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**
We Do Technologies Singapore PTE. LDT. ("We Do Singapura") (h)	Singapura	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**

* Percentagem efectiva de capital detido pela Sonaecom
(d) Empresa adquirida em Dezembro 2010
(e) Empresa anteriormente denominada "Cape Technologies Americas, Inc".
(f) Empresa constituída em Abril 2010
(g) Empresa constituída em Fevereiro 2010
(h) Empresa constituída em Janeiro 2010

Todas estas empresas foram incluídas na consolidação, pelo método de consolidação integral, conforme estabelecido pela IAS 27 – "Demonstrações financeiras consolidadas e separadas" (maioria dos direitos de voto, sendo titular de capital da empresa).

3. Empresas controladas conjuntamente

Em 31 de Março de 2011 e 2010, o Grupo controla conjuntamente e consolida pelo método proporcional a seguinte empresa:

Percentagem do capital detido

				2011		2010	
Firma(Marca comercial)	Sede social	Actividade principal	Detentor de capital	**Directo**	**Efectivo***	Directo	Efectivo*
Unipress – Centro Gráfico, Lda. ("Unipress")	Vila Nova de Gaia	Comércio, industria de artes gráficas e impressão de jornais.	Público	**50%**	**50%**	50%	50%

*Percentagem de capital detido pela Sonaecom

Em 31 de Março de 2011 e 2010, os principais impactos decorrentes da consolidação pelo método proporcional, da entidade acima referida, é o seguinte (débito/(crédito)):

	2011	2010
Activos não correntes	**2.509.856**	3.101.500
Activos correntes	**789.750**	580.334
Passivos não correntes	**(2.285.263)**	(2.771.686)
Passivos correntes	**(518.065)**	(454.194)
Resultado líquido	**(76.414)**	(40.423)
Total de proveitos	**(437.345)**	(455.007)
Total de custos	**360.931**	414.584

4. Investimentos em empresas associadas

Em 31 de Março de 2011 e 2010, esta rubrica incluía o investimento numa empresa associada, cuja sede social, actividade principal, detentor do capital, proporção do capital detido e valor de balanço, são os seguintes:

Percentagem do capital detido

				2011		2010		Valor de balanço	
Firma (Marca comercial)	Sede social	Actividade principal	Detentor de capital	**Directo**	**Efectivo***	Directo	Efectivo*	**2011**	2010
Empresas associadas:									
Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A. ("S.I.R.S." – usando a marca " Rádio Nova")	Porto	Actividade de radiodifusão sonora.	Público	**45%**	**45%**	45%	45%	**(a)**	(a)
								–	–

*Percentagem efectiva de capital detido pela Sonaecom
(a) Participação que se encontra registada por um valor nulo.

A empresa associada foi incluída na consolidação, pelo método de equivalência patrimonial, conforme indicado na Nota 1. b), não tendo sido necessário efectuar qualquer ajustamento de uniformização das políticas contabilísticas da empresa associada com as políticas contabilísticas do Grupo, dado não existirem diferenças significativas.

Em 31 de Março de 2011 e 2010, o valor dos activos, passivos, proveitos e resultado líquido das empresas associadas foi como segue:

Empresa	Activo	Passivo	Total de proveitos	Resultado líquido
2011				
Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A.	504.568	517.326	230.113	17.676
2010				
Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A.	631.620	592.996	282.438	69.288

5. Alterações ocorridas no Grupo

Durante o período findo em 31 de Março de 2011 não se verificaram alterações no Grupo. Durante o período findo em 31 de Março de 2010, verificaram-se as seguintes constituições de novas empresa no Grupo:

Participante	Participada	Data	Capital	% participação actual
2010				
We Do BV	SSI Espanã	Jan-10	3,010 EUR	100,00%
We Do BV	We Do Singapura	Jan-10	1 SGD	100,00%
We Do BV	We Do Panamá	Fev-10	–	100,00%

6. Activos fixos tangíveis

Nos períodos findos em 31 de Março de 2011 e 2010, o movimento ocorrido no valor dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

									2011
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Ferramentas e utensílios	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Activo bruto									
Saldo em 31 Dezembro 2010	1.391.593	291.774.394	1.035.279.721	185.510	191.447.203	1.164.237	5.543.321	40.982.832	1.567.768.811
Adições	–	24.397	1.321.664	–	3.261.930	7.675	–	14.151.577	18.767.243
Alienações	–	(39.509)	(41.418.086)	–	(3.101.835)	(2.096)	–	–	(44.561.526)
Transferências e abates	–	3.172.889	22.469.623	–	672.227	2.332	989	(30.231.740)	(3.913.680)
Saldo em 31 Março 2011	1.391.593	294.932.171	1.017.652.922	185.510	192.279.525	1.172.148	5.544.310	24.902.669	1.538.060.848
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas									
Saldo em 31 Dezembro 2010	–	153.589.162	647.567.969	103.516	169.023.979	1.124.067	3.990.377	–	975.399.070
Amortizações do período	–	3.219.136	12.562.801	8.224	4.283.823	4.650	189.498	–	20.268.132
Alienações	–	(2.402)	(34.815.073)	–	(3.101.835)	(790)	–	–	(37.920.100)
Transferências e abates	–	(994.674)	(1.932.680)	–	(141.826)	(4.002)	–	–	(3.073.182)
Saldo em 31 Março 2011	–	155.811.222	623.383.017	111.740	170.064.141	1.123.925	4.179.875	–	954.673.920
Valor líquido	1.391.593	139.120.949	394.269.905	73.770	22.215.384	48.223	1.364.435	24.902.669	583.386.928

									2010
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Ferramentas e utensílios	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Activo bruto									
Saldo em 31 Dezembro 2009	1.391.593	269.275.732	955.961.416	331.913	172.948.905	1.192.268	5.302.033	99.788.541	1.506.192.401
Adições	–	127.896	997.137	20.391	4.133.906	–	79.092	14.075.027	19.433.449
Alienações	–	–	(173)	(84.175)	(117.281)	–	–	–	(201.629)
Transferências e abates	–	4.350.066	15.266.138	–	1.265.424	916	42.218	(29.936.591)	(9.011.827)
Saldo em 31 Março 2010	1.391.593	273.753.695	972.224.519	268.129	178.230.954	1.193.184	5.423.343	83.926.977	1.516.412.392
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas									
Saldo em 31 Dezembro 2009	–	141.241.132	627.788.784	100.943	148.814.943	1.151.389	3.675.719	–	922.772.910
Amortizações do período	–	2.813.563	17.134.890	15.481	5.657.103	4.723	159.169	–	25.784.929
Alienações	–	–	(124)	(16.310)	(102.699)	–	–	–	(119.133)
Transferências e abates	–	28.991	(5.854.880)	–	819.317	–	–	–	(5.006.572)
Saldo em 31 Março 2010	–	144.083.686	639.068.670	100.114	155.188.664	1.156.112	3.834.888	–	943.432.134
Valor líquido	1.391.593	129.670.009	333.155.849	168.015	23.042.290	37.071	1.588.455	83.926.977	572.980.258

As adições do exercício incluem um conjunto de activos associados à operação de UMTS (Universal Mobile Telecommunications Service), ao HSDPA (Kanguru Express) e ao FTTH (Fibre-to-the-Home), parte dos quais estão associados a projectos em curso, pelo que se mantém registados em "Activos tangíveis em curso".

O custo de aquisição dos 'Activos fixos tangíveis' detidos pelo Grupo no âmbito de contratos de locação financeira, em 31 de Março de 2011 e 2010, ascendia a 30.541.539 Euros e a 28.943.984 Euros, sendo o seu valor líquido contabilístico, nessas datas, de 17.514.106 Euros e 18.533.472 Euros, respectivamente.

Em 31 de Março de 2011 os 'Activos fixos tangíveis' incluem o montante de 19,5 milhões de euros relativo ao valor líquido do equipamento de telecomunicações cedido a clientes, ao abrigo de contratos de comodato com um período pré-definido, o qual se encontra a ser amortizado durante o período de duração desses mesmos contratos.

Em 31 de Março de 2011, a rubrica de 'Activos fixos tangíveis' não inclui qualquer bem dado como penhor ou em garantia da liquidação de empréstimos ou passivos, excepção feita aos activos afectos a contratos de locação financeira.

Durante os períodos findos em 31 de Março de 2011 e em 30 de Junho de 2010, o Conselho de Administração do Grupo procedeu, com efeitos prospectivos, à revisão da vida útil estimada de um conjunto de activos tangíveis e de software associados às redes de telecomunicações fixa e móvel e da totalidade dos activos associados à rede UMTS, revisões estas que foram registadas de forma prospectiva. O seu impacto significou que as amortizações do período findo em 31 de Março de 2011 tenham sido, aproximadamente, 2,4 e 2,2 milhões de Euros inferiores às do período findo em 31 de Março de 2010.

As transferências do período incluem a transferência para "Activos intangíveis" de um conjunto de bens que até à data estavam classificados como "Activos tangíveis em curso" (Nota 7).

O 'Activo fixo tangível em curso' apresentava, em 31 de Março de 2011 e 2010, a seguinte composição:

	2011	2010
Desenvolvimento da rede fixa	2.703.563	50.299.692
Desenvolvimento da rede móvel	20.439.617	25.317.954
Sistemas de informação	76.451	2.222.824
Outros projectos em curso	1.683.038	6.086.507
	24.902.669	83.926.977

Em 31 de Março de 2011, a diminuição nos valores relativos ao 'Desenvolvimento da rede fixa' referem-se, sobretudo, ao início de amortização dos investimentos realizados no desenvolvimento da rede de fibra óptica (FTTH) em Abril de 2010.

Em 31 de Março de 2011 e 2010, o valor dos compromissos assumidos perante terceiros respeitantes a investimentos a efectuar era como segue:

	2011	2010
Investimentos da área técnica	18.534.167	27.851.312
Investimentos em sistemas de informação	1.593.282	4.559.928
	20.127.449	32.411.240

7. Activos intangíveis

Nos períodos findos em 31 de Março de 2011 e 2010, o movimento ocorrido no valor dos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

				2011
	Propriedade industrial	Software	Activos intangíveis em curso	Total
Activo bruto				
Saldo em 31 Dezembro 2010	310.619.467	264.381.328	16.085.854	591.086.649
Adições	1.137.036	177.901	3.950.670	5.265.607
Alienações	–	(14.858)	–	(14.858)
Transferências e abates	(13.021)	9.503.783	(8.818.818)	671.944
Saldo em 31 Março 2011	311.743.482	274.048.154	11.217.706	597.009.342
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas				
Saldo em 31 Dezembro 2010	106.547.783	211.641.924	–	318.189.707
Amortizações do período	4.645.203	5.311.734	–	9.956.937
Alienações	–	(2.077)	–	(2.077)
Transferências e abates	(257)	(88.463)	–	(88.720)
Saldo em 31 Março 2011	111.192.729	216.863.118	-	328.055.847
Valor líquido	200.550.753	57.185.036	11.217.706	268.953.495

				2010
	Propriedade industrial	Software	Activos intangíveis em curso	Total
Activo bruto				
Saldo em 31 Dezembro 2009	304.081.633	229.169.691	19.212.155	552.463.479
Adições	18.501	310.900	4.320.872	4.650.273
Alienações	–	(6.837)	–	(6.837)
Transferências e abates	(30)	10.422.060	(6.278.301)	4.143.729
Saldo em 31 Março 2009	304.100.104	239.895.814	17.254.726	561.250.644
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas				
Saldo em 31 Dezembro 2009	86.606.233	192.163.071	–	278.769.304
Amortizações do período	4.491.264	3.768.564	–	8.259.828
Alienações	–	(6.837)	–	(6.837)
Transferências e abates	(9)	69.414	–	69.405
Saldo em 31 Março 2010	91.097.488	195.994.212	–	287.091.700
Valor líquido	213.002.616	43.901.602	17.254.726	274.158.944

No âmbito da atribuição da licença UMTS, a Optimus – Comunicações S.A. assumiu compromissos na área da promoção da Sociedade de Informação no montante total de cerca de 274 milhões de Euros, os quais terão de ser cumpridos até ao final de 2015.

Em conformidade com o Acordo estabelecido em 5 de Junho de 2007 com o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações ("MOPTC"), uma parte desses compromissos, até 159 milhões de Euros, tinha de ser realizado através de projectos próprios qualificáveis

como contributos para a Sociedade de Informação e incorridos no âmbito da normal actividade da Optimus - Comunicações S.A. (investimentos em rede e tecnologia que não derivem da necessidade de cumprimento das obrigações inerentes à atribuição da licença UMTS e actividades de pesquisa, desenvolvimento e promoção de serviços, conteúdos e aplicações), os quais terão de ser reconhecidos pelo MOPTC e por entidades especialmente constituídas para o efeito. Em 31 de Março de 2011, a totalidade do valor já foi realizado e validado por aquelas entidades, pelo que relativamente a estes compromissos não existem à data responsabilidades adicionais. Estes encargos foram registados nas demonstrações financeiras anexas à medida que os respectivos projectos foram sendo realizados e os custos estimados conhecidos.

Os restantes compromissos, até ao montante de cerca de 116 milhões de Euros, serão realizados nos termos acordados entre a Optimus - Comunicações S.A. e o MOPTC, através de contribuições para o projecto "Iniciativas E" (oferta de modems, descontos nas tarifas, contribuições monetárias, entre outras, afectas à generalização da utilização da Internet de banda larga para alunos e professores), contribuições essas efectuadas através do Fundo para a Sociedade de Informação, actualmente designado por Fundação para as Comunicações Móveis, constituído pelos três operadores móveis a desenvolver a sua actividade em Portugal. A responsabilidade total está reconhecida como um encargo adicional da licença UMTS, por contrapartida das rubricas 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes'. Desta forma, em 31 de Março de 2011, a totalidade das responsabilidades com tais compromissos encontram-se integralmente registadas nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Em 31 de Março de 2011, a rubrica 'Propriedade industrial', do activo bruto inclui o valor de 111,5 milhões de Euros correspondente ao valor presente desta responsabilidade estimada com o projecto "Iniciativas E", registados em Junho de 2008 e actualizados em Setembro de 2009.

Em 31 de Março de 2011 e 2010 , o Grupo mantinha registado na rubrica 'Activos intangíveis' 188.847.655 Euros e 199.684.565 Euros, respectivamente, correspondentes ao investimento, líquido de amortizações, realizado no desenvolvimento da rede UMTS, nos quais se incluem: (i) 59.255.690 Euros (62.255.978 Euros, em 2010) relativos à licença, (ii)) 19.799.499 Euros (20.802.005 Euros, em 2010) relativos ao contrato celebrado em 2002 entre a Oni Way e os restantes três operadores de telecomunicações móveis a operar em Portugal, (iii) 6.081.024 Euros (6.388.924 Euros, em 2010) relativos à contribuição, estabelecida em 2007, para o Capital Social da Fundação para as Comunicações Móveis no âmbito do acordo celebrado entre o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e os três operadores de telecomunicações a operar em Portugal e (iv) 98.648.604 Euros (104.918.473 Euros, em 2010) relativos ao programa Iniciativas E, estes dois últimos relativos aos compromissos assumidos pelo Grupo no âmbito da Sociedade de Informação.

O activo intangível em curso, em 31 de Março de 2011 e 2010 , era composto, essencialmente, por desenvolvimento de software.

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais valores dos activos fixos tangíveis e intangíveis para os segmentos móvel e fixo é efectuada de acordo com o descrito na Nota 9 ('Diferenças de consolidação'), na medida em que tais activos estão intimamente relacionados com a actividade global do segmento, pelo que os mesmos não podem ser analisados separadamente.

Os activos fixos tangíveis e intangíveis incluem juros suportados e outros encargos financeiros incorridos, directamente relacionados com a construção de determinados activos fixos tangíveis ou intangíveis em curso.

Em 31 de Março de 2011 e 2010, o total do valor bruto destes custos ascende a 19.664.709 Euros e 19.028.165 Euros, respectivamente. Os valores capitalizados nos períodos findos em 31 de Março de 2011 e 2010 foram de 194.805 Euros e 517.095 Euros, respectivamente. Para este efeito, foi utilizada uma taxa de capitalização de 2,00% em 2011 (1,41% em 2010) a qual corresponde à taxa média ponderada de remuneração dos financiamentos obtidos pelo Grupo.

8. Classes de instrumentos financeiros

Em 31 de Março de 2011 e 2010, as classes de instrumentos financeiros detidos pelo Grupo eram como segue:

					2011
	Empréstimos e contas a receber	Investimentos disponíveis para venda	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Activos não correntes					
Investimentos disponíveis para venda	–	212.323	212.323	–	212.323
	–	212.323	212.323	–	212.323
Activos correntes					
Clientes	106.241.168	–	106.241.168	–	106.241.168
Outras dívidas de terceiros	22.765.846	–	22.765.846	42.554.538	65.320.384
Caixa e equivalentes de caixa	100.808.101	–	100.808.101	–	100.808.101
	229.815.115	–	229.815.115	42.554.538	272.369.653

					2010
	Empréstimos e contas a receber	Investimentos disponíveis para venda	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Activos não correntes					
Investimentos disponíveis para venda	–	1.207.320	1.207.320	–	1.207.320
	–	1.207.320	1.207.320	–	1.207.320
Activos correntes					
Clientes	143.263.731	–	143.263.731	–	143.263.731
Outras dívidas de terceiros	12.672.287	–	12.672.287	5.192.195	17.864.482
Caixa e equivalentes de caixa	76.297.569	–	76.297.569	–	76.297.569
	232.233.587	–	232.233.587	5.192.195	237.425.782

					2011
	Passivos registados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Passivo não corrente					
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo	363.173.473	–	363.173.473	–	363.173.473
Outros passivos financeiros não correntes	–	18.401.802	18.401.802	–	18.401.802
Titularização de créditos	34.809.214	–	34.809.214	–	34.809.214
	397.982.687	18.401.802	416.384.489	–	416.384.489
Passivo corrente					
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	41.067.999	–	41.067.999	–	41.067.999
Fornecedores	–	146.563.075	146.563.075	–	146.563.075
Outros passivos financeiros	–	2.420.049	2.420.049	–	2.420.049
Titularização de créditos	19.679.793	–	19.679.793	–	19.679.793
Outras dívidas a terceiros	–	2.825.704	2.825.704	16.794.837	19.620.541
	60.747.792	151.808.828	212.556.620	16.794.837	229.351.457

					2010
	Passivos registados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Passivo não corrente					
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo	328.501.995	–	328.501.995	–	328.501.995
Outros passivos financeiros não correntes	–	20.205.759	20.205.759	–	20.205.759
Titularização de créditos	54.488.490	–	54.488.490	–	54.488.490
	382.990.485	20.205.759	403.196.244	–	403.196.244
Passivo corrente					
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	21.562.114	–	21.562.114	–	21.562.114
Fornecedores	–	194.116.260	194.116.260	–	194.116.260
Outros passivos financeiros	–	3.193.156	3.193.156	–	3.193.156
Titularização de créditos	19.527.163	–	19.527.163	–	19.527.163
Outras dívidas a terceiros	–	51.171.445	51.171.445	10.308.508	61.479.953
	41.089.277	248.480.861	289.570.138	10.308.508	299.878.646

Os saldos a receber e a pagar do Estado e outros entes públicos, dada a sua natureza, foram considerados como instrumentos financeiros não abrangidos pela IFRS 7. De igual forma, as rubricas de outros activos/ passivos correntes e não correntes não foram consideradas nesta desagregação por serem constituídas por saldos não abrangidos no âmbito da IFRS 7.

9. Diferenças de consolidação

Nos períodos findos em 31 de Março de 2011 e 2010, os movimentos ocorridos na rubrica "Diferenças de consolidação" foram os seguintes:

	2011	2010
Saldo inicial	526.141.552	526.106.175
Movimentos do exercício	(29.830)	(2.125)
Saldo final	526.111.722	526.104.050

Nos períodos findos em 31 de Março de 2011 e 2010, a rubrica "Movimentos do exercício" inclui a actualização cambial das diferenças de consolidação.

Em 31 de Março de 2011 e 2010, a rubrica "Diferenças de consolidação" tinha a seguinte composição:

	2011	2010
Optimus	485.092.375	485.092.375
Público	20.000.000	20.000.000
Cape Technologies	17.476.354	17.476.354
We Do	1.971.668	1.971.668
Praesidium Services	1.118.841	1.111.169
Unipress	321.698	321.698
SIRS	72.820	72.820
Per-mar	47.253	47.253
Be Towering	10.713	10.713
	526.111.722	526.104.050

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais valores de diferenças de consolidação registados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas é efectuada tendo em conta as unidades geradoras de caixa, com base nos últimos planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração do Grupo, os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projectados para períodos de 5 anos. As taxas de desconto utilizadas têm por base os custos médios ponderados de capital estimados com base nos segmentos onde as empresas se inserem, conforme tabela abaixo. Na perpetuidade, são consideradas geralmente, taxas de crescimento de cerca de 3% ou outras consideradas mais prudentes para casos específicos. Nas situações em que a aferição da existência, ou não, de imparidade é efectuada com base no preço de venda líquido, são utilizados valores de transacções semelhantes e outras propostas efectuadas.

	Taxa desconto
Telecomunicações	9,00%
Multimédia	9,45%
Sistemas de Informação	11,22%

10. Investimentos disponíveis para venda

Em 31 de Março de 2011 e 2010, esta rubrica incluía investimentos financeiros classificados como disponíveis para venda e tinha a seguinte composição:

	%	2011	2010
Altitude, SGPS, S.A.	-	-	1.000.000
Lusa – Agência de Notícias e Portugal, S.A.	1,38%	197.344	197.344
VISAPRESS - Gestão de Conteúdos dos Média, CRL	10,00%	5.000	-
Outros	-	9.979	9.976
		212.323	1.207.320

Durante os períodos findos em 31 de Março de 2011 e 2010 a rubrica de "Investimentos disponíveis para venda" não apresentou quaisquer movimentos.

No último trimestre de 2010, o Grupo alienou a participação que detinha na empresa Altitude, SGPS, S.A., gerando uma mais-valia de 2.091.120 Euros.

Em 31 de Março de 2011, estes investimentos correspondem a participações de valor imaterial em empresas não cotadas e nas quais o Grupo não detém influência significativa, pelo que o seu custo de aquisição foi considerado uma aproximação razoável do seu respectivo justo valor, ajustado, sempre que aplicável, pelas respectivas imparidades identificadas.

A aferição da existência, ou não, de imparidades para os investimentos acima descritos é efectuada recorrendo a comparações com a quota-parte do valor dos capitais próprios pertencentes ao grupo e com múltiplos de vendas e de EBITDA de empresas do mesmo sector.

A informação financeira relativa a estes investimentos pode ser resumida como segue (em milhares de Euros):

	Activo	Capital próprio	Dívida Bruta	Volume de Negócios	Resultado Operacional	Resultado Líquido
VISAPRESS - Gestão de Conteúdos dos Média, CRL [1]	15	65	64	-	(113)	(114)
Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A. [1]	18.603	8.624	5.017	19.213	1.093	654

[1] Valores em milhares de Euros reportados a 31-12-2010.

11. Impostos diferidos

Os activos por impostos diferidos, em 31 de Março de 2011 e 2010, no montante de 106.382.083 Euros e 119.088.121 Euros, respectivamente, decorrem, essencialmente, de prejuízos fiscais reportáveis, de diferenças temporárias e da diferença entre o valor contabilístico e fiscal de alguns activos fixos, conforme detalhado adiante.

O movimento ocorrido nos activos por impostos diferidos nos períodos findos em 31 de Março de 2011 e 2010 foi como segue:

	2011	2010
Saldo inicial	109.587.224	121.894.677
Efeito em resultados:		
Prejuízos fiscais do exercício	3.561.317	4.355.276
Ajustamentos IAS/IFRS	(1.556.996)	(1.556.996)
Movimentos nas provisões não aceites fiscalmente e outras diferenças temporárias	-	(207.435)
Diferenças temporárias resultantes da Licença UMTS	(84.034)	(390.389)
Movimentos, líquidos, nas diferenças temporárias entre o valor contabilístico e fiscal dos activos fixos	(4.339.394)	(4.212.914)
Diferenças temporárias resultantes da operação de titularização de créditos (Optimus)	(805.000)	(805.000)
Sub-total do efeito em resultados	(3.224.107)	(2.817.458)
Outros	18.966	10.902
Saldo final	106.382.083	119.088.121

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, foram constituídos impostos diferidos activos no montante de 16,1 milhões de Euros, decorrentes da operação de titularização de créditos futuros concretizada em Dezembro de 2008 (Nota 18). Em resultado desta operação, e de acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 219/2001, de 4 de Agosto, os 100 milhões de Euros foram acrescidos para efeitos do apuramento do resultado fiscal relativo ao exercício de 2008, gerando assim uma diferença temporária entre o resultado contabilístico e o resultado fiscal, tendo sido registados impostos diferidos activos na extensão em que era provável, com razoável segurança, a sua utilização. Até 31 de Março de 2011, foi revertido um montante de 7,25 milhões de Euros, correspondente à reversão da respectiva diferença temporária no período.

Os impostos diferidos relacionados com os Ajustamentos IAS/IFRS correspondem a diferenças temporárias geradas nas empresas incluídas na consolidação e resultam do facto de os ajustamentos de conversão para IAS/IFRS, registados nestas empresas, à data de 31 de Dezembro de 2009, já considerados nas demonstrações financeiras consolidadas em IAS/IFRS, de exercícios anteriores, apenas serem considerados para efeitos fiscais, linearmente, pelo período de 5 anos entre 2010 e 2014.

Os impostos diferidos relacionados com a Licença UMTS referem-se a diferenças temporárias relativas ao valor da licença UMTS, da subsidiária Optimus. Nas demonstrações financeiras consolidadas e de acordo com as IAS/IFRS, a licença foi amortizada linearmente, pelo período estimado de vida útil. Para efeitos fiscais, até ao exercício de 2009, a licença UMTS foi amortizada utilizando, nos primeiros cinco anos de operação comercial, de 2004 a 2008, quotas progressivas em função da capacidade da rede instalada, após o que seriam aplicadas quotas constantes até ao termo da licença. Deste modo, o grupo registou impostos diferidos activos relativos à diferença temporária entre o valor da licença para efeitos fiscais e o valor registado nas demonstrações financeiras consolidadas.

Em 31 de Março de 2011 e 2010 , foi efectuada uma avaliação dos impostos diferidos a reconhecer, de que decorrem, essencialmente, activos por impostos diferidos, tendo os mesmos sido registados apenas na extensão em que era provável, com razoável segurança, que lucros tributáveis futuros estariam utilizáveis e contra os quais pudessem ser utilizadas as perdas fiscais ou diferenças tributárias dedutíveis. Esta avaliação baseou-se nos últimos planos de negócio aprovados pelos respectivos Conselhos de Administração das empresas do Grupo, periodicamente revistos e actualizados.

Os principais critérios utilizados nesses planos de negócio encontram-se descritos na Nota 9.

Em 31 de Março de 2011 e 2010, a taxa de imposto utilizada para o apuramento dos impostos diferidos activos relativos a prejuízos fiscais foi de 25%. No caso dos restantes activos por impostos diferidos, a taxa usada foi de 26,5%. Não foi considerada a Derrama estadual, por não se entender como provável a tributação das diferenças temporárias no período estimado de aplicação da referida taxa.

De acordo com as declarações fiscais e outra informação preparada pelas empresas que registam activos por impostos diferidos, o detalhe dos mesmos em 31 de Março de 2011, por situação geradora, era como segue:

		Empresas excluídas do RETGS			
Situação geradora	Empresas incluídas no RETGS	Cape Technologies	We Do Brasil	Total	Total Grupo Sonaecom
Prejuízos fiscais reportáveis:					
A serem utilizados até 2012	74.946	–	–	–	74.946
A serem utilizados até 2013	126.771	–	–	–	126.771
A serem utilizados até 2014	–	–	–	–	–
A serem utilizados até 2015	9.760.564	–	–	–	9.760.564
Sem limite de utilização	–	134.506	279.896	414.402	414.402
Prejuízos fiscais	9.962.281	134.506	279.896	414.402	10.376.683
Provisões não aceites fiscalmente e outras diferenças temporárias	19.815.336	–	–	–	19.815.336
Beneficios Fiscais (SIFIDE)	5.113.376	–	–	–	5.113.376
Ajustamentos na conversão para IAS/IFRS	24.403.770	–	–	–	24.403.770
Diferenças temporárias resultantes da operação de titularização de créditos	8.855.000	–	–	–	8.855.000
Diferenças entre o valor contabilístico e fiscal dos activos fixos e outros	37.817.918	–	–	–	37.817.918
Total	105.967.681	134.506	279.896	414.402	106.382.083

Em 31 de Março de 2011 e 2010, os valores de impostos diferidos não registados por, actualmente, não ser provável a existência de lucros fiscais futuros suficientes para os absorver eram como se segue:

	2011	2010
Prejuízos fiscais	44.921.465	53.551.188
Diferenças temporárias (provisões não aceites e outras diferenças temporárias)	36.538.083	35.787.840
Outros	10.643.352	11.571.935
	92.102.900	100.910.963

Em 31 de Março de 2011 e 2010, os impostos diferidos activos relativos a prejuízos fiscais não registados têm as seguintes datas limite de utilização:

Limite de utilização	2011	2010
2010	-	1.635.257
2011	4.456.587	11.743.719
2012	12.014.180	15.271.508
2013	13.878.056	14.927.816
2014	652.942	1.326.762
2015	6.305.886	3.556.694
2016	1.204.308	1.418.528
2017	1.771.661	1.771.661
2018	409.870	409.870
2019	1.453.372	73.629
Sem limite de utilização	2.774.605	1.415.744
	44.921.467	53.551.188

Os anos de 2016 e seguintes são aplicáveis a subsidiárias localizadas em países com um período de reporte de prejuízos fiscais superior a 4 anos.

Os passivos por impostos diferidos em 31 de Março de 2011 e 2010 no montante de 756.494 Euros e 273.221 Euros, respectivamente, resultam essencialmente de ajustamentos de consolidação e de ajustamentos de conversão para IAS/IFRS.

O movimento ocorrido nos passivos por impostos diferidos, nos períodos findos em 31 de Março de 2011 e 2010, foi como segue:

	2011	2010
Saldo inicial	(786.549)	(106.929)
Efeito em resultados:		
Ajustamentos de consolidação	30.055	(176.772)
Ajustamentos na conversão para IAS / IFRS	–	10.480
Sub-total do efeito em resultados	30.055	(166.292)
Saldo final	(756.494)	(273.221)

A reconciliação entre o resultado antes de imposto e o imposto registado nos períodos findos em 31 de Março de 2011 e 2010 é como segue:

	2011	2010
Resultado antes de imposto	17.484.210	11.900.062
Imposto (25%)	(4.371.053)	(2.975.016)
Activos por impostos diferidos não registados nas contas individuais e/ou resultantes de ajustamentos de consolidação e outros ajustamentos à matéria colectável, tributação autónoma e derrama	(678.648)	(959.407)
Registo de impostos diferidos não registados em exercícios anteriores	850.000	–
Registo de passivos por impostos diferidos	30.055	–
Diferenças temporárias não registadas resultantes da operação de titularização de créditos	450.000	450.000
Movimentos nas provisões não aceites fiscalmente e nos benefícios fiscais	–	(207.435)
Movimento nas diferenças temporárias entre o valor contabilístico e fiscal da Licença UMTS	(84.034)	–
Impostos registados no exercício	(3.803.680)	(3.691.858)

A Administração Fiscal tem a possibilidade de rever a situação fiscal da Empresa e das empresas participadas com sede social em Portugal durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais de cada exercício, desde 2007 (inclusive), poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. É convicção do Conselho de Administração que eventuais correcções àquelas declarações de impostos não produzirão efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras anexas.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, a subsidiária Optimus foi notificada do Relatório da Inspecção Tributária, onde se considera que é indevido o acréscimo, no apuramento do lucro tributável do exercício de 2008, do montante de 100 milhões de euros, respeitante ao preço inicial dos créditos futuros cedidos para titularização. A respectiva Nota de Liquidação foi recepcionada em Abril de 2011, sendo que a Optimus vai impugnar esta decisão e é convicção do Conselho de Administração da Optimus e do Grupo de que existem argumentos sólidos para a obtenção de sentença favorável à Optimus, razão pela qual se manteve o registo dos impostos diferidos activos associados a esta operação.

Conforme convicção do Conselho de Administração do Grupo corroborada pelos nossos advogados e consultores fiscais, não existem passivos materiais associados a contingências fiscais prováveis que não se encontrem provisionadas e que devessem ser alvo de divulgação no Anexo ou de registo de provisões nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Março de 2011.

12. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de Março de 2011 e 2010, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	2011	2010
Numerário	281.750	519.908
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	6.986.351	2.897.409
Aplicações de tesouraria	93.540.000	72.880.252
Caixa e equivalentes de caixa	100.808.101	76.297.569
Descobertos bancários	(782)	(100.656)
	100.807.319	76.196.913

Em 31 de Março de 2011 e 2010, o detalhe da rubrica 'Aplicações de tesouraria' é como segue:

	2011	2010
Sonae Investments BV	51.810.000	78.810.000
Aplicações bancárias	41.730.000	1.070.252
	93.540.000	79.880.252

As aplicações de tesouraria acima referidas são remuneradas e, durante o período findo em 31 de Março de 2011, venceram juros a uma taxa média de 2.207% (2,11% em 2010).

13. Capital social

Em 31 de Março de 2011 e 2010, o capital social da Sonaecom estava representado por 366.246.868 acções correspondentes a acções ordinárias escriturais nominativas, com o valor unitário de 1 Euro. Nessas datas, a estrutura accionista era a seguinte:

	2011		2010	
	Número de acções	%	Número de acções	%
Sontel BV	183.374.470	50,07%	183.374.470	50,07%
Atlas Service Belgium	73.249.374	20,00%	73.249.374	20,00%
Acções dispersas em Bolsa	72.990.796	19,93%	70.542.264	19,26%
Banco Comercial Português, S.A. (BCP)	12.500.998	3,41%	12.500.998	3,41%
Sonae Investments BV	10.500.000	2,87%	10.500.000	2,87%
Acções próprias	9.058.807	2,47%	7.831.325	2,14%
Santander Asset Management	3.732.774	1,02%	7.408.788	2,02%
Sonae SGPS	838.649	0,23%	838.649	0,23%
Efanor Investimentos, S.G.P.S., S.A	1.000	0,00%	1.000	0,00%
	366.246.868	100,00%	366.246.868	100,00%

A totalidade das acções que representam o capital social da Sonaecom corresponde a acções autorizadas, subscritas e pagas. Todas as acções têm os mesmos direitos, correspondendo um voto a cada uma.

14. Acções próprias

Durante o período findo em 31 de Março de 2011, a Sonaecom entregou a colaboradores um total de 1.750.550 acções próprias, no âmbito do seu Plano de Incentivo de Médio Prazo (972.184 acções durante o período findo em 31 de Março de 2010).

Adicionalmente, durante o período, a Empresa adquiriu 1.553.000 novas acções (a um preço médio de 1,432 Euros), detendo, à data de 31 de Março de 2011, 9.058.807 acções próprias representativas de 2,47% do seu capital social, a um preço médio de 1,504 Euros.

15. Empréstimos

Em 31 de Março de 2011 e 2010, os empréstimos obtidos tinham a seguinte composição:

a) Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo:

						Montante utilizado
Empresa	Denominação	Limite	Vencimento	Tipo de amortização	2011	2010
Sonaecom SGPS	Obrigações Sonaecom SGPS 2005	150.000.000	Jun-13	Final	150.000.000	150.000.000
	Obrigações Sonaecom SGPS 2010	40.000.000	Mar-15	Final	40.000.000	40.000.000
	Obrigações Sonaecom SGPS 2010	30.000.000	Fev-13	Final	30.000.000	30.000.000
	Encargos financeiros suportados na emissão da dívida, por amortizar	–	–	–	(1.714.640)	(2.403.388)
	Juros corridos e não vencidos	–	–	–	1.072.845	943.581
					219.358.205	218.540.193
Sonaecom SGPS	Papel Comercial	150.000.000	Jul-12	–	143.000.000	109.500.000
	Encargos financeiros suportados na emissão da dívida, por amortizar	–	–	–	(209.652)	(510.822)
	Juros corridos e não vencidos	–	–	–	234.439	58.492
					143.024.787	109.047.670
Unipress	Empréstimo bancário	–	–	–	399.213	526.405
Saphety	Suprimentos de minoritários	–	–	–	391.268	387.727
					363.173.473	328.501.995

b) Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos:

						Montante utilizado
Empresa	Denominação	Limite	Vencimento	Tipo de amortização	2011	2010
Sonaecom SGPS	Papel Comercial	50.000.000	Jan-11	–	–	21.450.000
	Papel Comercial	40.000.000	Mai-11	–	20.000.000	–
	Papel Comercial	30.000.000	Abr-11	–	16.000.000	–
	Papel Comercial	15.000.000	Jun-11	–	5.000.000	–
	Juros corridos e não vencidos	–	–	–	67.217	11.458
					41.067.217	21.461.458
Diversas	Descobertos bancários	–	–	–	782	100.656
					41.067.999	21.562.114

Empréstimos Obrigacionistas

Em Junho de 2005, a Sonaecom procedeu à contratação de um Empréstimo Obrigacionista, por subscrição particular, no montante de 150 milhões de Euros sem garantias e pelo prazo de 8 anos. As obrigações vencem juros variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Esta emissão foi organizada e montada pelo Millenium BCP Investimento.

Em Fevereiro e Março de 2010, a Sonaecom procedeu à contratação de dois outros Empréstimos Obrigacionistas, ambos por subscrição particular, nos montantes de 30 e 40 milhões de Euros, sem garantias, e pelos prazos de 3 e 5 anos, respectivamente. Ambos os empréstimos vencem juros a taxas variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Estas emissões foram organizadas e montadas, respectivamente, pelo Banco Espírito Santo de Investimento e pelo Caixa – Banco de Investimento. Estas emissões obrigacionistas foram admitidas à negociação no mercado da Euronext Lisbon.

Os empréstimos acima mencionados não têm garantias associadas e o cumprimento das obrigações assumidas ao abrigo dos mesmos é, exclusivamente, garantido pelas actividades e capacidade de geração de fundos da respectiva empresa devedora.

A taxa de juro média dos empréstimos obrigacionistas, no período, foi de 2,458% (2,06%, em 2010).

Programas de Papel Comercial

Em Julho de 2007, a Sonaecom procedeu à contratação de um Programa de Emissões de Papel Comercial, até ao montante máximo de 250 milhões de Euros com garantia de subscrição e com vigência por um prazo de cinco anos, organizado pelo Banco Santander de Negócios Portugal e pela Caixa – Banco de Investimento. De acordo com as condições iniciais de emissão, este Programa foi reduzido para 150 milhões de Euros em Julho de 2010.

O sindicato de garantia de colocação é composto pelas seguintes instituições: Banco Santander Totta, Caixa Geral de Depósitos, Banco BPI, Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), Banco Comercial Português e BNP Paribas (sucursal em Portugal).

Adicionalmente, a Sonaecom dispõe de quatro Programas de Emissões de Papel Comercial, com garantias de subscrição, com as seguintes características:

Montante	Data de contratação	Garantia de subscrição	Maturidade
40 milhões de euros	Janeiro de 2005	Banco Comercial Português	Maio de 2011
30 milhões de euros	Abril de 2010	Caja de Ahorros Y Monte de Piedad de Madrid (representação em Portugal) e Banco BPI	1 ano, eventualmente renovável
15 milhões de euros	Junho de 2010	Caixa Económica Montepio Geral	1 ano, eventualmente renovável
10 milhões de euros	Novembro de 2010	Banco Popular	1 ano, eventualmente renovável

Os empréstimos acima mencionados não têm garantias associadas e o cumprimento das obrigações assumidas ao abrigo dos mesmos é exclusivamente garantido pelas actividades e capacidade de geração de fundos da respectiva empresa devedora.

Linhas de crédito bancário de curto prazo

A Sonaecom dispõe ainda de um conjunto de linhas de crédito bancário de curto prazo, sob a forma de contas correntes ou autorizações de descoberto em conta, no montante global de 19 milhões de Euros. Estas linhas de crédito têm prazos de até um ano, automaticamente renováveis excepto em caso de denúncia de qualquer das partes, com determinados períodos de pré-aviso.

Todos os Programas de Papel Comercial e linhas de crédito bancário de curto prazo foram contraídos em Euros e vencem juros a taxas de mercado, indexadas à Euribor do respectivo prazo.

Em 31 de Março de 2011 e 2010 , as dívidas a instituições de crédito (valores nominais), relacionadas com empréstimos obrigacionistas e papel comercial classificadas a médio e longo prazo, tinham o seguinte plano de reembolso e pagamento de juros previsto (valores determinados com base nas últimas taxa fixadas para cada tipo de empréstimo):

	N+1	N+2	N+3	N+4	N+5
2011					
Empréstimo obrigacionista:					
Amortização	–	30.000.000	150.000.000	40.000.000	–
Juros	5.580.447	5.416.485	2.119.844	1.383.189	–
Papel comercial:					
Amortização	–	143.000.000	–	–	–
Juros	1.887.627	624.052	–	–	–
	7.468.074	179.040.537	152.119.844	1.383.189	–
2010					
Empréstimo obrigaccionista:					
Amortização	–	–	30.000.000	150.000.000	40.000.000
Juros	4.846.600	4.859.878	4.064.535	1.801.945	271.285
Papel comercial:					
Amortização	–	–	109.500.000	–	–
Juros	813.380	815.608	269.641	–	–
	5.659.980	5.675.486	143.834.176	151.801.945	40.271.285

Apesar da maturidade das emissões de papel comercial ser de seis meses, as contrapartes assumiram a colocação e a manutenção dos referidos limites por um prazo de cinco anos, facto pelo qual se encontra classificado no passivo não corrente.

Os suprimentos de minoritários, não têm qualquer maturidade definida.

Em 31 de Março de 2011 e 2010, as linhas de crédito disponíveis pelo Grupo são como segue:

					Maturidade	
Empresa	Tipo de crédito	Limite	Montante utilizado	Montante disponível	Até 12 meses	Mais de 12 meses
2011						
Sonaecom	Papel comercial	150.000.000	143.000.000	7.000.000		x
Sonaecom	Papel comercial	40.000.000	20.000.000	20.000.000	x	
Sonaecom	Papel comercial	30.000.000	16.000.000	14.000.000	x	
Sonaecom	Papel comercial	15.000.000	5.000.000	10.000.000	x	
Sonaecom	Papel comercial	10.000.000	–	10.000.000	x	
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	150.000.000	150.000.000	–		x
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	30.000.000	30.000.000	–		x
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	40.000.000	40.000.000	–		x
Sonaecom	Contas caucionadas	16.500.000	–	16.500.000	x	
Sonaecom	Descobertos autorizados	2.500.000	–	2.500.000	x	
		484.000.000	404.000.000	80.000.000		
2010						
Sonaecom	Papel Comercial	150.000.000	109.500.000	40.500.000		x
Sonaecom	Papel Comercial	100.000.000	–	100.000.000	x	
Sonaecom	Papel Comercial	50.000.000	21.450.000	28.550.000	x	
Sonaecom	Papel Comercial	25.000.000	–	25.000.000	x	
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	150.000.000	150.000.000	–		x
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	40.000.000	40.000.000	–		x
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	30.000.000	30.000.000	–		x
Sonaecom	Contas caucionadas	26.500.000	–	26.500.000	x	
Sonaecom	Descobertos autorizados	2.500.000	–	2.500.000	x	
Público	Contas caucionadas	1.500.000	–	1.500.000	x	
		575.500.000	350.950.000	224.550.000		

Em 31 de Março de 2011 e 2010 não existem instrumentos financeiros de cobertura de taxa de juro pelo que a totalidade da dívida bruta encontra-se exposta a alterações nas taxas de juro de mercado.

16. Outros passivos financeiros não correntes

Em 31 de Março de 2011 e 2010, esta rubrica era composta por saldos de fornecedores de activos fixos tangíveis relativos a contratos de leasing cujo vencimento é superior a um ano nos montantes de 18.401.802 Euros e 20.205.759, respectivamente.

O plano de reembolso previsto para estes saldos, a 31 de Março de 2011 e 2010 era o seguinte:

	2011		2010	
	Pagamentos de leasing	Actualização dos pagamentos de leasing	Pagamentos de leasing	Actualização dos pagamentos de leasing
2010	–	–	3.819.252	2.693.536
2011	2.764.057	1.929.311	2.914.593	2.052.054
2012	3.074.257	2.225.603	2.910.798	2.076.147
2013	2.861.485	2.107.896	2.738.701	1.992.811
2014 e seguintes	18.425.346	14.559.041	18.444.227	14.584.367
	27.125.146	20.821.851	30.827.571	23.398.915
Juros	(6.303.294)	–	(7.428.656)	–
	20.821.851	20.821.851	23.398.915	23.398.915
Parcela curto prazo (Nota 19)	–	(2.420.049)	–	(3.193.156)
	20.821.851	18.401.802	23.398.915	20.205.759

Os acordos de médio e longo prazo estabelecidos com fornecedores de capacidade de rede de fibra óptica em que o Grupo tenha o direito de utilizar essa rede e esta seja considerada como um activo específico são registados como locação financeira de acordo com a IAS 17 - Locações e com a IFRIC 4 – "Determinar se um acordo contém uma locação". Estes contratos têm uma duração entre 15 e 20 anos.

17. Provisões e perdas de imparidade acumuladas

O movimento ocorrido nas provisões e perdas de imparidade acumuladas durante os períodos findos em 31 de Março de 2011 e 2010 foi o seguinte:

	Saldo inicial	Reforço	Utilização	Redução	Saldo final
2011					
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber	70.410.631	5.256.962	(9.177.121)	(186.936)	66.303.536
Perdas de imparidade acumuladas em existências	14.930.606	993.438	(78.885)	–	15.845.159
Provisões para outros riscos e encargos	33.150.028	640.422	(146.239)	(11.715)	33.632.496
	118.491.265	6.890.822	(9.402.245)	(198.651)	115.781.191
2010					
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber	67.838.678	4.146.029	(5.618.960)	(1.363)	66.364.384
Perdas de imparidade acumuladas em existências	12.690.082	600.000	–	–	13.290.082
Provisões para outros riscos e encargos	32.175.824	(139.178)	(32.177)	(199.858)	31.804.611
	112.704.584	4.606.851	(5.651.137)	(201.221)	111.459.077

O reforço das "Provisões para outros riscos e encargos" inclui o montante de 26.220 Euros (142.579 Euros, em 2010) relativo à provisão para desmantelamento de sites, conforme previsto na IAS 16 – "Activos fixos tangíveis" (Nota 1.d)), e ainda o montante de 287.466 Euros registado, na demonstração de resultados, em 'Imposto sobre o rendimento'.

O reforço relativo a "Perdas de imparidade acumuladas em existências" encontra-se registado na demonstração de resultados, em "Custo das Vendas" (Nota 1.j). Desta forma, o montante de reforço registado na demonstração de resultados na rubrica de "Provisões e perdas de imparidade" ascende a 5.583.698 Euros (3.864.272 Euros em 2010).

As utilizações referem-se, essencialmente, à utilização de provisões por contrapartida das contas correntes de clientes com imparidade da filial Optimus – Comunicações S.A., integralmente objecto de perdas de imparidade já reconhecidas na demonstração de resultados.

A 31 de Março de 2011 e 2010, o detalhe das provisões para outros riscos e encargos é como segue:

	2011	2010
Desmantelamento de sites	22.755.301	22.351.301
Contingências diversas	2.867.913	2.938.876
Processos judiciais em curso	2.577.284	2.092.361
Indemnizações a liquidar	721.002	388.580
Outros	4.710.996	4.033.493
	33.632.496	31.804.611

A rubrica de contingências diversas diz respeito a passivos prováveis resultantes de transacções diversas efectuadas em exercícios anteriores e cuja saída de fundos é provável.

Relativamente às provisões constituídas para processos judiciais em curso e para outros riscos e encargos, dada a incerteza de tais processos, o Conselho de Administração não consegue estimar, com fiabilidade, o momento em que tais provisões terão de ser utilizadas, pelo que não se procedeu à actualização financeira dos mesmos.

18. Titularização de Créditos

Em 30 de Dezembro de 2008, a subsidiária Optimus - Comunicações, S.A., concretizou uma operação de titularização de créditos futuros, no montante de 100 milhões de Euros (98.569.400 Euros, líquidos de custos iniciais), através da qual cedeu os créditos futuros a serem gerados por uma carteira de contratos com clientes do segmento "Corporate", ao abrigo do regime estabelecido no Decreto-Lei n.º 453/99, de 5 de Novembro (Nota 11).

Esta operação foi coordenada pelo Deutsche Bank, tendo os créditos sido alocados à sociedade TAGUS – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. ("TAGUS"), que, para o efeito, procedeu à emissão de obrigações titularizadas denominadas "Magma No. 1 Securitisation Notes", às quais foi atribuído, pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, o código alfanumérico legalmente exigido (200812TGSSONSXXN0031).

As receitas futuras, nos montantes necessários para assegurar a realização pela TAGUS, dos pagamentos trimestrais de juros e capitais, devidos aos obrigacionistas da emissão associada a esta transacção, bem como os outros pagamentos devidos aos demais credores desta operação, serão alocadas pela Optimus – Comunicações, S.A. ao longo dos exercícios de 2009 a 2013 até ao valor máximo de 213.840.362 Euros. Nos termos da operação, o montante a alocar nos próximos 12 meses (19.679.793 Euros) foi relevado no passivo corrente e o restante, no montante de 34.809.214 Euros, registado no passivo não corrente.

Esta transacção não implicou qualquer alteração no tratamento contabilístico dos créditos subjacentes, ou na relação com os respectivos clientes.

A 31 de Março de 2011 e 2010, o valor registado em "Titularização de créditos" tinha o seguinte plano de maturidade:

	N+1	N+2	N+3	N+4	N+5	Total
2011						
Titularização de créditos	19.679.793	19.829.725	14.979.489	–	–	54.489.007
2010						
Titularização de créditos	19.527.163	19.679.175	19.829.822	14.979.493	–	74.015.653

19. Outros passivos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica "Outros passivos financeiros" inclui o montante de 2.420.049 Euros (3.193.156 Euros, em 2010) relativos à parcela de curto prazo dos contratos de leasing (Nota 16).

20. Fornecimentos e Serviços Externos

Em 31 de Março de 2011 e 2010, a rubrica "Fornecimentos e serviços externos" apresentava a seguinte composição:

	2011	2010
Custos de interligação	46.622.922	52.755.699
Trabalhos especializados	13.817.353	14.598.267
Comissões	11.000.584	10.383.126
Publicidade e propaganda	7.103.485	6.117.485
Rendas e alugueres	8.863.583	8.191.700
Outros subcontratos	6.999.226	7.175.728
Aluguer de circuitos	5.194.739	5.735.062
Electricidade	2.450.711	2.612.889
Conservação e Reparação	1.703.074	1.594.944
Comunicação	1.337.288	1.472.838
Deslocações e estadas	1.180.806	1.168.615
Honorários	1.033.226	818.163
Outros	4.304.671	5.580.412
	111.611.668	118.204.928

Os compromissos assumidos em 31 de Março de 2011 e 2010 com contratos de locação operacional são como seguem:

	2011	2010
Pagamentos mínimos de locação operacional:		
2010	–	36.592.652
2011	36.278.796	43.761.141
2012	43.919.422	40.575.605
2013	40.861.952	36.743.194
2014	38.681.802	31.666.624
2015	34.502.163	6.570.171
2016	32.696.183	27.538.877
2017 e seguintes	32.521.116	–
Renováveis por 1 ano	2.909.866	3.650.937
	262.371.300	227.099.201

Durante o período findo em 31 de Março de 2011 foram reconhecidos 12.200.271 Euros (12.551.664 Euros, em 2010) na rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" relativos a rendas de locações operacionais, repartidas entre as rubricas "Rendas e alugueres" e "Alugueres de circuitos".

As rendas relativas a aluguer de espaço são maioritariamente compostas pelo contrato de aluguer do edifício Sonaecom em Lisboa, realizado durante o exercício de 2007 por um prazo de 5 anos e com a possibilidade de renovação anual. A actualização das rendas ocorrerá no final do primeiro ciclo do contrato, isto é, após os primeiros cinco anos.

21. Resultados financeiros

Os resultados financeiros dos períodos findos em 31 de Março de 2011 e 2010, têm a seguinte composição:

	2011	2010
Custos financeiros:		
Juros suportados:	(3.277.227)	(3.288.531)
Empréstimos bancários	(2.109.210)	(1.746.533)
Juros securitização	(783.653)	(983.105)
Juros de leasing	(243.072)	(249.604)
Outros juros	(141.292)	(309.289)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(265.380)	(55.419)
Outros custos financeiros	(197.517)	(119.534)
	(3.740.124)	(3.463.484)
Proveitos financeiros:		
Juros obtidos	1.395.820	1.069.378
Diferenças de câmbio favoráveis	83.312	423.740
Outros proveitos financeiros	1.733	15
	1.480.865	1.493.133

Nos períodos findos em 31 de Março de 2011 e 2010, a rubrica "Juros obtidos" inclui, principalmente, juros relativos a aplicações de tesouraria e juros de mora associados a processos em contencioso.

22. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento reconhecido nos períodos findos em 31 de Março de 2011 e 2010 é composto como segue ((custos)/proveitos):

	2011	2010
Imposto corrente	(322.161)	(792.564)
Provisão para impostos (Nota 17)	(287.466)	(84.456)
Imposto diferido activo (Nota 11)	(3.224.107)	(2.817.458)
Imposto diferido passivo (Nota 11)	30.055	(166.292)
	(3.803.680)	(3.860.770)

23. Partes relacionadas

Durante os períodos findos em 31 de Março de 2011 e 2010, os saldos e transacções mantidos com partes relacionadas respeitam, essencialmente, à actividade operacional do Grupo (prestação de serviços de telecomunicações e serviços de consultoria), bem como à concessão e obtenção de empréstimos.

Os saldos e transacções mais significativos efectuados com entidades relacionadas (as quais se encontram descritas em anexo), durante os períodos findos em 31 de Março de 2011 e 2010, foram os seguintes:

	Saldos em 31 de Março de 2011			
	Contas a receber	Contas a pagar	Aplicações de tesouraria	Outros activos / (passivos)
Sonae SGPS	34.364	3.552	–	5.817
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	1.297.637	1.796.650	–	(457.556)
Worten	1.031.708	–	–	(415.097)
Sonaecenter II	1.351.363	452.163	–	10.798
Sonae Investments BV	–	–	51.810.000	9.157
France Telecom	–	1.281.101	–	(4.517.090)
	3.715.072	3.533.466	51.810.000	(5.363.971)

	Saldos em 31 de Março de 2010			
	Contas a receber	Contas a pagar	Aplicações de tesouraria	Outros activos / (passivos)
Sonae SGPS	47.667	1.621	–	(110.404)
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	1.751.747	1.313.609	–	(75.351)
Worten	1.479.936	5.042	–	(1.099.671)
Sonae Investments BV	–	–	71.810.000	–
France Telecom	2.216.258	2.620.060	–	(6.712.812)
	5.495.608	3.940.332	71.810.000	(7.998.238)

	Transacções durante o exercício findo em 31 de Março de 2011			
	Vendas e prestações de serviços	Fornecimento e serviços externos	Juros obtidos / (suportados)	Proveitos suplementares
Sonae SGPS	23.892	50.000	–	–
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	189.350	99.035	–	88.729
Worten	(134.895)	732.756	–	3.810
Sonaecenter II	2.087.080	156.060	–	–
Sonae Investments BV	–	–	419.386	–
France Telecom	3.344.310	2.511.392	–	–
	5.509.737	3.549.243	419.386	92.539

	Transacções durante o exercício findo em 31 de Março de 2010			
	Vendas e prestações de serviços	Fornecimento e serviços externos	Juros obtidos / (suportados)	Proveitos suplementares
Sonae SGPS	25.072	35.909	81.745	–
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	1.266.695	443.032	–	28.655
Worten	786.464	553.228	–	–
Sonae Investments BV	–	–	499.837	–
France Telecom	3.688.418	3.618.113	–	–
	5.766.649	4.650.282	581.582	28.655

As transacções efectuadas entre empresas do Grupo foram eliminadas no processo de consolidação, pelo que não são divulgadas nesta nota.

Todas as transacções acima referidas foram efectuadas a preços de mercado.

As contas a receber e a pagar a empresas relacionadas, serão liquidadas em numerário e não se encontram cobertas por garantias. Durante os períodos findos em 31 de Março de 2011 e 2010, não foram reconhecidas perdas de imparidade em contas a receber de entidades relacionadas.

Uma listagem integral das partes relacionadas do Grupo Sonaecom é apresentada em anexo ao presente relatório.

24. Responsabilidades por garantias prestadas

O valor das garantias emitidas a favor de terceiros, em 31 de Março de 2011 e 2010, tinha a seguinte composição:

Empresa	Beneficiário da garantia	Descrição	2011	2010
Optimus e Sonaecom	Direcção de Contribuições e Impostos	Reembolso do IVA	**9.392.527**	9.350.818
Optimus	Direcção de Contribuições e Impostos	Liquidações adicionais de IRC	**1.711.219**	1.801.117
We Do	AD Makedonski, Digi Telecommunications, Emirates Telecom. Corp., Pak Telecom, Scotiabank De Costa Rica, Sirilanka Telecom e Telcel	Boa execução de trabalhos a realizar	**1.415.765**	818.815
Sonaecom	Direcção de Contribuições e Impostos	Fiscalização Geral 2005	**754.368**	754.368
Optimus e Público	Direcção de Contribuições e Impostos	Processo de impugnação – IVA	**598.000**	598.000
We Do, Saphety e Digitmarket	IAPMEI	Projecto "HERMES" - QREN	**436.822**	327.730
Optimus	Direcção Geral do Tesouro	IRC – Retenção de rendimentos a não residentes	**307.348**	431.954
Optimus	Câmara Municipal de Coimbra, Lisboa, Braga, Elvas, Caldas da Rainha, Guarda, Mealhada, Barcelos e Faro	Boa execução de trabalhos a realizar nos municípios de Coimbra, Lisboa, Braga, Elvas, Caldas da Rainha, Guarda, Mealhada, Barcelos e Faro	**289.781**	272.283
Público	Tribunal de Trabalho de Lisboa	Processo de execução nº 199A/92	**271.511**	271.511
Optimus	Governo Civil de Lisboa	Garantir o cumprimento integral do plano de sorteios	**-**	287.906
Várias	Outros		**762.313**	1.050.274
			15.939.654	15.964.776

Adicionalmente a estas garantias, foram constituídas duas fianças relativas a processos fiscais em curso. A Sonae SGPS constituiu-se fiadora da Sonaecom SGPS, até ao montante de 2.844.270 euros e a Sonaecom SGPS constituiu-se fiadora da Optimus até ao montante de 9.264.267 euros.

Em 31 de Março de 2011 e 2010, é convicção do Conselho de Administração do Grupo que do desfecho dos processos judiciais e fiscais em curso não irão surgir impactos materialmente relevantes para as demonstrações financeiras consolidadas anexas.

25. Informação por segmentos

Nos períodos findos em 31 de Março de 2011 e 2010 foram identificados como segmentos de negócio os seguintes:

- Telecomunicações;

- Multimédia;

- Sistemas de informação; e

- Actividades de Holding.

O segmento denominado "Actividades de Holding", engloba todas as operações realizadas pelas empresas do Grupo cuja actividade principal corresponde à gestão de participações sociais.

As restantes actividades do Grupo, para além das acima identificadas, encontram-se classificadas como não alocadas.

As transacções ocorridas nos períodos findos em 31 de Março de 2011 e 2010 inter-segmentos foram anuladas no processo de consolidação. Todas estas transacções foram efectuadas a preços de mercado.

As transferências e transacções entre segmentos são efectuadas nas condições comerciais e termos contratuais idênticos aos praticados para entidades terceiras, sendo na sua maioria relativas a juros de aplicações de tesouraria e fees de gestão.

A principal informação relativa aos segmentos de negócio existentes em 31 de Março de 2011 e 2010, preparada de acordo com as mesmas políticas e critérios contabilísticos adoptados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, é como segue:

	Telecomunicações		Multimédia		Sistemas de Informação		Actividades de Holding		Outros		Sub-Total		Eliminações		Total	
	Março 2011	Março 2010	Março 2011	Março 2010	Março 2011	Março 2010	Março 2011	Março 2010	Março 2011	Março 2010	Março 2011	Março 2010	Março 2011	Março 2010	Março 2011	Março 2010
Proveitos:																
Vendas e Prestações de serviços	182.765.266	190.418.064	6.536.132	7.379.024	32.951.597	32.432.216	867.789	1.796.115	55.200	55.200	223.175.984	232.080.619	(7.344.019)	(9.330.487)	215.831.965	222.750.132
Outros proveitos operacionais	3.182.965	1.608.401	96.274	48.112	163.071	114.077	4.688	844	–	–	3.446.998	1.771.434	(1.064.294)	(632.244)	2.382.704	1.139.190
Total de proveitos	185.948.231	192.026.465	6.632.406	7.427.136	33.114.668	32.546.293	872.477	1.796.959	55.200	55.200	226.622.982	233.852.053	(8.408.313)	(9.962.731)	218.214.669	223.889.322
Amortizações e depreciações	(28.960.671)	(33.284.679)	(307.057)	(377.185)	(1.221.523)	(563.644)	(19.344)	(29.804)	(7.652)	(7.381)	(30.516.247)	(34.262.693)	291.178	217.936	(30.225.069)	(34.044.757)
Resultado operacional do segmento	20.484.829	13.840.129	(1.096.381)	(816.780)	695.321	1.027.372	(506.583)	(208.125)	20.283	23.747	19.597.469	13.866.343	146.000	4.070	19.743.469	13.870.413
Juros líquidos	(3.261.358)	(2.000.307)	(33.799)	(31.326)	(178.589)	(103.145)	1.735.377	54.610	(13.840)	(5.818)	(1.752.209)	(2.085.986)	(129.198)	(133.167)	(1.881.407)	(2.219.153)
Outros resultados financeiros	(77.416)	(119.936)	(2.570)	(467)	(228.199)	381.874	(456.153)	(5.886.727)	(40)	(40)	(764.378)	(5.625.296)	386.526	5.874.098	(377.852)	248.802
Impostos sobre o rendimento	(3.028.956)	(3.144.239)	290.265	40.054	(313.378)	(588.359)	(740.813)	(66.672)	(1.697)	(4.741)	(3.794.579)	(3.763.957)	(9.101)	72.099	(3.803.680)	(3.691.858)
Resultado líquido consolidado do exercício	14.117.099	8.575.647	(842.485)	(808.519)	(24.845)	717.742	31.828	(6.106.914)	4.706	13.148	13.286.303	2.391.104	394.227	5.817.100	13.680.530	8.208.204
Atribuível a:																
Accionistas da empresa mãe	14.117.099	8.575.647	(842.485)	(808.519)	(34.876)	662.313	31.828	(6.106.914)	4.706	13.148	13.276.272	2.335.675	377.128	5.822.460	13.653.400	8.158.135
Interesses sem controlo	–	–	–	–	10.031	55.429	–	–	–	–	10.031	55.429	17.099	(5.360)	27.130	50.069
Activos:																
Activos fixos tangíveis e Goodwill	847.140.796	844.897.871	4.134.226	5.561.834	69.099.202	63.869.376	417.949	514.687	3.244	1.588.884	920.795.417	916.432.652	457.656.728	456.810.600	1.378.452.145	1.373.243.252
Existências	18.970.083	20.725.725	750.016	435.018	151.234	1.447.395	–	–	–	–	19.871.333	22.608.138	–	–	19.871.333	22.608.138
Investimentos financeiros	1.282.025	1.282.025	441.509	436.509	2.494	907.494	1.132.033.850	1.117.166.353	–	–	1.133.759.878	1.119.792.381	(1.133.547.555)	(1.118.585.061)	212.323	1.207.320
Outros Activos não correntes	108.703.928	118.738.511	–	50.538	1.243.869	1.114.838	549.680.752	416.452.054	1.562.327	–	661.190.876	536.355.941	(554.600.493)	(417.147.908)	106.590.383	119.208.033
Outros activos correntes do segmento	295.594.074	354.262.050	14.867.762	10.231.986	52.367.615	42.781.053	73.079.115	85.951.674	121.063	78.918	436.029.629	493.305.681	(87.923.726)	(98.962.827)	348.105.903	394.342.854
	1.271.690.906	1.339.906.182	20.193.513	16.715.885	122.864.414	110.120.156	1.755.211.666	1.620.084.768	1.686.634	1.667.802	3.171.647.133	3.088.494.793	(1.318.415.046)	(1.177.885.196)	1.853.232.087	1.910.609.597
Passivos:																
Passivos do segmento	790.407.015	866.965.783	24.637.011	16.899.702	68.851.797	58.475.518	471.982.574	427.207.681	1.526.494	1.506.516	1.357.404.891	1.371.055.200	(491.891.392)	(401.956.447)	865.513.499	969.098.753
	790.407.015	866.965.783	24.637.011	16.899.702	68.851.797	58.475.518	471.982.574	427.207.681	1.526.494	1.506.516	1.357.404.891	1.371.055.200	(491.891.392)	(401.956.447)	865.513.499	969.098.753
Aumentos do activo fixo tangível	23.294.189	23.608.242	107.369	132.866	859.242	703.281	15.150.000	4.000.000	3.381	21.560	39.414.181	28.465.949	(15.381.331)	(4.382.227)	24.032.850	24.083.722

Apesar da fusão ocorrida em 2007, entre os negócios de telecomunicações móveis e fixos, ao nível de algumas rubricas de balanço e da demonstração de resultados, o Conselho de Administração do Grupo continua a separar a análise dos negócios conforme segue:

	Rede Móvel		Rede Fixa e Internet		Eliminações		Telecomunicações	
	Março 2011	Março 2010	**Março 2011**	Março 2010	**Março 2011**	Março 2010	**Março 2011**	Março 2010
Proveitos:								
Vendas e Prestações de serviços	**137.409.837**	142.465.275	**54.677.194**	60.877.858	**(9.321.765)**	(12.925.069)	**182.765.266**	190.418.064
Outros proveitos operacionais	**8.707.376**	8.335.188	**99.237**	104.867	**(5.623.648)**	(6.831.654)	**3.182.965**	1.608.401
Total de proveitos	**146.117.213**	150.800.463	**54.776.431**	60.982.725	**(14.945.413)**	(19.756.723)	**185.948.231**	192.026.465
Amortizações e depreciações	**(21.356.716)**	(24.441.244)	**(7.564.015)**	(8.803.495)	**(39.940)**	(39.940)	**(28.960.671)**	(33.284.679)
Resultado operacional do segmento	**26.555.317**	21.944.813	**(6.065.103)**	(8.098.175)	**(5.385)**	(6.509)	**20.484.829**	13.840.129
Activos:								
Activos fixos tangíveis e Diferenças de consolidação	**697.214.760**	662.922.628	**149.926.037**	181.975.243	**–**	**–**	**847.140.796**	844.897.871
Existências	**17.862.790**	16.946.503	**1.107.293**	3.779.222	**–**	**–**	**18.970.083**	20.725.725
Investimentos financeiros	**1.282.025**	1.282.025	**–**	–	**–**	**–**	**1.282.025**	1.282.025
Aumentos do activo fixo tangível	**13.589.387**	17.994.602	**9.704.802**	5.613.640	**–**	**–**	**23.294.189**	23.608.242

Durante os períodos findos em 31 de Março de 2011 e 2010, as vendas e prestações de serviços inter-segmentos foram como segue:

	Telecomunicações	Multimédia	Sistemas de Informação	Actividades de Holding	Outros Sonaecom
2011					
Telecomunicações	–	–	**5.616.319**	**864.933**	**55.200**
Multimédia	**330.825**	–	**49.342**	**1.428**	–
Sistemas de Informação	**369.392**	**21.500**	–	**1.428**	–
Actividades de Holding	**17.211**	**900**	**15.189**	–	–
Outros Sonaecom	**352**	–	–	–	–
Outros	**182.047.486**	**6.513.732**	**27.270.747**	–	–
	182.765.266	**6.536.132**	**32.951.597**	**867.789**	**55.200**
2010					
Telecomunicações	–	61.579	6.778.433	1.705.220	55.200
Multimédia	300.323	–	46.810	40.393	–
Sistemas de Informação	245.787	15.000	–	48.803	–
Actividades de Holding	16.771	900	14.531	–	–
Outros Sonaecom	352	–	–	384	–
Outros	189.854.831	7.301.545	25.592.442	1.315	–
	190.418.064	7.379.024	32.432.216	1.796.115	55.200

26. Resultados por acção

Os resultados por acção, básicos e diluídos, são calculados dividindo o resultado líquido consolidado do período atribuível ao Grupo (13.653.400 Euros em 2010 e 8.158.135 Euros em 2009) pelo número médio de acções existente durante os períodos findos em 31 de Março de 2011 e 2010, deduzidas das acções próprias (357.056.361 em 2010 e 358.377.683 em 2009).

27. Planos de Incentivo de Médio Prazo

Em Junho de 2000, o Grupo Sonaecom implementou um sistema de incentivos em acções a colaboradores acima de determinado nível de função, que veio a assumir a forma de opções e acções da Sonaecom e acções da Sonae SGPS. O exercício dos direitos ocorre três anos após a sua atribuição, desde que o colaborador se mantenha na empresa durante esse período.

Durante o período findo em 31 de Março de 2011, os planos em aberto da Sonaecom são os seguintes:

	Período de Diferimento			31 Março 2011	
	Cotação na data de atribuição*	Data de atribuição	Data de vencimento	Número agregado de participantes	Número de opções / acções
Acções Sonaecom					
Plano 2007	2,447	10 Mar 2008	09 Mar2011	-	-
Plano 2008	1,117	10 Mar 2009	09 Mar 2012	390	3.382.961
Plano 2009	1,685	10 Mar 2010	08 Mar 2013	400	2.422.921
Plano 2010	1,399	10 Mar 2011	10 Mar 2014	396	2.842.869
Acções Sonae SGPS					
Plano 2007	1,160	10 Mar 2008	09 Mar 2011	-	-
Plano 2008	0,526	10 Mar 2009	09 Mar 2012	4	389.258
Plano 2009	0,761	10 Mar 2010	08 Mar 2013	4	302.131
Plano 2010	0,813	10 Mar 2011	10 Mar 2014	7	338.265

* Cotação média do mês anterior à data de atribuição, para as acções Sonaecom e cotação mais baixa entre a cotação média do mês anterior à data da Assembleia Geral de Accionistas e a cotação do dia seguinte à mesma, para as acções Sonae SGPS. Para o plano de 2010, nas acções Sonae SGPS, a cotação apresentada corresponde à cotação de 25 de Março de 2011, uma vez que a Assembleia Geral apenas se realizará a 27 de Abril de 2011.

Durante o exercício findo em 31 de Março de 2011, os movimentos ocorridos ao abrigo dos planos indicados detalham-se da seguinte forma:

	Acções Sonaecom		Acções Sonae SGPS	
	Número agregado de participantes	Número de acções	Número agregado de participantes	Número de acções
Saldo a 31 Dezembro 2010:				
Ainda diferidas	1.192	6.575.867	17	877.654
Total	1.192	6.575.867	17	877.654
Movimentos no ano:				
Atribuídas	396	2.842.869	7	338.265
Vencidas	(376)	(1.750.550)	(4)	(186.234)
Canceladas / extintas / corrigidas[1]	(10)	(19.746)	-	-
Saldo a 31 Março 2011:				
Ainda diferidas	1.186	8.648.751	15	1.029.654
Total	1.186	8.648.751	15	1.029.654

(1) As correcções são efectuadas em função do dividendo pago e pelas alterações ao capital social e outros ajustamentos, nomeadamente, resultantes da alteração na forma de vencimento do MTIP, que passou a poder ser feita através da aquisição de acções com desconto.

Para os planos de acções Sonaecom, S.G.P.S., S.A., a responsabilidade é calculada com base na cotação à data da atribuição de cada plano. A responsabilidade de tais planos é de 4.102.797 Euros e foi registada na rubrica "Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo" . Para os planos de acções Sonae SGPS, o Grupo celebrou contratos de cobertura com entidades externas, sendo a responsabilidade calculada com base no preço acordado, com excepção do plano atribuído em 2011, que não está coberto e cuja responsabilidade é calculada à data de balanço. A responsabilidade de tais planos é registada nas rubricas de "Outros passivos correntes" e "Outros passivos não correntes".

Os custos dos planos de acções são reconhecidos ao longo do exercício que medeia a atribuição e o exercício das mesmas. Os custos reconhecidos em anos anteriores e no período findo em 31 de Março de 2011, são como se segue:

	Valor
Custos reconhecidos em exercícios anteriores	26.916.525
Custos reconhecidos no período	959.954
Custo de planos exercidos em anos anteriores	(21.445.373)
Custos dos planos exercidos no período	(1.746.908)
Total de custos dos Planos	4.684.198
Registados em 'Outros passivos correntes'	79.270
Registados em 'Outros passivos não correntes'	502.131
Registado em Reservas	4.102.797

28. Outros Assuntos

Em 31 de Dezembro de 2010, existem saldos em aberto com operadores nacionais, registados nas rubricas de clientes e fornecedores, no montante de 37.139.253 Euros e 29.913.608 Euros, respectivamente, assim como saldos de "Outros activos correntes" no valor de 411.649 Euros, e de "Outros passivos correntes" no valor de 6.817.553 Euros, que resultam de um diferendo mantido, essencialmente, com a TMN-Telecomunicações Móveis, S.A. relativo à indefinição dos preços de interligação do ano de 2001, tendo os respectivos custos e proveitos sido registados nesse ano. A Empresa considerou nas demonstrações financeiras as tarifas mais penalizadoras. Em Primeira Instância a sentença foi totalmente favorável à Optimus. O Tribunal da Relação, em sede de recurso, julgou novamente improcedentes os intentos da TMN. Contudo, a TMN voltou a recorrer desta decisão, agora para o Supremo Tribunal de Justiça, o qual confirmou a decisão do Tribunal da Relação, por sentença já transitada em julgado, julgando improcedentes os intentos da TMN, concluindo assim que os preços de interligação do ano de 2001 não estavam definidos. A regularização dos valores em aberto vai depender do preço que vier a ser estabelecido.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 4 de Maio de 2011.

Anexo

Pessoal chave gerência - Sonaecom	
Ana Cristina Dinis da Silva Fanha Vicente Soares	Franck Emmanuel Dangeard
Ana Paula Garrido Pina Marques	Gervais Pellissier
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	Jean François Pontal
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier	José Manuel Pinto Correia
António de Sampaio e Mello	Manuel Antonio Neto Portugal Ramalho Eanes
Artur Carlos Gomes Loureiro	Maria Cláudia Teixeira de Azevedo
David Hobley	Miguel Nuno Santos Almeida
David Graham Shenton Bain	Nuno Manuel Moniz Trigoso Jordão
David Pedro Oliveira Parente Ferreira Alves	Pedro Rafael de Sousa Nunes Pedro
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	Rui José Silva Goncalves Paiva

Pessoal chave gerência - Sonae SGPS	
Álvaro Carmona e Costa Portela	Luís Filipe Palmeira Lampreia
Álvaro Cuervo Garcia	Michel Marie Bon
Belmiro de Azevedo	Nuno Miguel Teixeira Azevedo

Empresas do Grupo Sonae/Efanor	
3DO Holding GmbH	Avenida M – 40 B.V.
3DO Shopping Centre GmbH	Avenida M – 40, S.A.
3shoppings – Holding,SGPS, S.A.	Azulino Imobiliária, S.A.
ADD/Avaliações Engenharia de Avaliações e Perícias Ltda	BA Business Angels, SGPS, SA
ADDmakler Administração e Corretagem de Seguros Ltda	BA Capital, SGPS, SA
ADDmakler Administradora, Corretora de Seguros Partic. Ltda	BB Food Service, S.A.
Adlands B.V.	Beeskow Holzwerkstoffe
Aegean Park, S.A.	Beralands BV
Agepan Eiweiler Management GmbH	Bertimóvel – Sociedade Imobiliária, S.A.
Agepan Flooring Products, S.A.RL	Best Offer – Prest. Inf. p/Internet, S.A.
Agepan Tarket Laminate Park GmbH Co. KG	Bikini, Portal de Mulheres, S.A.
Agloma Investimentos, Sgps, S.A.	Bloco Q – Sociedade Imobiliária, S.A.
Agloma-Soc.Ind.Madeiras e Aglom., S.A.	Bloco W – Sociedade Imobiliária, S.A.
Águas Furtadas – Imobiliária, S.A.	Boavista Shopping Centre BV
Airone – Shopping Center, Srl	BOM MOMENTO – Comércio Retalhista, SA
ALBCC Albufeirashopping C.Comercial SA	Boulanger España, SL
ALEXA Administration GmbH	Campo Limpo, Lda
ALEXA Asset GmbH & Co KG	Canasta – Empreendimentos Imobiliários, S.A.
ALEXA Holding GmbH	Carnes do Continente – Ind.Distr.Carnes, S.A.
ALEXA Shopping Centre GmbH	CarPlus – Comércio de Automóveis, S.A.
Alexa Site GmbH & Co. KG	Casa Agrícola de Ambrães, S.A.
Algarveshopping – Centro Comercial, S.A.	Casa Agrícola João e A. Pombo, S.A.
Alpêssego – Soc. Agrícola, S.A	Casa da Ribeira – Hotelaria e Turismo, S.A.
Andar – Sociedade Imobiliária, S.A.	Cascaishopping – Centro Comercial, S.A.
Aqualuz – Turismo e Lazer, Lda	Cascaishopping Holding I, SGPS, S.A.
Arat inmebles, S.A.	CCCB Caldas da Rainha - Centro Comercial,SA
ARP Alverca Retail Park,SA	Centro Colombo – Centro Comercial, S.A.
Arrábidashopping – Centro Comercial, S.A.	Centro Residencial da Maia,Urban., S.A.
Aserraderos de Cuellar, S.A.	Centro Vasco da Gama – Centro Comercial, S.A.
Atlantic Ferries – Tráf.Loc,Flu.e Marít, S.A.	Change, SGPS, S.A.

Chão Verde – Soc.Gestora Imobiliária, S.A.	Euromegantic, Lteé
Choice Car – Comércio de Automóveis, S.A.	Euroresinas – Indústrias Quimicas, S.A.
Choice Car SGPS, S.A.	Farmácia Selecção, S.A.
Cia.de Industrias e Negócios, S.A.	Fashion Division, S.A.
Cinclus Imobiliária, S.A.	Finlog – Aluguer e Comércio de Automóveis, S.A.
Citorres – Sociedade Imobiliária, S.A.	Fontana Corretora de Seguros Ltda
Clérigoshopping – Gestão do C.Comerc., S.A.	Fozimo – Sociedade Imobiliária, S.A.
Coimbrashopping – Centro Comercial, S.A.	Fozmassimo – Sociedade Imobiliária, S.A.
Colombo Towers Holding, BV	Freccia Rossa – Shopping Centre S.r.l.
Contacto Concessões, SGPS, S.A.	Friengineering International Ltda
Contibomba – Comérc.Distr.Combustiveis, S.A.	Fundo de Invest. Imobiliário Imosede
Contimobe – Imobil.Castelo Paiva, S.A.	Fundo I.I. Parque Dom Pedro Shop.Center
Continente Hipermercados, S.A.	Fundo Invest.Imob.Shopp. Parque D.Pedro
Contry Club da Maia-Imobiliaria, S.A.	Gaiashopping I – Centro Comercial, S.A.
Cooper Gay (Holding) Limited	Gaiashopping II – Centro Comercial, S.A.
Cooper Gay Swett & Crawford Lt	GHP Gmbh
Coral - Correctores de Seguros, SA	Gli Orsi Shopping Centre 1 Srl
Craiova Mall BV	Global S – Hipermercado, Lda
Cronosaúde – Gestão Hospitalar, S.A.	Glunz AG
Cumulativa – Sociedade Imobiliária, S.A.	Glunz Service GmbH
Darbo S.A.S	Glunz UK Holdings Ltd
Developpement & Partenariat Assurances, S.A.	Glunz Uka Gmbh
Discovery Sports, SA	Golf Time – Golfe e Invest. Turísticos, S.A.
Distrifin – Comercio y Prest.Servicios, S.A.	GOOD AND CHEAP – Comércio Retalhista, S.A.
Dortmund Tower GmbH	Guerin – Rent a Car (Dois), Lda.
Dos Mares – Shopping Centre B.V.	Guimarãeshopping – Centro Comercial, S.A.
Dos Mares – Shopping Centre, S.A.	Harvey Dos Iberica, S.L.
Ecociclo – Energia e Ambiente, S.A.	Herco Consultoria de Riscos e Corretora de Seguros Ltda
Ecociclo II	HIPOTÉTICA – Comércio Retalhista, SA
Edições Book.it, S.A.	Hornitex Polska Sp z.o.o
Edificios Saudáveis Consultores, S.A.	Iberian Assets, S.A.
Efanor – Design e Serviços, S.A.	IGI – Investimento Imobiliário, S.A.
Efanor – Indústria de Fios, S.A.	Igimo – Sociedade Imobiliária, S.A.
Efanor Investimentos, SGPS, S.A.	Iginha – Sociedade Imobiliária, S.A.
Efanor Serviços de Apoio à Gestão, S.A.	Imoareia – Invest. Turísticos, SGPS, S.A.
El Rosal Shopping, S.A.	Imobiliária da Cacela, S.A.
Empreend.Imob.Quinta da Azenha, S.A.	Imoclub – Serviços Imobilários, S.A.
Equador & Mendes, Lda	Imoconti – Soc.Imobiliária, S.A.
Espimaia – Sociedade Imobiliária, S.A.	Imodivor – Sociedade Imobiliária, S.A.
Estação Oriente – Gest.de Galerias Com., S.A.	Imoestrutura – Soc.Imobiliária, S.A.
Estação Viana – Centro Comercial, S.A.	Imoferro – Soc.Imobiliária, S.A.
Estêvão Neves – Hipermercados Madeira, S.A.	Imohotel – Emp.Turist.Imobiliários, S.A.
Etablissement A. Mathe, S.A.	Imomuro – Sociedade Imobiliária, S.A.

Imopenínsula – Sociedade Imobiliária, S.A.	Marimo – Exploração Hoteleira Imobiliária
Imoplamac Gestão de Imóveis, S.A.	Marina de Tróia S.A.
Imoponte – Soc.Imobiliaria, S.A.	Marinamagic – Expl.Cent.Lúdicos Marít, Lda
Imoresort – Sociedade Imobiliária, S.A.	Marmagno – Expl.Hoteleira Imob., S.A.
Imoresultado – Soc.Imobiliaria, S.A.	Martimope – Sociedade Imobiliária, S.A.
Imosedas – Imobiliária e Seviços, S.A.	Marvero – Expl.Hoteleira Imob., S.A.
Imosistema – Sociedade Imobiliária, S.A.	MC Property Management S.A.
Imosonae II	MC SGPS, S.A.
Impaper Europe GmbH & Co. KG	MDS Consultores, S.A.
Implantação – Imobiliária, S.A.	MDS Corretor de Seguros, S.A.
Infofield – Informática, S.A.	Mediterranean Cosmos Shop. Centre Investments, S.A.
Inparsa – Gestão Galeria Comercial, S.A.	Megantic BV
Inparvi SGPS, S.A.	Miral Administração e Corretagem de Seguros Ltda
Integrum – Edificios Sustentáveis, S.A.	MJLF – Empreendimentos Imobiliários, S.A.
Integrum – Serviços Partilhados, S.A.	Modalfa – Comércio e Serviços, S.A.
Integrum Colombo Energia, S.A.	MODALLOOP – Vestuário e Calçado, S.A.
Interclean, S.A.	Modelo – Dist.de Mat. de Construção, S.A.
Interlog – SGPS, S.A.	Modelo Cont. Seguros-Soc. De Mediação, Lda
Investalentejo, SGPS, S.A.	Modelo Continente – Oper.Retalho SGPS, S.A.
Invsaude – Gestão Hospitalar, S.A.	Modelo Continente Hipermercados, S.A.
Ipaper – Industria Papeis Impregnados, S.A.	Modelo Continente, SGPS, S.A.
ISF – Imobiliário, Serviços e Participaç	Modelo Hiper Imobiliária, S.A.
Isoroy SAS	Modelo Hipermergados Trading, S.A.
JUST SPORT – Comércio Art. Desporto, S.A.	Modelo.com – Vendas p/Correspond., S.A.
KLC Holdings XII S.A.	Monselice Centre Srl
La Farga – Shopping Center, SL	Movelpartes – Comp.para Ind.Mobiliária, S.A.
Larim Corretora de Resseguros Ltda	Movimento Viagens – Viag. e Turismo U.Lda
Larissa Develop. Of Shopping Centers, S.A.	Mundo Vip – Operadores Turisticos, S.A.
Lazam – MDS Corretora e Administradora de Seguros, S.A.	NA – Comércio de Artigos de Desporto, S.A.
Lazam Corretora, Ltda.	NA – Equipamentos para o Lar, S.A.
LCC LeiriaShopping Centro Comercial SA	NAB, Sociedade Imobiliária, S.A.
Le Terrazze - Shopping Centre 1 Srl	Norscut – Concessionária de Scut Interior Norte, S.A.
Lembo Services Ltd (Euro)	Norte Shop. Retail and Leisure Centre BV
Libra Serviços, Lda.	Norteshopping – Centro Comercial, S.A.
Lidergraf – Artes Gráficas, Lda.	Nova Equador Internacional,Ag.Viag.T, Ld
Lima Retail Park, S.A.	Nova Equador P.C.O. e Eventos
Loureshopping – Centro Comercial, S.A.	Novobord (PTY) Ltd.
Luso Assistência – Gestão de Acidentes, S.A.	Oeste Retail Park – Gestão G.Comerc., S.A.
Luz del Tajo – Centro Comercial S.A.	Operscut – Operação e Manutenção de Auto-estradas, S.A.
Luz del Tajo B.V.	OSB Deustchland Gmbh
Madeirashopping – Centro Comercial, S.A.	Paracentro – Gest.de Galerias Com., S.A.
Maiashopping – Centro Comercial, S.A.	Pareuro, BV
Maiequipa – Gestão Florestal, S.A.	Park Avenue Develop. of Shop. Centers S.A.
Marcas do Mundo – Viag. e Turismo Unip, Lda	Parque Atlântico Shopping – C.C., S.A.
Marcas MC, ZRT	Parque D. Pedro 1 B.V.

Parque D. Pedro 2 B.V.	Proj.Sierra Italy 3 – Shop. Centre Srl
Parque de Famalicão – Empr. Imob., S.A.	Proj.Sierra Portugal III – C.Comerc., S.A.
Parque Principado SL	Proj.Sierra Portugal VIII – C.Comerc., S.A.
Pátio Boavista Shopping Ltda.	Project 4, Srl
Pátio Campinas Shopping Ltda	Project SC 1 BV
Pátio Goiânia Shopping Ltda	Project SC 2 BV
Pátio Londrina Empreend. e Particip. Ltda	Project Sierra 1 B.V.
Pátio Penha Shopping Ltda.	Project Sierra 2 B.V.
Pátio São Bernardo Shopping Ltda	Project Sierra 3 BV
Pátio Sertório Shopping Ltda	Project Sierra 4 BV
Pátio Uberlândia Shopping Ltda	Project Sierra 6 BV
Peixes do Continente – Ind.Dist.Peixes, S.A.	Project Sierra 7 BV
Pharmaconcept – Actividades em Saúde, S.A.	Project Sierra 8 BV
PHARMACONTINENTE – Saúde e Higiene, S.A.	Project Sierra 9 BV
PJP – Equipamento de Refrigeração, Lda	Project Sierra Brazil 1 B.V.
Plaza Eboli B.V.	Project Sierra Charagionis 1 S.A.
Plaza Eboli – Centro Comercial S.A.	Project Sierra Germany Shop. Center 1 BV
Plaza Mayor Holding, SGPS, S.A.	Project Sierra Germany Shop. Center 2 BV
Plaza Mayor Parque de Ócio B.V.	Project Sierra Italy 5 Srl
Plaza Mayor Parque de Ocio, S.A.	Project Sierra Spain 1 B.V.
Plaza Mayor Shopping B.V.	Project Sierra Spain 2 – Centro Comer. S.A.
Plaza Mayor Shopping, S.A.	Project Sierra Spain 2 B.V.
Ploi Mall BV	Project Sierra Spain 3 – Centro Comer. S.A.
Ploiesti Shopping Center (Euro)	Project Sierra Spain 3 B.V.
Poliface Brasil, Ltda	Project Sierra Spain 5 BV
Poliface North America	Project Sierra Spain 6 – Centro Comer. S.A.
POLINSUR – Mediação de seguros, LDA	Project Sierra Spain 6 B.V.
Porturbe – Edificios e Urbanizações, S.A.	Project Sierra Spain 7 – Centro Comer. S.A.
Praedium II – Imobiliária, S.A.	Project Sierra Spain 7 B.V.
Praedium III – Serviços Imobiliários, S.A.	Project Sierra Three Srl
Praedium SGPS, S.A.	Project Sierra Two Srl
Predicomercial – Promoção Imobiliária, S.A.	Promessa Sociedade Imobiliária, S.A.
Prédios Privados Imobiliária, S.A.	Prosa – Produtos e serviços agrícolas, S.A.
Predisedas – Predial das Sedas, S.A.	Publimeios – Soc.Gestora Part. Finan., S.A.
Pridelease Investments, Ltd	Puravida – Viagens e Turismo, S.A.
Proj. Sierra Germany 1 – Shop.C. GmbH	Quorum Corretora de seguros LT
Proj. Sierra Germany 4 (four) – Sh.C.GmbH	Racionaliz. y Manufact.Florestales, S.A.
Proj. Sierra Italy 2 – Dev.of Sh.C. Srl	RASO, SGPS, S.A.
Proj.Sierra 1 – Shopping Centre GmbH	RASO - Viagens e Turismo, S.A.
Proj.Sierra Germany 2 (two) – Sh.C.GmbH	Resoflex – Mob.e Equipamentos Gestão, S.A.
Proj.Sierra Germany 3 (three) – Sh.C.GmbH	Resolução, SGPS, S.A.
Proj.Sierra Italy 1 – Shop.Centre Srl	Rio Sul – Centro Comercial, S.A.
Proj.Sierra Italy 2 – Dev. Of Sh.C.Srl	River Plaza Mall, Srl

Rochester Real Estate, Limited	Sierra Enplanta Ltda
RSI Corretora de Seguros Ltda	Sierra European R.R.E. Assets Hold. B.V.
S. C. Setler Mina Srl	Sierra GP Limited
S.C. Microcom Doi Srl	Sierra Investimentos Brasil Ltda
Saúde Atlântica – Gestão Hospitalar, S.A.	Sierra Investments (Holland) 1 B.V.
SC – Consultadoria, S.A.	Sierra Investments (Holland) 2 B.V.
SC – Eng. e promoção imobiliária,SGPS, S.A.	Sierra Investments Holding B.V.
SC Aegean B.V.	Sierra Investments SGPS, S.A.
SC Assets SGPS, S.A.	Sierra Italy Holding B.V.
SC Mediterraneum Cosmos B.V.	Sierra Management Germany GmbH
SCS Beheer, BV	Sierra Management Hellas S.A.
Selfrio – Engenharia do Frio, S.A.	Sierra Management Italy S.r.l.
Selfrio,SGPS, S.A.	Sierra Management Portugal – Gest. CC, S.A.
Selifa – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Sierra Management Spain – Gestión C.Com.S.A.
Sempre à Mão – Sociedade Imobiliária, S.A.	Sierra Management, SGPS, S.A.
Sempre a Postos – Produtos Alimentares e Utilidades, Lda	Sierra Portugal Fund, Sarl
SERENITAS-SOC.MEDIAÇÃO SEG.LDA	Sierra Property Management, Srl
Serra Shopping – Centro Comercial, S.A.	SII – Soberana Invest. Imobiliários, S.A.
Sesagest – Proj.Gestão Imobiliária, S.A.	SIRS – Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A.
Sete e Meio – Invest. Consultadoria, S.A.	Sistavac – Sist.Aquecimento,V.Ar C., S.A.
Sete e Meio Herdades – Inv. Agr. e Tur., S.A.	SKK – Central de Distr., S.A.
Shopping Centre Colombo Holding, BV	SKK SRL
Shopping Centre Parque Principado B.V.	SKK-DISTRIBUCIÓN DE REFRIG.SRL
Shopping Penha B.V.	SKKFOR – Ser. For. e Desen. de Recursos
Siaf – Soc.Iniciat.Aprov.Florestais, S.A.	SMP – Serv. de Manutenção Planeamento
SIAL Participações Ltda	Soc.Inic.Aproveit.Florest. – Energias, S.A.
Sic Indoor – Gestão de Suportes Publicitários, S.A.	Sociedade de Construções do Chile, S.A.
Sierra Asset Management – Gest. Activos, S.A.	Sociedade Imobiliária Troia – B3, S.A.
Sierra Asset Management Luxemburg, Sarl	Société de Tranchage Isoroy S.A.S.
Sierra Berlin Holding BV	Socijofra – Sociedade Imobiliária, S.A.
Sierra Brazil 1 B.V.	Sociloures – Soc.Imobiliária, S.A.
Sierra Central S.A.S	Soconstrução BV
Sierra Charagionis Develop.Sh. Centre S.A.	Sodesa, S.A.
Sierra Charagionis Propert.Management S.A.	Soflorin, BV
Sierra Corporate Services – Ap.Gestão, S.A.	Soira – Soc.Imobiliária de Ramalde, S.A.
Sierra Corporate Services Holland, BV	Solaris Supermercados, S.A.
Sierra Develop.Iberia 1, Prom.Imob., S.A.	Solinca – Investimentos Turísticos, S.A.
Sierra Development Greece, S.A.	Solinca III – Desporto e Saúde, S.A.
Sierra Developments – Serv. Prom.Imob., S.A.	Solinfitness – Club Malaga, S.L.
Sierra Developments Germany GmbH	Soltroia – Imob.de Urb.Turismo de Tróia, S.A.
Sierra Developments Holding B.V.	Sonae Capital Brasil, Lda
Sierra Developments Italy S.r.l.	Sonae Capital,SGPS, S.A.
Sierra Developments Services Srl	Sonae Center II S.A.
Sierra Developments Spain – Prom.C.Com.SL	Sonae Center Serviços, S.A.
Sierra Developments, SGPS, S.A.	Sonae Financial Participations BV

Sonae Ind., Prod. e Com.Deriv.Madeira, S.A.	Taiber,Tableros Aglomerados Ibéricos, SL
Sonae Indústria – SGPS, S.A.	Tarkett Agepan Laminate Flooring SCS
Sonae Indústria Brasil, Ltda	Tavapan, S.A.
Sonae Industria de Revestimentos, S.A.	Tecmasa Reciclados de Andalucia, SL
Sonae Investments, BV	Teconologias del Medio Ambiente, S.A.
Sonae Novobord (PTY) Ltd	Terra Nossa Corretora de Seguros Ltda
Sonae RE, S.A.	Textil do Marco, S.A.
Sonae Retalho Espana – Servicios Gen., S.A.	Tlantic Portugal – Sist. de Informação, S.A.
Sonae Serviços de Gestão, S.A.	Tlantic Sistemas de Informação Ltdª
Sonae SGPS, S.A.	Todos os Dias – Com.Ret.Expl.C.Comer., S.A.
Sonae Sierra Brasil Ltda	Tool Gmbh
Sonae Sierra Brazil B.V.	Torre Colombo Ocidente – Imobiliária, S.A.
Sonae Sierra, SGPS, S.A.	Torre Colombo Oriente – Imobiliária, S.A.
Sonae Tafibra Benelux, BV	Torre São Gabriel – Imobiliária, S.A.
Sonae Turismo – SGPS, S.A.	TP – Sociedade Térmica, S.A.
Sonae Turismo Gestão e Serviços, S.A.	Troia Market – Supermercados, S.A.
Sonae UK, Ltd.	Troia Market, S.A.
Sonaecenter Serviços, S.A.	Tróia Natura, S.A.
Sonaegest – Soc.Gest.Fundos Investimentos	Troiaresort – Investimentos Turísticos, S.A.
Sondis Imobiliária, S.A.	Troiaverde – Expl.Hoteleira Imob., S.A.
Sontel BV	Tulipamar – Expl.Hoteleira Imob., S.A.
Sontur BV	Unishopping Administradora Ltda.
Sonvecap BV	Unishopping Consultoria Imob. Ltda.
Sopair, S.A.	Urbisedas – Imobiliária das Sedas, S.A.
Sótaqua – Soc. de Empreendimentos Turist	Valecenter Srl
Spanboard Products, Ltd	Valor N, S.A.
SPF – Sierra Portugal Real Estate, Sarl	Vastgoed One – Sociedade Imobiliária, S.A.
Spinveste – Gestão Imobiliária SGII, S.A.	Vastgoed Sun – Sociedade Imobiliária, S.A.
Spinveste – Promoção Imobiliária, S.A.	Venda Aluga – Sociedade Imobiliária, S.A.
Sport Zone – Comércio Art.Desporto, S.A.	Via Catarina – Centro Comercial, S.A.
SRP Development, SA	Viajens y Turismo de Geotur España, S.L.
Tableros Tradema, S.L.	Vuelta Omega, S.L.
Tafiber,Tableros de Fibras Ibéricas, SL	WELL W – Electrodomésticos e Equip., SA
Tafibras Participações, S.A.	World Trade Center Porto, S.A.
Tafisa – Tableros de Fibras, S.A.	Worten – Equipamento para o Lar, S.A.
Tafisa Canadá Societé en Commandite	Worten España, S.A.
Tafisa France, S.A.	Zubiarte Inversiones Inmob, S.A.
Tafisa UK, Ltd	ZYEVOLUTION-Invest.Desenv.,SA.

Empresas do Grupo FT	
France Telecom, S.A.	Atlas Services Belgium, S.A.

9.3. Demonstrações Financeiras Individuais da Sonaecom

Balanços

Para os períodos findos em 31 Março de 2011 e 2010 e para o exercício findo em 31 Dezembro de 2010

	Notas	Março 2011	Março 2010	Dezembro 2010
Activo				
Activos não correntes				
Activos fixos tangíveis	1.a), 1.e) e 2	411.008	492.721	428.818
Activos intangíveis	1.b) e 3	6.942	21.965	8.476
Investimentos em empresas do grupo	1.c) e 5	987.197.029	925.155.905	996.797.029
Outros activos não correntes	1. c), 1.l), 1.m), 4 e 6	768.415.652	636.353.900	560.706.652
Total de activos não correntes		1.756.030.631	1.562.024.491	1.557.940.975
Activos correntes				
Outras dívidas de terceiros	1.d), 1.f), 4 e 8	13.447.765	7.437.677	9.668.483
Outros activos correntes	1.l) e 1.m)	4.080.295	5.750.262	1.638.580
Caixa e equivalentes de caixa	1.g), 4 e 9	11.581.737	2.030.491	75.631.256
Total de activos correntes		29.109.797	15.218.430	86.938.319
Total activo		1.785.140.428	1.577.242.921	1.644.879.294
Capital próprio e passivo				
Capital próprio				
Capital social	10	366.246.868	366.246.868	366.246.868
Acções próprias	1.o) e 11	(13.625.492)	(13.181.502)	(15.030.834)
Reservas	1.n)	921.671.151	788.042.339	788.244.305
Resultado líquido do período		(1.319.918)	8.914.237	135.403.787
Total do capital próprio		1.272.972.609	1.150.021.942	1.274.864.126
Passivo				
Passivo não corrente				
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo	1.h), 4 e 12.a)	362.592.644	328.098.685	304.333.736
Provisões para outros riscos e encargos	1.j), 1.m) e 13	68.654	41.634	56.487
Outros passivos não correntes	1.l), 1.m),1.r) e 20	269.380	268.910	374.091
Impostos diferidos passivos	1.k), 1. m) e 7	–	71.935	–
Total de passivos não correntes		362.930.678	328.481.164	304.764.314
Passivo corrente				
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	1.h), 1.g) 4, e 12.b)	104.991.773	95.903.077	53.472.759
Outras dívidas a terceiros	4 e 14	43.502.750	1.249.995	10.367.886
Outros passivos correntes	1.l), 1.m), 1.r) e 20	742.618	1.586.743	1.410.209
Total de passivos correntes		149.237.141	98.739.815	65.250.854
Total do passivo e capital próprio		1.785.140.428	1.577.242.921	1.644.879.294

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de Março de 2011 e 2010.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

António Sampaio e Mello

David Charles Denholm Hobley

Frank Emmanuel Dangeard

Gervais Gilles Pellissier

Jean-François René Pontal

Nuno Miguel Moniz Trigoso Santos Jordão

Demonstrações dos resultados por naturezas

Para os períodos findos em 31 de Março de 2011 e 2010 e para o exercício findo em 31 Dezembro de 2010

	Notas	Março 2011	Março 2010	Dezembro 2010
Prestações de serviços		867.789	1.802.202	6.278.651
Outros proveitos operacionais	1.f)	4.688	844	14.584
		872.477	1.803.046	6.293.235
Fornecimentos e serviços externos	15	(708.011)	(765.863)	(2.781.738)
Custos com o pessoal	1.r)	(610.431)	(1.142.280)	(4.358.462)
Amortizações e depreciações	1.a), 1.b), 1.q), 2 e 3	(19.344)	(29.804)	(111.539)
Provisões e perdas de imparidade	1.j), 1.q) e 13	–	–	–
Outros custos operacionais		(18.622)	(47.405)	(137.269)
		(1.356.408)	(1.985.352)	(7.389.008)
Ganhos e perdas em investimentos em empresas do grupo	16	(3.236.000)	8.759.322	129.026.996
Outros custos financeiros	1c), 1h), 1q), 12 e 16	(2.305.188)	(2.003.572)	(7.949.668)
Outros proveitos financeiros	1.c), 12 e 16	5.446.820	2.413.618	16.671.281
Resultados correntes		(578.299)	8.987.062	136.652.836
Imposto sobre o rendimento	1.k) e 7	(741.619)	(72.825)	(1.249.049)
Resultado líquido do período		(1.319.918)	8.914.237	135.403.787
Resultados por acção	19			
Incluindo operações em descontinuação:				
Básicos		(0,004)	0,02	0,38
Diluídos		(0,004)	0,02	0,38
Excluindo operações em descontinuação:				
Básicos		(0,004)	0,02	0,38
Diluídos		(0,004)	0,02	0,38

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de Março de 2011 e 2010.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

António Sampaio e Mello

David Charles Denholm Hobley

Frank Emmanuel Dangeard

Gervais Gilles Pellissier

Jean-François René Pontal

Nuno Miguel Moniz Trigoso Santos Jordão

Demonstrações do rendimento integral

Para os períodos findos em 31 de Março de 2011 e 2010

	Notas	Março 2011	Março 2010
Resultado líquido do período		(1.319.918)	8.914.237
Componentes de outro rendimento integral do período, líquido de imposto		-	-
Rendimento integral do período		(1.319.918)	8.914.237

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de Março de 2011 e 2010.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo
Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo
Miguel Nuno Santos Almeida
António Sampaio e Mello
David Charles Denholm Hobley
Frank Emmanuel Dangeard
Gervais Gilles Pellissier
Jean-François René Pontal
Nuno Miguel Moniz Trigoso Santos Jordão

Demonstrações das alterações no capital próprio

Para os períodos findos em 31 de Março de 2011 e 2010

			Reservas							
	Capital social	Acções próprias (nota 11)	Prémios de emissão de acções	Reserva legal	Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo (nota 20)	Reservas de acções próprias	Outras reservas	Total de reservas	Resultado líquido	Total
2011										
Saldo em 31 de Dezembro 2010	366.246.868	(15.030.834)	775.290.377	1.221.003	551.381	15.030.834	(3.849.290)	788.244.305	135.403.787	1.274.864.126
Aplicação do resultado líquido de 2010	-	-	-	6.770.189	-	-	128.633.598	135.403.787	(135.403.787)	-
Rendimento integral do período findo em 31 de Março de 2011	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.319.918)	(1.319.918)
Entrega de acções próprias no âmbito dos Planos de Incentivo de Médio Prazo	-	3.628.629	-	-	(186.538)	(3.628.629)	1.752.301	(2.062.866)	-	1.565.763
Efeito do reconhecimento dos Planos de Incentivo de Médio Prazo	-	-	-	-	85.925	-	-	85.925	-	85.925
Aquisição de acções próprias	-	(2.223.287)	-	-	-	2.223.287	(2.223.287)	-	-	(2.223.287)
Saldo em 31 Março 2011	366.246.868	(13.625.492)	775.290.377	7.991.192	450.768	13.625.492	124.313.322	921.671.151	(1.319.918)	1.272.972.609

Para os períodos findos em 31 de Março de 2011 e 2010

			Reservas							
	Capital social	Acções próprias (nota 11)	Prémios de emissão de acções	Reserva legal	Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo (nota 20)	Reservas de acções próprias	Outras reservas	Total de reservas	Resultado líquido	Total
2010										
Saldo em 31 de Dezembro 2009	366.246.868	(12.809.015)	775.290.377	1.985.181	361.418	12.809.015	5.292.287	795.738.278	(6.056.465)	1.143.119.666
Aplicação do resultado líquido de 2009	-	-	-	(764.178)	-	-	(5.292.287)	(6.056.465)	6.056.465	-
Rendimento integral do período findo em 31 de Março de 2010	-	-	-	-	-	-	-	-	8.914.237	8.914.237
Entrega de acções próprias no âmbito dos Planos de Incentivo de Médio Prazo	-	2.581.036	-	-	(69.962)	(2.581.036)	1.012.560	(1.638.438)	-	942.598
Efeito do reconhecimento dos Planos de Incentivo de Médio Prazo	-	-	-	-	(1.036)	-	-	(1.036)	-	(1.036)
Aquisição de acções próprias	-	(2.953.523)	-	-	-	2.953.523	(2.953.523)	-	-	(2.953.523)
Saldo em 31 Março 2010	366.246.868	(13.181.502)	775.290.377	1.221.003	290.420	13.181.502	(1.940.963)	788.042.339	8.914.237	1.150.021.942

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os períodos findos em 31 de Março de 2011 e 2010

	Março 2011		Março 2010	
Actividades operacionais				
Pagamentos ao pessoal	(1.063.139)		(1.700.663)	
Fluxo gerado pelas operações	(1.063.139)		(1.700.663)	
Pagamento / recebimento de imposto sobre o rendimento	(11.064)		(103.700)	
Outros recebimentos / pagamentos relativos a actividades operacionais	1.125.665		3.347.231	
Fluxo das actividades operacionais (1)	51.462	51.462	1.542.868	1.542.868
Actividades de investimento				
Recebimentos provenientes de:				
Investimentos financeiros	17.840.000		22.298.458	
Juros e proveitos similares	688.915		2.611.987	
Dividendos recebidos	–	18.528.915	10.500.000	35.410.445
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos financeiros	(21.850.291)		(8.000.000)	
Activos fixos tangíveis	(1.968)		–	
Empréstimos concedidos	(165.995.000)	(187.847.259)	(16.525.000)	(24.525.000)
Fluxos das actividades de investimento (2)		(169.318.344)		10.885.445
Actividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Empréstimos obtidos	119.232.000	119.232.000	–	–
Pagamentos respeitantes a:				
Juros e custos similares	(2.486.350)		(1.610.795)	
Aquisição de acções próprias	(2.223.287)		(2.953.523)	
Empréstimos obtidos	(9.305.000)	(14.014.637)	(9.083.000)	(13.647.318)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		105.217.363		(13.647.318)
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		(64.049.519)		(1.219.005)
Efeito das diferenças de câmbio				
Caixa e seus equivalentes no princípio do período		75.631.256		3.189.749
Caixa e seus equivalentes no final do período		11.581.737		1.970.744

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de Março de 2011 e 2010.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	Miguel Nuno Santos Almeida	Gervais Gilles Pellissier
Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério	António Sampaio e Mello	Jean-François René Pontal
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier	David Charles Denholm Hobley	Nuno Miguel Moniz Trigoso Santos Jordão
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo	Frank Emmanuel Dangeard	

Anexo às Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Para os períodos findos em 31 de Março de 2011 e 2010

	2011	2010
1. Aquisição ou alienação de filiais e outras actividades empresariais		
a) Outras actividades empresariais		
Reembolso de prestações acessórias no Público - Comunicação Social, S.A.	17.840.000	–
Reembolso de Prestações acessórias na Sonae Telecom S.G.P.S., S.A	–	14.298.458
Reembolso de Prestações acessórias na Sonaetelecom BV	–	8.000.000
	17.840.000	22.298.458
b) Outras actividades empresariais		
Prestações acessórias na PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A.	12.990.000	–
Pagamento da Aquisição da Sontária- Empreendimentos Imobiliários, S.A.	8.860.290	–
Prestações acessórias na Sonaetelecom BV	–	8.000.000
	21.850.290	8.000.000
2. Descrição dos componentes de caixa e seus equivalentes		
Numerário	10.319	8.954
Depósitos à ordem	91.418	136.537
Aplicações de Tesouraria	11.480.000	1.885.000
Depósitos à ordem (saldos credores)	–	(59.747)
Caixa e seus equivalentes	11.581.737	1.970.744
Depósitos à ordem (saldos credores)	–	59.747
Disponibilidades constantes do balanço	11.581.737	2.030.491
3. Informações respeitantes a actividades financeiras não monetárias		
a) Créditos bancários obtidos e não sacados	80.000.000	223.050.000
b) Compra de empresas através da emissão de acções	Não aplicável	Não aplicável
c) Conversão de dívidas em capital	Não aplicável	Não aplicável

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de Março de 2011 e 2010.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

António Sampaio e Mello

David Charles Denholm Hobley

Frank Emmanuel Dangeard

Gervais Gilles Pellissier

Jean-François René Pontal

Nuno Miguel Moniz Trigoso Santos Jordão

9.4. Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais da Sonaecom

A SONAECOM, S.G.P.S., S.A. (doravante designada "Empresa" ou "Sonaecom") foi constituída em 6 de Junho de 1988, sob a firma Sonae – Tecnologias de Informação, S.A. e tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Maia – Portugal.

Por escritura pública de 30 de Setembro de 1997, realizou-se a cisão-fusão da Pargeste, S.G.P.S., S.A., passando a Empresa a abarcar as participações financeiras nas empresas ligadas ao núcleo de comunicação e tecnologias de informação da sociedade cindida.

Em 3 de Novembro de 1999, procedeu-se ao aumento de capital e alteração do pacto social, tendo a firma sido alterada para Sonae.com, S.G.P.S., S.A.. Desde então, o objecto social da Empresa é a gestão de participações sociais, tendo, na mesma data, o capital social sido redenominado para Euros, ficando este, na altura, representado por cento e cinquenta milhões de acções de valor nominal unitário de 1 Euro.
Em 1 de Junho de 2000, a Empresa foi objecto de uma Oferta Combinada de Acções, que integrou o seguinte:

- Oferta Pública de Venda de 5.430.000 acções, representativas de 3,62% do capital social, realizada no mercado nacional, dirigida: (i) aos colaboradores do Grupo Sonae; (ii) aos clientes das sociedades dominadas pela Sonaecom; e (iii) ao público em geral.
- Oferta Particular de Venda de 26.048.261 acções, representativas de 17,37% do capital social, dirigida a investidores institucionais, nacionais e estrangeiros.

Complementarmente à Oferta Combinada de Venda, e nos termos a seguir indicados, teve lugar um aumento do capital social da Empresa, tendo as novas acções sido integralmente subscritas e realizadas pela Sonae, S.G.P.S., S.A. (accionista da Sonaecom, doravante designada "Sonae"). Este aumento de capital foi subscrito e realizado, na data de fixação do preço da Oferta Combinada de Venda, na modalidade de novas entradas em dinheiro, dando lugar à emissão de 31.000.000 de novas acções ordinárias, escriturais e com o valor nominal unitário de 1 Euro. O preço de subscrição das novas acções foi igual ao preço fixado para a alienação das acções na referida Oferta Combinada (10 Euros).

Adicionalmente, a Sonae alienou, nesse exercício, 4.721.739 acções representativas do capital social da Sonaecom ao abrigo da opção concedida aos bancos líderes da Oferta Particular de Venda e 1.507.865 acções a gestores do Grupo Sonae e a antigos sócios de empresas adquiridas pela Sonaecom.

Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 17 de Junho de 2002, o capital social foi aumentado de 181.000.000 Euros para 226.250.000 Euros por subscrição pública reservada aos accionistas. Foram subscritas e realizadas 45.250.000 novas acções, de valor nominal unitário de 1 Euro, ao preço de 2,25 Euros por acção.

Em 30 de Abril de 2003, por escritura pública, a designação social foi alterada para SONAECOM, S.G.P.S., S.A..

Por deliberação da Assembleia Geral de 12 de Setembro de 2005, o capital social foi aumentado em 70.276.868 Euros de 226.250.000 Euros para 296.526.868 Euros, através da emissão de 70.276.868 novas acções, de valor nominal de 1 Euro cada, e com um prémio de emissão de 242.455.195 Euros, inteiramente subscrito pelo accionista France Telecom. A escritura do aumento de capital foi celebrada no dia 15 de Novembro de 2005.

Por deliberação da Assembleia Geral de 18 de Setembro de 2006, o capital social foi aumentado em 69.720.000 Euros para 366.246.868 Euros, através da emissão de 69.720.000 novas acções, de valor nominal de 1 Euro cada, e com um prémio de emissão global de 275.657.217 Euros, subscrito pelos accionistas 093X – Telecomunicações Celulares, S.A. (EDP) e Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A. (Parpública). A escritura deste aumento de capital ocorreu a 18 de Outubro de 2006.

Por deliberação da Assembleia Geral de 16 de Abril de 2008, as acções escriturais ao portador foram convertidas em acções escriturais nominativas.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Euros, arredondados à unidade.

1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, os quais foram preparados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IAS/IFRS") tal como adoptadas pela União Europeia.

A adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") tal como adoptadas pela União Europeia ocorre pela primeira vez em 2007, pelo que a data de transição dos princípios contabilísticos portugueses para esse normativo é 1 de Janeiro de 2006, tal como definido pela IFRS 1 – "Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro".

Para a Sonaecom, não existem diferenças entre os IFRS adoptados pela União Europeia e os IFRS publicados pelo Internacional Accounting Standards Board.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas ("endorsed") pela União Europeia tiveram aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2011 e foram adoptadas pela primeira vez no período findo em 31 de Março de 2011:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 1 – Emendas (Excepções à divulgação de comparativos exigidos pela IFRS 7 na adopção pela primeira vez das IFRS's)	1-Jul-10
Esta emenda permite, na adopção pela primeira vez das IFRS's, a utilização das disposições transitórias introduzidas pela emenda de Março de 2009 à IFRS 7 (Melhoria das divulgações sobre Instrumentos Financeiros) para as entidades que já utilizam as IFRS's.	
IAS 32 - Emendas (Clarificação de direitos de emissão)	1-Fev-10 *
Esta emenda clarifica que quando tais direitos são emitidos numa base 'pro rata' para todos os accionistas numa mesma classe por uma quantia monetária fixa, eles devem ser classificados em capitais próprios independentemente da moeda em que o preço de exercício está denominado.	
IFRIC 19 (Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital Próprio)	1-Jul-10 *
Clarifica os requisitos das IFRSs quando uma entidade renegoceia os termos de um passivo financeiro com o seu credor, e este aceita acções da empresa ou outro instrumento de capital para realização completa ou parcial do passivo financeiro.	
Revisão da IAS 24 (Divulgações de Partes Relacionadas)	1-Jan-11
A norma revista aborda preocupações pelo facto dos requisitos de divulgação anteriores e a definição de entidade relacionada serem demasiado complexos e difíceis de aplicar na prática em ambientes de forte presença governamental, através de: (1) permissão de uma excepção parcial para entidades relacionadas com o Governo e (2) fornecendo uma definição revista de entidade relacionada.	
IFRIC 14 - Emendas (Pré-pagamento voluntário de contribuições)	1-Jan-11
Estas emendas corrigem uma consequência não desejada da IFRIC 14. Sem estas emendas, em determinadas circunstâncias não era permitido às entidades o reconhecimento como activo de certos pré-pagamentos voluntários de contribuições mínimas.	

*A data de eficácia de acordo com a adopção pela UE foi posterior à data de eficácia estabelecida originalmente pela norma.

A aplicação destas normas não teve impactos significativos nas demonstrações financeiras da Empresa.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas ("endorsed") pela União Europeia, mas têm aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros:

Norma/Interpertação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – Ciclo 2008/2010	18-Fev-11
Este processo envolveu a revisão de 7 normas contabilísticas.	

Estas normas apesar de aprovadas ("endorsed") pela União Europeia, não foram adoptadas pela Empresa no período findo em 31 de Março de 2011, em virtude da sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adopção das mesmas.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas ("endorsed") pela União Europeia:

Norma/Interpertação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IAS 12 - Emendas (Imposto diferido: Recuperação de activos subjacentes)	1-Jan-12
Esta alteração estabelece que, no caso das propriedades de investimento mensuradas ao justo valor, existe a presunção de que a sua recuperação será normalmente feita pela venda para efeitos de determinação do respectivo impacto fiscal. Como resultado, a SIC 21 - "Impostos sobre o Rendimento - Recuperação de activos não depreciáveis revalorizados" deixa de se aplicar a propriedades de investimento mensuradas ao justo valor. As restantes orientações contidas na SIC 21 são também vertidas para a IAS 12, sendo a SIC 21 retirada.	
IFRS 1 - Emendas (Isenção para hiperinflação severa e remoção das datas fixas)	1-Jul-11
As emendas: 1) substituem as datas fixas estabelecidas na excepção para desreconhecimento e na excepção relacionada com a mensuração inicial ao justo valor dos instrumentos financeiros; e 2) incluem uma isenção específica ao custo considerado na primeira adopção das IFRS para as entidades que operavam anteriormente em economias classificadas como hiper-inflacionárias.	
IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Emendas (emitidas em 7 de Outubro de 2010)	1-Jul-11
A emenda requer divulgações com vista a um melhor entendimento das transacções de activos financeiros (por exemplo: securitização de activos), incluindo a compreensão dos efeitos possíveis de eventuais riscos remanescentes após a transferência. São ainda requeridas divulgações adicionais se uma quantidade desproporcional de transacções de activos ocorrer perto do final do período de relato.	

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 9 (Instrumentos Financeiros)	1-Jan-13
Esta norma é o primeiro passo no projecto de substituição da IAS 39, ela introduz novos requisitos de classificação e mensuração de activos financeiros.	

A aplicação destas normas e interpretações, quando aplicáveis à Empresa, não produzirá efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras futuras da Empresa.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados pela Empresa a 31 de Março de 2011 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010.

Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram as seguintes:

a) Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e eventuais perdas de imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes e registadas por duodécimos, a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As perdas de imparidade detectadas no valor de realização dos activos fixos tangíveis são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As taxas anuais utilizadas correspondem à vida útil estimada dos bens, que são as seguintes:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções – obras em edifícios alheios	10-20
Equipamento básico	5-8
Equipamento admnistrativo	3-10
Ferramentas e utensílios	4-8
Outras imoblizações corpóreas	4

As despesas correntes com reparação e manutenção do activo fixo tangível são registadas como custo no exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentem o período de utilização dos respectivos bens, são capitalizadas e amortizadas de acordo com a vida útil dos correspondentes bens.

b) Activos intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e eventuais perdas de imparidade acumuladas. Os activos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, se a Empresa possuir o poder de os controlar e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os activos intangíveis compreendem, essencialmente, software e propriedade industrial.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, durante o período estimado da sua vida útil (três anos), a partir do mês em que as correspondentes despesas sejam incorridas.
As amortizações do exercício dos activos intangíveis são registadas na demonstração de resultados na rubrica "Amortizações e depreciações".

c) Investimentos em empresas do grupo e outros activos não correntes

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em empresas do grupo (empresas nas quais a Empresa detenha directa ou indirectamente mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Accionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais), são registados na rubrica "Investimentos em empresas do grupo", ao custo de aquisição, de acordo com as disposições previstas na IAS 27, em virtude da Sonaecom apresentar em separado, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IAS/IFRS.

Na rubrica "Outros activos não correntes" são registados, ao valor nominal, os empréstimos e as prestações acessórias concedidos às empresas participadas cujo reembolso previsto ou contratual apenas venha a ocorrer num prazo superior a um ano.

É efectuada uma avaliação dos investimentos e dos empréstimos concedidos a empresas do grupo quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade ou quando as perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir.

As perdas de imparidade detectadas no valor de realização dos investimentos financeiros e nos empréstimos concedidos a empresas do grupo são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica "Outros custos financeiros" da demonstração de resultados.

Os encargos incorridos com a compra de investimentos financeiros em empresas do grupo são registados como custo no momento em que são incorridos.

d) Instrumentos financeiros

A Empresa classifica os instrumentos financeiros nas seguintes categorias: 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados', 'Empréstimos e contas a receber', 'Investimentos detidos até ao vencimento' e 'Investimentos disponíveis para venda'. A classificação depende da intenção subjacente à aquisição do investimento.
A classificação é definida no momento do reconhecimento inicial e reapreciada numa base trimestral.

(i) 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados'
Esta categoria divide-se em duas subcategorias: 'activos financeiros detidos para negociação' e 'investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Um activo financeiro é classificado nesta categoria se for adquirido com o propósito de ser vendido no curto prazo ou se a adopção da valorização através deste método elimine ou reduza significativamente um desfasamento contabilístico. Os instrumentos derivados são também classificados como detidos para negociação, excepto se estiverem afectos a operações de cobertura. Os activos desta categoria são classificados como activos correntes no caso de serem detidos para negociação ou se for expectável que se realizem num período inferior a 12 meses da data do balanço.

(ii) 'Empréstimos e contas a receber'
'Empréstimos e contas a receber' são activos financeiros não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que não se encontram cotados em mercados activos/ líquidos. Estes investimentos financeiros surgem quando a Empresa fornece dinheiro ou serviços directamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são registados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efectiva e deduzidos de qualquer imparidade.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são classificados como activos correntes, excepto nos casos em que a maturidade é superior a 12 meses da data do balanço, os quais se classificam como activos não correntes. Em ambos os casos, esta categoria aparece no balanço incluída na rubrica 'Outras dívidas de terceiros'.

(iii) 'Investimentos detidos até ao vencimento'
Esta categoria inclui os activos financeiros, não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que possuem uma maturidade fixada e relativamente aos quais é intenção do Conselho de Administração a manutenção dos mesmos até à data do seu vencimento.

(iv) 'Investimentos disponíveis para venda'
Incluem-se aqui os activos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadrem nas categorias anteriores. Esta categoria é incluída nos activos não correntes, excepto se o Conselho de Administração tiver a intenção de alienar o investimento num período inferior a 12 meses da data do balanço.

Todas as compras e vendas de investimentos financeiros são reconhecidas à data da transacção, isto é, na data em que a Empresa assume todos os riscos e obrigações inerentes à compra ou venda do activo. Os investimentos são todos inicialmente reconhecidos ao justo valor mais custos de transacção, sendo a única excepção os 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Neste último caso, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transacção são reconhecidos na demonstração de resultados. Os investimentos são desreconhecidos quando o direito de receber fluxos financeiros tiver expirado ou tiver sido transferido e, consequentemente, tenham sido transferidos todos os riscos e benefícios associados.

Os 'Investimentos disponíveis para venda' e os 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' são posteriormente mantidos ao justo valor.
Os 'Empréstimos e contas a receber' e os 'Investimentos detidos até ao vencimento' são registados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efectiva.
Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' são registados na demonstração de resultados do exercício. Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos não monetários classificados como disponíveis para venda, são reconhecidos no capital próprio. No momento em que esse investimento é vendido ou esteja em situação de imparidade, o ganho ou perda acumulada é registado na demonstração de resultados.

O justo valor dos investimentos é baseado nos preços correntes de mercado. Se o mercado em que os investimentos estão inseridos não for um mercado activo/líquido (investimentos não cotados), a Empresa estabelece o justo valor através de outras técnicas de avaliação como o recurso a transacções de instrumentos financeiros substancialmente semelhantes, análises de fluxos financeiros e modelos de opção de preços ajustados para reflectir as circunstâncias específicas. Caso tal não possa ser utilizado, a Empresa valoriza tais investimentos pelo seu custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade identificadas. O justo valor dos investimentos cotados é calculado com base na cotação de fecho da Euronext à data do balanço.

A Empresa efectua avaliações à data de cada balanço sempre que exista evidência objectiva de que um activo financeiro possa estar em imparidade. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa (superior a 25%) ou prolongada (durante dois trimestres consecutivos) do seu justo valor para níveis inferiores ao seu custo é indicativo de que o activo se encontra em situação de imparidade. Se existir alguma evidência de imparidade para 'Investimentos disponíveis para venda', as perdas acumuladas – calculadas pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido de qualquer perda de imparidade anteriormente reconhecida na demonstração de resultados – são retiradas do capital próprio e reconhecidas na demonstração de resultados. Perdas de imparidade reconhecidas na demonstração de resultados relativas a instrumentos de capital não são revertidas através de resultados.

e) Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação.

As locações são classificadas como financeiras ou operacionais em função da substância e não da forma do respectivo contrato.

Os activos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o activo fixo tangível, as amortizações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual ao justo valor ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos em falta até ao final do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações do activo fixo tangível são reconhecidos como custos na demonstração de resultados do exercício.

Os bens cuja utilização decorre do regime de aluguer de longa duração ("ALD"), estão contabilizados pelo método de locação operacional. De acordo com este método, as rendas pagas são reconhecidas como custo, durante o período de aluguer a que respeitam.

f) Outras dívidas de terceiros

As 'outras dívidas de terceiros' são registadas pelo seu valor realizável líquido e não incluem juros, por não se considerar material o efeito da sua actualização financeira.

Estes instrumentos financeiros surgem quando a Empresa empresta dinheiro ou presta serviços directamente a um devedor sem intenção de transaccionar o montante a receber.

O montante desta rubrica encontra-se deduzido de eventuais perdas de imparidade, que são registados na Demonstração de Resultados em 'Provisões e perdas de imparidade'. Recuperações subsequentes de montantes anteriormente sujeitos a imparidade, são creditados na rubrica de 'Outros proveitos operacionais' da demonstração de resultados.

g) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7- 'Demonstração de Fluxos de Caixa', através do método directo. A Empresa classifica na rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' compreende também os descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica 'Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos'. A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em actividades operacionais, de financiamento e de investimento. As actividades operacionais englobam os pagamentos a pessoal e outros recebimentos e pagamentos relacionados com a actividade operacional.

Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas subsidiárias e associadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de activos fixos tangíveis.

Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e a contratos de locação financeira.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo, não existindo qualquer montante penhorado nem dado como garantia.

h) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo "custo amortizado". Eventuais despesas com a emissão desses empréstimos são registadas como uma dedução à dívida e reconhecidas, ao longo do período de vida desses empréstimos, de acordo com o método da taxa de juro efectiva. Os juros corridos mas não vencidos são acrescidos ao valor dos empréstimos até ao momento da sua liquidação.

i) Instrumentos financeiros derivados

A Empresa utiliza derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos. Derivados para negociação (especulação) não são utilizados pela Empresa.

Os instrumentos financeiros derivados ("cash flow hedges") utilizados pela Empresa respeitam a "swaps" de taxa de juro para cobertura do risco de taxa de juro em empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes aos "swaps" de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados. A variação no justo valor dos "swaps" de cobertura de "cash-flow" é registada no activo ou no passivo por contrapartida da rubrica dos capitais próprios "Reservas de cobertura".

Nos casos em que o instrumento de cobertura se revela ineficaz, os montantes gerados por ajustamentos ao justo valor são registados directamente na demonstração de resultados.

Em 31 de Março de 2011, a Empresa não se encontra a utilizar qualquer instrumento financeiro derivado.

j) Provisões e contingências

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data. Provisões para reestruturações apenas são registadas caso a Empresa possua um plano detalhado e este já tenha sido devidamente comunicado às partes envolvidas.

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, sendo as mesmas divulgadas no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota.

Um activo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras, mas divulgado no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

k) Imposto sobre o rendimento

O 'Imposto sobre o rendimento do exercício' inclui o imposto corrente e o imposto diferido, de acordo com a IAS 12- 'Impostos sobre o Rendimento'.

A Sonaecom é abrangida, desde Janeiro de 2008, pelo Regime especial de tributação dos grupos de sociedades, pelo que o imposto corrente é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas no referido regime especial, de acordo com as regras do mesmo. O Regime especial de tributação dos grupos de sociedades engloba todas as empresas participadas directa ou indirectamente em pelo menos 90% do capital social e que sejam residentes em Portugal e tributadas em sede de Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respectivos montantes para efeitos de tributação.
Os impostos diferidos activos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos activos. No final de cada exercício é efectuada uma revisão dos impostos diferidos registados, bem como dos não reconhecidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura ou registados, desde que, e até ao ponto em que, se torne provável a geração de lucros tributáveis no futuro que permitam a sua recuperação (Nota 7).

Os impostos diferidos são calculados à taxa que se espera que vigore no período em que se prevê que o activo ou o passivo seja realizado.

Nos casos em que os impostos diferidos são relativos a activos ou passivos registados directamente no capital próprio, o seu registo também é efectuado na rubrica de capital próprio. Nas outras situações, os impostos diferidos são sempre registados na demonstração de resultados.

l) Especialização de exercícios e Rédito

Os custos e os proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e os proveitos cujo valor real não seja conhecido, são contabilizados por estimativa.

Nas rubricas "Outros activos correntes", "Outros activos não correntes", "Outros passivos correntes" e "Outros passivos não correntes" são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.
Os activos e passivos não financeiros não correntes são registados pelo seu justo valor e, em cada exercício, a actualização financeira para o justo valor é registada na

demonstração de resultados nas rubricas 'Outros custos financeiros' e 'Outros proveitos financeiros'.
Os dividendos apenas são reconhecidos quando o direito dos accionistas ao seu recebimento já estiver devidamente estabelecido e comunicado.

m) Classificação de balanço

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes.
Adicionalmente, pela sua natureza, os impostos diferidos e as provisões para outros riscos e encargos são classificados como não correntes (Notas 7 e 13).

n) Reservas

Reserva Legal
A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da 'reserva legal' até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reserva de prémios de emissão de acções
Os prémios de emissão correspondem a ágios obtidos com a emissão ou aumentos de capital. De acordo com a legislação comercial portuguesa, os valores incluídos nesta rubrica seguem o regime estabelecido para a 'reserva legal', isto é, os valores não são distribuíveis, a não ser em caso de liquidação, mas podem ser utilizados para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo
De acordo com a IFRS 2- 'Pagamentos com Base em acções', a responsabilidade com os planos liquidados através da entrega de acções próprias é registada, a crédito, na rubrica de 'Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo', sendo que tal reserva não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

Reservas de cobertura
As reservas de cobertura reflectem as variações de justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de "cash flow" que se consideram eficazes (Nota 1. i)) sendo que as mesmas não são passíveis de ser distribuídas ou ser utilizadas para absorver prejuízos.

Reservas de acções próprias
As reservas de acções próprias reflectem o valor das acções próprias adquiridas e seguem um regime legal equivalente ao da reserva legal.

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da Empresa, apresentadas de acordo com as IAS/IFRS.

Assim, em 31 de Março de 2011, a Sonaecom dispunha de reservas que, pela sua natureza, são consideradas distribuíveis no montante de cerca de 123 milhões de euros.

o) Acções próprias

As acções próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das acções próprias são registadas na rubrica 'Outras reservas'.

p) Moeda estrangeira

Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data dos balanços.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração de resultados do exercício.

As cotações utilizadas para conversão em Euros foram as seguintes:

	2011		2010	
	31 Março	Média	31 Março	Média
Libra inglesa	1,13161	1,17144	1,12385	1,12692
Franco Suiço	0,76894	0,77703	-	-
Coroa Sueca	0,11195	0,11282	-	-
Dólar americano	0,70388	0,73141	0,741189	0,72354

q) Imparidade de activos

São efectuados testes de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um activo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual um activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica de "Amortizações e depreciações" nos casos de Activos fixos tangíveis, na rubrica de 'Outros custos financeiros' no caso de Investimentos financeiros e, para os outros activos, na rubrica de 'Provisões e perdas de imparidade'. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos

custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o activo pertence.

Para os Investimentos financeiros, a quantia recuperável, calculada em termos de valor de uso, é determinada com base nos últimos planos de negócio devidamente aprovados pelo Conselho de Administração da Empresa.

Evidência da existência de imparidade nas contas a receber surge quando:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verificam atrasos significativos no pagamento de juros e outros pagamentos principais por parte da contraparte;
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira.

r) Planos de Incentivo de Médio Prazo

O tratamento contabilístico dos Planos de Incentivo de Médio Prazo é baseado na IFRS 2 – 'Pagamentos com Base em Acções'.

De acordo com a IFRS 2, quando os planos estabelecidos pela Empresa são liquidados através da entrega de acções próprias, a responsabilidade estimada é registada a crédito na rubrica de 'Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo', no Capital próprio, por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício.

Essa responsabilidade é quantificada com base no justo valor das acções à data de atribuição do plano e reconhecida durante o período de diferimento de cada plano (desde a data de atribuição do plano até à sua data de vencimento). A responsabilidade total é calculada proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização.

Quando as responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, isto é, quando são substituídas pelo pagamento de uma verba fixa a uma entidade externa à Empresa, que assume a responsabilidade de entrega das acções na data de vencimento de cada plano, o tratamento contabilístico acima referido, sofre as seguintes adaptações:

(i) O valor total a pagar é registado no balanço nas rubricas 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes';

(ii) A parte da responsabilidade ainda não reconhecida na demonstração de resultados (relacionada com o período ainda a decorrer até à data de exercício) é diferida e registada no balanço nas rubricas 'Outros activos não correntes' e 'Outros activos correntes';

(iii) O efeito líquido dos registos referidos em i) e ii) anulam o impacto, acima mencionado, em Capitais próprios;

(iv) Na demonstração de resultados, o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento, continua a ser registado na rubrica 'Custos com o pessoal'.

Para os planos liquidados em dinheiro, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes', por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das acções à data de cada balanço.

Quando estas responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, a contabilização é efectuada da mesma forma, mas com a responsabilidade quantificada com base no valor fixado no contrato.

Os planos liquidados através da entrega de acções da empresa-mãe são contabilizados como se se tratassem de planos liquidados em dinheiro, ou seja, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes', por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das acções à data de cada balanço.

A 31 de Março de 2011, todos os planos de acções Sonaecom em aberto estavam cobertos através da detenção de acções próprias. O impacto associado aos planos de acções dos Planos de Incentivo de Médio Prazo relativos a acções Sonaecom está contabilizado, no balanço, na rubrica de 'Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo'. Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

Em relação aos planos liquidados através da entrega de acções da empresa-mãe, com a excepção de um dos planos, a Empresa efectuou contratos de cobertura, com uma entidade externa, através dos quais fixou o preço para a aquisição das referidas acções, pelo que a responsabilidade com os mesmos se encontra registada ao preço fixado no contrato, proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização, nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes'. Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

s) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events") são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("non adjusting events"), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

t) Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras dos períodos findos em 31 de Março de 2011 e 2010 incluem, essencialmente, as análises de imparidade dos activos, nomeadamente dos investimentos financeiros em empresas do Grupo.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospectiva, conforme disposto pelo IAS 8- ' Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros'.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras, são descritos nas correspondentes notas anexas, quando aplicável.

u) Gestão do Risco Financeiro

A actividade da Empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de mercado, o risco de liquidez e o risco de crédito.

Este conjunto de riscos deriva da incerteza característica dos mercados financeiros, a qual se reflecte na capacidade de projecção de fluxos de caixa e rentabilidades. A política de gestão dos riscos financeiros da Empresa, subjacente a uma perspectiva de continuidade das operações no longo prazo, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes dessas incertezas, recorrendo, sempre que possível e aconselhável, a instrumentos derivados de cobertura (Nota 1.i)).

Risco de mercado

a) Risco da taxa de câmbio

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressos em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados a flutuações cambiais.
Sempre que possível, a Empresa tenta realizar coberturas naturais dos valores em exposição, compensando os créditos concedidos e recebidos expressos na mesma moeda. Quando tal não se revele possível, a Empresa recorre a outros instrumentos derivados de cobertura.

Considerando os reduzidos valores de activos e passivos em moeda estrangeira, o impacto da variação da taxa de câmbio não é significativo.

b) Risco de taxa de juro

A totalidade do endividamento da Sonaecom encontra-se indexado a taxas variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio da Empresa é mitigado pelo efeito dos seguintes factores: (i) relativamente baixo nível de alavancagem financeira; (ii) possibilidade de utilização de instrumentos derivados de cobertura do risco de taxa de juro, conforme referido abaixo; (iii) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados da Empresa, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos ("natural hedge"); e (iv) existência de liquidez ou disponibilidades igualmente remuneradas a taxas variáveis.

A Empresa apenas utiliza instrumentos derivados ou transacções semelhantes para efeitos de cobertura de riscos de taxas de juro considerados significantes. Três princípios são utilizados na selecção e determinação dos instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro:

- Para cada derivado ou instrumento de cobertura utilizado para protecção de risco associado a um determinado financiamento, existe coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos objecto de cobertura e as datas de liquidação ao abrigo do instrumento de cobertura;
- Equivalência perfeita entre as taxas base: o indexante utilizado no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser o mesmo que o aplicável ao financiamento/ transacção que está a ser coberta;
- Desde o início da transacção, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios da Empresa.

Uma vez que a totalidade do endividamento da Sonaecom (Nota 12) encontra-se indexado a taxas variáveis, swaps de taxa de juro e outros derivados são utilizados como forma de protecção contra as variações dos fluxos de caixa futuros associados aos pagamentos de juros. Quando os swaps de taxa de juro são contratados têm o efeito económico de converter os respectivos empréstimos associados a taxas variáveis para taxas fixas. Ao abrigo destes contratos, a Empresa acorda com terceiras partes (bancos) a troca, em períodos de tempo pré-determinados, da diferença entre o montante de juros calculados à taxa fixa contratada e à taxa variável da altura de refixação, com referência aos respectivos montantes nocionais acordados.

As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de crédito de elevada qualidade creditícia, sendo política da Empresa privilegiar a contratação destes instrumentos com entidades bancárias que formem parte das suas operações de financiamento.

Para efeitos de determinação da contraparte das operações pontuais, a Sonaecom solicita a apresentação de propostas e preços indicativos a um número representativo de bancos de forma a garantir a adequada competitividade dessas operações.

Na determinação do justo valor das operações de cobertura, a Empresa utiliza determinados métodos, tais como modelos de avaliação de opções e de actualização de fluxos de caixa futuros, e utiliza determinados pressupostos que são baseados nas condições de taxas de juro de mercado prevalecentes à data de Balanço. Cotações comparativas de instituições financeiras, para instrumentos específicos ou semelhantes, são utilizadas como referencial de avaliação.

O justo valor dos derivados contratados, que se qualifiquem como de cobertura de justo valor ou que não sejam considerados suficientemente eficazes na cobertura de fluxos de caixa (conforme definições da IAS 39 – 'Instrumentos Financeiros'), é reconhecido nas rubricas de empréstimos, sendo as variações do seu justo valor reconhecidas directamente na demonstração de resultados do exercício. O justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa, considerados eficazes de acordo com o definido pela IAS 39, é reconhecido nas rubricas de empréstimos e as variações registadas no capital próprio.

O Conselho de Administração da Sonaecom aprova os termos e condições dos financiamentos considerados materiais para a Empresa, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixo/variável). No âmbito da política acima definida, cabe à Comissão Executiva, através do acompanhamento permanente das condições e das alternativas existentes no mercado, a decisão sobre a contratação pontual de instrumentos financeiros derivados destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

Risco de liquidez

A existência de liquidez implica que sejam definidos parâmetros de actuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez tem um triplo objectivo: (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respectivas datas de vencimento, bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos; (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e (iii) Eficiência Financeira, isto é, garantir que a Empresa maximiza o valor / minimiza o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Os principais parâmetros subjacentes a tal política correspondem ao tipo de instrumentos permitidos, ao nível de risco máximo aceitável, ao montante máximo de exposição por contraparte e aos prazos máximos de investimento.

A liquidez existente deverá ser aplicada nas alternativas abaixo descritas e pela ordem de prioridade apresentada:

(i) Amortização de dívida de curto prazo – após comparação do custo de oportunidade de amortização e custo de oportunidade inerente aos investimentos alternativos;

(ii) Gestão consolidada de liquidez – a liquidez existente nas empresas do Grupo, deverá ser prioritariamente aplicada em empresas do Grupo, para que de uma forma consolidada seja reduzida a utilização de dívida bancária;

(iii) Recurso ao mercado.

O investimento por recurso ao mercado está limitado à contratação de operações com contrapartes elegíveis, isto é, que cumpram com determinadas notações de rating previamente definidas pela Administração e limitada a determinados montantes máximos por contraparte.

A definição de limites máximos por contraparte tem como objectivo garantir que as aplicações de excedentes são realizadas de uma forma prudente e em observância dos princípios de gestão de relacionamento bancário.

A maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em activos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para

cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomada de fundos/aplicações no mercado.

A análise da maturidade de cada um dos instrumentos financeiros passivos, é apresentada na Nota 12.

Risco de crédito

A exposição da Empresa ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua actividade operacional. O risco de crédito associado a operações financeiras é mitigado pelo facto da Empresa apenas negociar com entidades de elevada qualidade creditícia.

A gestão deste risco tem por objectivo garantir a efectiva cobrança dos seus créditos nos prazos estabelecidos sem afectar o equilíbrio financeiro da Empresa.

O montante relativo a outras dívidas de terceiros apresentado nas demonstrações financeiras, o qual se encontra líquido de imparidades, representa a máxima exposição da Empresa ao risco de crédito.

2. Activos fixos tangíveis

Nos períodos findos em 31 de Março de 2011 e 2010, o movimento ocorrido no valor dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

						2011
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Total
Activo bruto						
Saldo em 31 Dezembro 2010	721.165	46.325	171	332.060	619	1.100.340
Saldo final em 31 Março 2011	721.165	46.325	171	332.060	619	1.100.340
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas						
Saldo em 31 Dezembro 2010	403.292	25.891	170	241.851	318	671.522
Amortizações do período	10.361	1.824	-	5.593	32	17.810
Saldo final em 31 Março 2011	413.653	27.715	170	247.444	350	689.332
Valor líquido	307.512	18.610	1	84.616	269	411.008

						2010
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Total
Activo bruto						
Saldo em 31 Dezembro 2009	721.165	46.325	171	331.750	619	1.100.030
Saldo final em 31 Março 2010	721.165	46.325	171	331.750	619	1.100.030
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas						
Saldo em 31 Dezembro 2009	347.862	17.977	170	216.945	189	583.143
Amortizações do período	15.136	2.056	-	6.942	32	24.166
Saldo final em 31 Março 2010	362.998	20.033	170	223.887	221	607.309
Valor líquido	358.167	26.292	1	107.863	398	492.721

3. Activos intangíveis

Nos períodos findos em 31 de Março de 2011 e 2010, o movimento ocorrido no valor dos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

				2011
	Propriedade industrial	Software	Imobilizado em curso	Total
Activo bruto				
Saldo em 31 Dezembro 2010	9.719	183.247	376	193.342
Saldo final em 31 Março 2011	9.719	183.247	376	193.342
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas				
Saldo em 31 Dezembro 2010	7.281	177.585	–	184.866
Amortizações do período	265	1.269	–	1.534
Saldo final em 31 Março 2011	7.546	178.854	–	186.400
Valor líquido	2.173	4.393	376	6.942

				2010
	Propriedade industrial	Software	Imobilizado em curso	Total
Activo bruto				
Saldo em 31 Dezembro 2009	6.650	182.283	376	189.309
Saldo final em 31 Março 2010	6.650	182.283	376	189.309
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas				
Saldo em 31 Dezembro 2009	6.259	155.447	–	161.706
Amortizações do período	121	5.517	–	5.638
Saldo final em 31 Março 2010	6.380	160.964	–	167.344
Valor líquido	270	21.319	376	21.965

4. Classes de instrumentos financeiros

A 31 de Março de 2011 e 2010, as classes de instrumentos financeiros eram como segue:

						2011
	Empréstimos e contas a receber	Investimentos detidos até à maturidade	Investimentos disponíveis para venda	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Activos não correntes						
Outros activos não correntes (Nota 6)	768.415.652	–	–	768.415.652	–	768.415.652
	768.415.652	–	–	768.415.652	–	768.415.652
Activos correntes						
Outras dívidas de terceiros (Nota 8)	10.426.310	–	–	10.426.310	3.021.455	13.447.765
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 9)	11.581.737	–	–	11.581.737	–	11.581.737
	22.008.047	–	–	22.008.047	3.021.455	25.029.502

						2010
	Empréstimos e contas a receber	Investimentos detidos até à maturidade	Investimentos disponíveis para venda	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Activos não correntes						
Outros activos não correntes (Nota 6)	636.353.900	–	–	636.353.900	–	636.353.900
	636.353.900	–	–	636.353.900	–	636.353.900
Activos correntes						
Outras dívidas de terceiros (Nota 8)	6.374.486	–	–	6.374.486	1.063.191	7.437.677
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 9)	2.030.491	–	–	2.030.491	–	2.030.491
	8.404.977	–	–	8.404.977	1.063.191	9.468.168

						2011
	Derivados de cobertura	Passivos registados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Passivo não corrente						
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo (Nota 12)	–	362.592.644	–	362.592.644	–	362.592.644
	–	362.592.644	–	362.592.644	–	362.592.644
Passivo corrente						
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 12)	–	104.991.773	–	104.991.773	–	104.991.773
Outras dívidas a terceiros	–	–	41.782.301	41.782.301	1.720.449	43.502.750
	–	104.991.773	41.782.301	146.774.074	1.720.449	148.494.523

						2010
	Derivados de cobertura	Passivos registados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Passivo não corrente						
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo (Nota 12)	–	328.098.685	–	328.098.685	–	328.098.685
	–	328.098.685	–	328.098.685	–	328.098.685
Passivo corrente						
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 12)	–	95.903.077	–	95.903.077	–	95.903.077
Outras dívidas a terceiros	–	–	815.243	815.243	434.752	1.249.995
	–	95.903.077	815.243	96.718.320	434.752	97.153.072

Os saldos a receber e a pagar do Estado e outros entes públicos, dada a sua natureza, foram considerados como instrumentos financeiros não abrangidos pela IFRS 7. De igual forma, as rubricas de outros activos/ passivos correntes não foram consideradas nesta desagregação por serem constituídas por montantes não abrangidos no âmbito da IFRS 7.

5. Investimentos em empresas do grupo

Em 31 de Março de 2011 e 2010, esta rubrica incluía as partes de capital detidas em empresas do grupo e tinha a seguinte composição:

Empresa	2011	2010
Optimus - Comunicações, S.A. ("Optimus")	785.076.231	764.876.231
Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A. ("Sonae Telecom")	107.289.987	105.799.987
Sonaetelecom BV	75.009.902	44.209.902
Sonae com – Sistemas de Informação, S.G.P.S., S.A. ("Sonae com SI")	52.241.587	52.241.587
Sonaecom BV	25.020.000	20.000
Be Artis – Concepção, Construção e Gestão de Redes de Comunicações, S.A. ("Be Artis")	8.230.885	50.000
Sontária - Empreendimentos Imobiliários, S.A. ("Sontária")	6.120.239	-
Miauger – Organização e Gestão de Leilões Electrónicos, S.A. ("Miauger")	4.568.100	4.568.100
Público - Comunicação Social, S.A. ("Público")	1.000.000	-
PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A. ("PCJ")	50.000	-
	1.064.606.931	971.765.807
Perdas de imparidade (Nota 13)	(77.409.902)	(46.609.902)
Total de investimentos em empresas do Grupo	987.197.029	925.155.905

Os movimentos ocorridos nesta rubrica durante os períodos findos em 31 de Março de 2011 e 2010, foram como segue:

Empresa	Saldo 31 Dezembro 2010	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo 31 Março 2011
Optimus	764.876.231	20.200.000	–	–	785.076.231
Sonae Telecom	107.289.987	–	–	–	107.289.987
Sonaetelecom BV	75.009.902	–	–	–	75.009.902
Sonae com SI	52.241.587	–	–	–	52.241.587
Sonaecom BV	25.020.000	–	–	–	25.020.000
Be Artis	8.230.885	–	–	–	8.230.885
Sontária	6.120.239	–	–	–	6.120.239
Miauger	4.568.100	–	–	–	4.568.100
PCJ	50.000	–	–	–	50.000
Público	–	1.000.000	–	–	1.000.000
	1.043.406.931	21.200.000	–	–	1.064.606.931
Imparidades (Nota 13)	(46.609.902)	(916.000)	–	(29.884.000)	(77.409.902)
	996.797.029	21.200.000	–	–	987.197.029

Empresa	Saldo 31 Dezembro 2009	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo 31 Março 2010
Optimus	764.876.231	–	–	–	764.876.231
Sonae Telecom	105.799.987	–	–	–	105.799.987
Sonae com SI	52.241.587	–	–	–	52.241.587
Sonaetelecom BV	44.209.902	–	–	–	44.209.902
Miauger	4.568.100	–	–	–	4.568.100
Be Artis	50.000	–	–	–	50.000
Sonaecom BV	20.000	–	–	–	20.000
	971.765.807	–	–	–	971.765.807
Imparidades (Nota 13)	(46.609.902)	–	–	–	(46.609.902)
	925.155.905	–	–	–	925.155.905

O valor de 20.200.000 Euros de Aumentos na Optimus corresponde à aquisição de 1,6% do capital social desta subsidiária à Sonaecom BV.

O montante de 1.000.000 Euros corresponde à aquisição da totalidade do capital social do Público – Comunicação Social, S.A. à Sonaetelecom BV.

A variação de Perdas de imparidade acumuladas resulta do reforço efectuado no montante de 916.000 Euros e da transferência no montante de 29.884.000 Euros da rubrica de Outros activos não correntes (Nota 6).

A Empresa apresenta em separado demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Março de 2011, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) tal como adoptadas pela União Europeia, as quais apresentam um total de activo consolidado de 1.853.232.089 Euros, um passivo consolidado de 865.513.499 Euros, proveitos operacionais consolidados de 218.214.669 Euros e capitais próprios consolidados de 987.718.590 Euros, incluindo um resultado líquido consolidado positivo (atribuível a accionistas da empresa mãe – Sonaecom, S.G.P.S., S.A.) para o período findo em 31 de Março de 2011 de 13.653.400 Euros.

Em 31 de Março de 2011 e 2010, a principal informação financeira (preparada de acordo com as normas IAS/IFRS) sobre as filiais detidas directamente pela Empresa é como segue:

		2011			2010		
Empresa	Sede	% Participação	Capitais Próprios	Resultado Líquido	% Participação	Capitais Próprios	Resultado Líquido
Optimus	Maia	55,14%	457.434.281	8.232.409	53,54%	509.553.107	(3.488.760)
Sonae Telecom	Maia	100%	165.249.616	(2.418)	100%	165.271.737	(18.460)
Sonae com SI	Maia	100%	40.014.030	463.447	100%	37.077.415	447.359
Miauger	Maia	100%	1.242.030	(18.008)	100%	2.303.992	(16.849)
Sonaetelecom BV	Amesterdão	100%	1.705.809	1.461.368	100%	(13.882.076)	(5.212.398)
Sonaecom BV	Amesterdão	100%	12.473.043	(1.023.205)	100%	(16.713.530)	(256.870)
Be Artis	Maia	100%	158.697.375	(8.564.273)	100%	108.340.229	(466.729)
PCJ (a)	Maia	100%	13.286.276	246.276	–	–	–
Público (b)	Porto	100%	785.005	(996.499)	–	–	–
Sontária (c)	Maia	100%	768.868	135.065	–	–	–

(a) Empresa constituída em Dezembro 2010.
(b) Empresa adquirida em Janeiro de 2011.
(c) Empresa adquirida em Dezembro 2010.

Em 31 de Março de 2011 e 2010, a Sonaecom detinha indirectamente, através da Sonae Telecom SGPS, S.A. e da Sonaecom BV, participações adicionais na Optimus – Comunicações, S.A. de 35,86% e 9,00% (10,60% em 2010), respectivamente, totalizando uma participação de 100%.

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais investimentos em empresas do grupo registados nas demonstrações financeiras anexas é efectuada tendo em conta as unidades geradoras de caixa, com base nos últimos planos de negócio aprovados pelos respectivos Conselhos de Administração, os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projectados para períodos de 5 anos. As taxas de desconto utilizadas têm por base os custos médios ponderados de capital estimados com base nos segmentos onde as empresas se inserem, conforme tabela abaixo. Na perpetuidade, são consideradas geralmente taxas de crescimento de cerca de 3% ou outras consideradas mais prudentes para casos específicos. Nas situações em que a aferição da existência, ou não, de imparidade é efectuada com base no preço de venda líquido, são utilizados valores de transacções semelhantes e outras propostas efectuadas.

	Taxa desconto
Telecomunicações	9,00%
Multimédia	9,45%
Sistemas de informação	11,22%

6. Outros activos não correntes

Em 31 de Março de 2011 e 2010, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2011	2010
Activos financeiros		
Empréstimos de médio e longo prazo concedidos a empresas do Grupo:		
Be Artis	346.185.000	264.410.000
Sonaecom BV	162.738.000	218.398.000
Sonaetelecom BV	18.141.000	32.641.000
Sonae com SI	17.660.000	7.350.000
PCJ	5.000.000	–
Sontária	2.676.637	–
Lugares Virtuais	1.170.000	1.630.000
Wedo Consulting	–	8.490.000
	553.570.637	532.919.000
Prestações acessórias:		
Be Artis	165.889.115	115.640.000
Sonae Telecom SGPS	38.630.000	1.490.000
PCJ	12.990.000	–
Público	1.160.000	–
Miauger	800.000	800.000
Sonaetelecom BV	–	11.500.000
	219.469.115	129.430.000
	773.039.752	662.349.000
Perdas de imparidade acumuladas (Nota 13)	(4.624.100)	(25.995.100)
	768.415.652	636.353.900

Durante os períodos findos em 31 de Março de 2011 e 2010, os movimentos ocorridos em 'Empréstimos de médio e longo prazo concedidos a empresas do Grupo' foram os seguintes:

					2011
Empresa	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo final
Be Artis	175.720.000	170.465.000	–	–	346.185.000
Sonaecom BV	168.158.000	–	(5.420.000)	–	162.738.000
Sonae com SI	21.190.000	–	(3.530.000)	–	17.660.000
Sonaetelecom BV	18.141.000	–	–	–	18.141.000
Sontária	2.676.637	–	–	–	2.676.637
Lugares Virtuais	1.170.000	–	–	–	1.170.000
Wedo Consulting	520.000	–	(520.000)	–	–
PCJ	–	5.000.000	–	–	5.000.000
	387.575.637	175.465.000	(9.470.000)	–	553.570.637

					2010
Empresa	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo final
Be Artis	271.915.000	30.350.000	(37.855.000)	–	264.410.000
Sonaecom BV	199.088.000	26.820.000	(7.510.000)	–	218.398.000
Sonaetelecom BV	28.521.000	4.220.000	(100.000)	–	32.641.000
Wedo Consulting	8.490.000	–	–	–	8.490.000
Sonae com SI	7.350.000	–	–	–	7.350.000
Lugares Virtuais	1.030.000	600.000	–	–	1.630.000
	516.394.000	61.990.000	(45.465.000)	–	532.919.000

Durante os períodos findos em Março 2011 e 2010, os movimentos ocorridos em 'Prestações acessórias' foram os seguintes:

					2011
Empresa	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo final
Be Artis	165.889.115	–	–	–	165.889.115
Sonae Telecom SGPS	38.630.000	–	–	–	38.630.000
Miauger	800.000	–	–	–	800.000
PCJ	–	12.990.000	–	–	12.990.000
Público	–	19.000.000	(17.840.000)	–	1.160.000
	205.319.115	31.990.000	(17.840.000)	–	219.469.115

					2010
Empresa	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo final
Be Artis	115.640.000	–	–	–	115.640.000
Sonae Telecom SGPS	15.788.458	–	(14.298.458)	–	1.490.000
Sonaetelecom BV	11.500.000	8.000.000	(8.000.000)	–	11.500.000
Miauger	800.000	–	–	–	800.000
	143.728.458	8.000.000	(22.298.458)	–	129.430.000

Durante os períodos findos em 31 de Março de 2011 e 2010, os empréstimos a empresas do grupo venceram juros a uma taxa média de 3,86% e 1,70%, respectivamente. As prestações acessórias não vencem juros.

A variação de Perdas de imparidade acumuladas resulta da transferência no montante de 29.884.000 Euros para a rubrica de Investimentos em empresas do grupo (Nota 5), compensado parcialmente pelo reforço efectuado durante o período no montante de 2.320.000 Euros (Nota 13).

Os empréstimos concedidos e as prestações acessórias não têm um prazo de reembolso definido, pelo que não é apresentada informação sobre a sua maturidade.

A aferição da existência ou não de imparidade para os principais empréstimos concedidos a empresas do grupo registados nas demonstrações financeiras anexas é efectuada com base nos últimos planos de negócio aprovados pelos respectivos Conselhos de Administração, os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projectados para períodos de 5 anos, tendo por base as taxas de desconto e de crescimento em perpetuidade apresentadas na nota anterior (Nota 5).

7. Impostos diferidos

O movimento ocorrido no passivo por impostos diferidos no período findo em 31 de Março de 2011 e 2010 foi como se segue:

	2011	2010
Saldo inicial	-	10.480
Efeito em resultados		
Resultados Fiscais	-	71.935
Ajustamentos IAS	-	(10.480)
Saldo final	-	71.935

Em 31 de Março de 2011, os valores de impostos diferidos não registados por actualmente não ser provável a existência de lucros fiscais futuros para os absorver eram como se segue:

Ano em que foram gerados	Prejuízos reportáveis	Provisões não aceites	Total	Activos por impostos diferidos
2001	-	3.463.000	3.463.000	917.695
2002	-	11.431.819	11.431.819	3.029.432
2003	-	31.154.781	31.154.781	8.256.017
2004	-	9.662.981	9.662.981	2.560.690
2005	-	(3.033.899)	(3.033.899)	(803.983)
2006	19.808.429	(149.858)	19.658.571	4.912.395
2007	54.563.604	(537.036)	54.026.568	13.498.586
2008	-	9.893.940	9.893.940	2.621.894
2009	-	9.903.475	9.903.475	2.624.421
2010	-	8.227.517	8.227.517	2.180.292
2011	-	3.236.000	3.236.000	857.540
	74.372.033	83.252.720	157.624.753	40.654.979

Em 31 de Março de 2011, a taxa de imposto utilizada para cálculo dos activos/passivos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis foi de 25%, e de 26,5% para os restantes activos e passivos por impostos diferidos. Não foi considerada a Derrama estadual, por não se entender como provável a tributação das diferenças temporárias no período estimado de aplicação da referida taxa.

A reconciliação entre o resultado antes de imposto e o imposto registado no período findo em 31 de Março de 2011 e 2010 é como se segue:

	2011	2010
Resultado antes de imposto	(578.299)	8.987.062
Imposto 25%	144.575	(2.246.766)
Registo de imposto corrente, tributação autónoma e derrama	(77.194)	(11.370)
Movimentos nas provisões não aceites fiscalmente	(809.000)	(435.169)
Ajustamentos aos resultados não aceites fiscalmente	–	2.620.480
Impostos registados no período	(741.619)	(72.825)

Os ajustamentos aos resultados não aceites fiscalmente são relativos, essencialmente, a dividendos recebidos no período findo em 31 de Março de 2010 (Nota 15), os quais não concorrem para a formação do lucro tributável do período.

A Administração Fiscal tem a possibilidade de rever a situação fiscal da Empresa durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais de cada exercício, desde 2007 (inclusivé), poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. É convicção do Conselho de Administração que eventuais correcções àquelas declarações de impostos não produzirão efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras anexas.

Conforme convicção do Conselho de Administração da Empresa corroborada pelos nossos advogados e consultores fiscais, não existem passivos materiais associados a contingências fiscais classificadas como prováveis que não se encontrem provisionadas e que devessem ser alvo de divulgação no Anexo ou de registo de provisões nas demonstrações financeiras em 31 de Março de 2011.

8. Outras dívidas de terceiros

Em 31 de Março de 2011 e 2010, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2011	2010
Outros devedores	10.428.240	6.376.416
Estado e outros entes públicos	3.021.455	1.063.191
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 13)	(1.930)	(1.930)
	13.447.765	7.437.677

Em 31 de Março de 2011 e 2010, a rubrica 'Outros Devedores' incluía saldos a receber de diversas empresas do Grupo, relativos a juros de suprimentos, juros de aplicações de tesouraria e de diversos serviços prestados (Nota 16).

O valor registado em Estado e outros entes públicos, em 31 de Março de 2011 e 2010, diz respeito a pagamentos especiais por conta, retenções efectuadas por terceiros e imposto a recuperar.

9. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de Março de 2011 e 2010, o detalhe de caixa e seus equivalentes era o seguinte:

	2011	2010
Numerário	10.319	8.954
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	91.418	136.537
Aplicações de tesouraria	11.480.000	1.885.000
	11.581.737	2.030.491

Em 31 de Março de 2011 e 2010, o detalhe da rubrica 'Aplicações de tesouraria' é como segue:

	2011	2010
PCJ	4.750.000	–
Aplicações bancárias	4.230.000	–
Wedo	2.500.000	1.280.000
Lugares Virtuais	–	415.000
Público	–	190.000
	11.480.000	1.885.000

As aplicações de tesouraria acima referidas são remuneradas e, durante o período findo em 31 de Março de 2011, venceram juros a uma taxa média de 3,99% (2,21% % em 2010).

10. Capital social

Em 31 de Março de 2011 e 2010, o capital social da Sonaecom estava representado por 366.246.868 acções ordinárias escriturais e nominativas, com o valor unitário de 1 Euro. Nessas datas, a estrutura accionista era a seguinte:

	2011		2010	
	Número de acções	%	Número de acções	%
Sontel BV	183.374.470	50,07%	183.374.470	50,07%
Atlas Service Belgium	73.249.374	20,00%	73.249.374	20,00%
Acções dispersas em Bolsa	72.990.796	19,93%	70.542.264	19,26%
Millenium BCP	12.500.998	3,41%	12.500.998	3,41%
Sonae Investments BV	10.500.000	2,87%	10.500.000	2,87%
Acções próprias	9.058.807	2,47%	7.831.325	2,14%
Santander Asset Management	3.732.774	1,02%	7.408.788	2,02%
Sonae SGPS	838.649	0,23%	838.649	0,23%
Efanor Investimentos, S.G.P.S., S.A	1.000	0,00%	1.000	0,00%
	366.246.868	100,00%	366.246.868	100,00%

A totalidade das acções que representam o capital social da Sonaecom corresponde a acções autorizadas, subscritas e pagas. Todas as acções têm os mesmos direitos, correspondendo um voto a cada uma.

11. Acções próprias

Durante o período findo em 31 de Março de 2011, a Sonaecom entregou a colaboradores um total de 1.750.550 acções próprias, no âmbito do Plano de Incentivos de Médio Prazo do Grupo.

Adicionalmente, durante o período findo em 31 de Março de 2011, a Empresa adquiriu 1.553.000 novas acções (a um preço médio de 1,432 Euros), detendo no final do período 9.058.807 acções próprias, representativas de 2,47% do seu capital social, a um preço médio de 1,504 Euros.

12. Empréstimos

Em 31 de Março de 2011 e 2010, os empréstimos obtidos tinham a seguinte composição:

a) Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo

				Montante utilizado	
Denominação	Limite	Vencimento	Tipo de amortização	2011	2010
Obrigações Sonaecom SGPS 2005	150.000.000	Jun-13	Final	150.000.000	150.000.000
Obrigações Sonaecom SGPS 2010	40.000.000	Mar-15	Final	40.000.000	40.000.000
Obrigações Sonaecom SGPS 2010	30.000.000	Fev-13	Final	30.000.000	30.000.000
Encargos financeiros suportados na emissão da dívida	–	–	–	(1.714.640)	(2.403.388)
Juros corridos não vencidos	–	–	–	1.072.845	943.581
				219.358.205	218.540.193
Papel comercial	150.000.000	Jul-12	–	143.000.000	109.500.000
Juros corridos não vencidos	–	–	–	234.439	58.492
				143.234.439	109.558.492
				362.592.644	328.098.685

b) Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos

				Montante utilizado	
Denominação	Limite	Vencimento	Tipo de amortização	2011	2010
Aplicações de tesouraria	–	–	–	63.924.556	74.381.872
Papel comercial	50.000.000	Jan-11	–	–	21.450.000
Papel comercial	40.000.000	Mai-11	–	20.000.000	–
Papel comercial	30.000.000	Abr-11	–	16.000.000	–
Papel comercial	15.000.000	Jun-11	–	5.000.000	–
Juros corridos e não vencidos	–	–	–	67.217	11.458
Contas caucionadas – CGD				41.067.217	21.461.458
Descobertos Bancários	–	–	–	–	59.747
				104.991.773	95.903.077

Empréstimos Obrigacionistas

Em Junho de 2005, a Sonaecom procedeu à contratação de um Empréstimo Obrigacionista, por subscrição particular, no montante de 150 milhões de Euros sem garantias e pelo prazo de 8 anos. As obrigações vencem juros variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Esta emissão foi organizada e montada pelo Millenium BCP Investimento.

Em Fevereiro e Março de 2010, a Sonaecom procedeu à contratação de dois outros Empréstimos Obrigacionistas, ambos por subscrição particular, nos montantes de 30 e 40 milhões de Euros, sem garantias, e pelos prazos de 3 e 5 anos, respectivamente. Ambos os empréstimos vencem juros a taxas variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Estas emissões foram organizadas e montadas, respectivamente, pelo Banco Espírito Santo de Investimento e pelo Caixa – Banco de Investimento. Estas emissões obrigacionistas foram admitidas à negociação no mercado da Euronext Lisbon.

Os empréstimos acima mencionados não têm garantias associadas e o cumprimento das obrigações assumidas ao abrigo dos mesmos é, exclusivamente, garantido pelas actividades e capacidade de geração de fundos da respectiva empresa devedora.

A taxa de juro média dos empréstimos obrigacionistas, no período, foi de 2,458% (2,06%, em 2010).

Programas de Papel Comercial

Em Julho de 2007, a Sonaecom procedeu à contratação de um Programa de Emissões de Papel Comercial, até ao montante máximo de 250 milhões de Euros com garantia de subscrição e com vigência por um prazo de cinco anos, organizado pelo Banco Santander de Negócios Portugal e pela Caixa – Banco de Investimento. De acordo com as condições iniciais de emissão, este Programa foi reduzido para 150 milhões de Euros em Julho de 2010.

O sindicato de garantia de colocação é composto pelas seguintes instituições: Banco Santander Totta, Caixa Geral de Depósitos, Banco BPI, Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), Banco Comercial Português e BNP Paribas (sucursal em Portugal).

Adicionalmente, a Sonaecom dispõe de quatro Programas de Emissões de Papel Comercial, com garantias de subscrição, com as seguintes características:

Montante	Data de contratação	Garantia de subscrição	Maturidade
40 milhões de euros	Janeiro de 2005	Banco Comercial Português	Maio de 2011
30 milhões de euros	Abril de 2010	Caja de Ahorros Y Monte de Piedad de Madrid (representação em Portugal) e Banco BPI	1 ano, eventualmente renovável
15 milhões de euros	Junho de 2010	Caixa Económica Montepio Geral	1 ano, eventualmente renovável
10 milhões de euros	Novembro de 2010	Banco Popular	1 ano, eventualmente renovável

Os empréstimos acima mencionados não têm garantias associadas e o cumprimento das obrigações assumidas ao abrigo dos mesmos é exclusivamente garantido pelas actividades e capacidade de geração de fundos da empresa devedora.

Linhas de Crédito Bancário de curto prazo

A Sonaecom dispõe ainda de um conjunto de linhas de crédito bancário de curto prazo, sob a forma de contas correntes ou autorizações de descoberto em conta, no montante global de 19 milhões de Euros. Estas linhas de crédito têm prazos de até um ano, automaticamente renováveis excepto em caso de denúncia de qualquer das partes, com determinados períodos de pré-aviso.

Todos os Programas de Papel Comercial e linhas de crédito bancário de curto prazo foram contraídos em Euros e vencem juros a taxas de mercado, indexadas à Euribor do respectivo prazo.

Durante os períodos findos em 31 de Março de 2011 e 2010, o detalhe das aplicações tesouraria recebidas de empresas filiais, foram os seguintes:

	2011	2010
Optimus	47.190.072	66.036.394
Be Towering	7.295.351	2.038.536
Digitmarket	4.898.872	2.868.790
Público	2.068.098	84
Mainroad	1.122.820	1.660.784
Miauger	961.970	1.601.432
Sontária	246.116	-
Lugares Virtuais	100.296	68
Saphety	15.405	45.185
Be Artis	15.201	-
Sonae Telecom	10.052	40.015
Sonae com SI	273	90.286
Wedo Consulting	30	298
	63.924.556	74.381.872

As aplicações de tesouraria de empresas do Grupo têm prazo de reembolso inferior a um ano e são remuneradas com base em taxas de juro de mercado. Durante os períodos findos em 31 de Março de 2011 e 2010, as aplicações de tesouraria venceram juros a uma taxa média de 0,82% e 0,38%, respectivamente.

Em 31 de Março de 2011 e 2010, as dívidas a instituições de crédito (valores nominais), relacionadas com empréstimos obrigacionistas e papel comercial classificadas a médio e longo prazo tinham o seguinte plano de reembolso e pagamento de juros previsto (valores determinados com base nas últimas taxas fixadas para cada tipo de empréstimo):

	N+1	N+2	N+3	N+4	N+5
2011					
Empréstimo obrigacionista					
Amortização	-	30.000.000	150.000.000	40.000.000	-
Juros	5.580.447	5.416.485	2.119.844	1.383.189	-
Papel comercial					
Amortização	-	143.000.000	-	-	-
Juros	1.887.627	624.052	-	-	-
	7.468.075	**179.040.537**	**152.119.844**	**41.383.189**	**-**
2010					
Empréstimo obrigacionista					
Amortização	-	-	30.000.000	150.000.000	40.000.000
Juros	4.846.600	4.859.878	4.064.535	1.801.945	271.285
Papel comercial					
Amortização	-	-	109.500.000	-	-
Juros	813.380	815.608	269.641	-	-
	5.659.980	5.675.486	143.834.176	151.801.945	40.271.285

Apesar da maturidade das emissões de papel comercial ser de seis meses, as contrapartes assumiram a colocação e a manutenção dos referidos limites por um prazo de cinco anos, pelo que tal passivo encontra-se registado no médio e longo prazo.

À data de 31 de Março de 2011 e 2010, as linhas de crédito disponíveis pela Empresa eram como se segue:

				Maturidade	
Tipo de crédito	Limite	Montante utilizado	Montante disponível	Até 12 meses	Mais de 12 meses
2011					
Papel comercial	150.000.000	143.000.000	7.000.000		x
Papel comercial	40.000.000	20.000.000	20.000.000	x	
Papel comercial	30.000.000	16.000.000	14.000.000	x	
Papel comercial	15.000.000	5.000.000	10.000.000	x	
Papel comercial	10.000.000	–	10.000.000	x	
Empréstimo obrigacionista	150.000.000	150.000.000	–		x
Empréstimo obrigacionista	30.000.000	30.000.000	–		x
Empréstimo obrigacionista	40.000.000	40.000.000	–		x
Contas caucionadas	16.500.000	–	16.500.000	x	
Descobertos autorizados	2.500.000	–	2.500.000	x	
	484.000.000	404.000.000	80.000.000		
2010					
Papel comercial	150.000.000	109.500.000	40.500.000		x
Papel comercial	100.000.000	–	100.000.000	x	
Papel comercial	50.000.000	21.450.000	28.550.000	x	
Papel comercial	25.000.000	–	25.000.000	x	
Empréstimo obrigacionista	150.000.000	150.000.000	–		x
Empréstimo obrigacionista	40.000.000	40.000.000	–		x
Empréstimo obrigacionista	30.000.000	30.000.000	–		x
Contas caucionadas	16.500.000	–	16.500.000	x	
Contas caucionadas	10.000.000	–	10.000.000	x	
Descobertos autorizados	2.500.000	–	2.500.000	x	
	574.000.000	350.950.000	223.050.000		

Em 31 de Março de 2011 e 2010 não existem instrumentos financeiros de cobertura de taxa de juro pelo que a totalidade da dívida bruta encontra-se exposta a alterações nas taxas de juro de mercado.

13. Provisões e perdas de imparidade acumuladas

O movimento ocorrido nas provisões e perdas de imparidade acumuladas, durante os períodos findos em 31 de Março de 2011 e 2010 foi o seguinte:

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Transferências	Redução	Saldo Final
2011					
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 8)	1.930	–	–	–	1.930
Perdas de imparidade acumuladas em investimentos em empresas do Grupo (Notas 5 e 16)	46.609.902	916.000	29.884.000	–	77.409.902
Perdas de imparidade acumuladas em outros activos não correntes (Notas 6 e 16)	32.188.100	2.320.000	(29.884.000)	–	4.624.100
Provisões para outros riscos e encargos	56.487	12.167	–	–	68.654
	78.856.419	3.248.167	–	–	82.104.586
2010					
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 8)	1.930	–	–	–	1.930
Perdas de imparidade acumuladas em investimentos em empresas do Grupo (Notas 5 e 16)	46.609.902	–	–	–	46.609.902
Perdas de imparidade acumuladas em outros activos não correntes (Notas 6 e 16)	24.254.422	1.740.678	–	–	25.995.100
Provisões para outros riscos e encargos	41.634	–	–	–	41.634
	70.907.888	1.740.678	–	–	72.648.566

Os incrementos em provisões e perdas de imparidade são registados por contrapartida da rubrica "Provisões e perdas de imparidade" da demonstração de resultados, com excepção dos incrementos em perdas de imparidade em investimentos em empresas do Grupo e em outros activos não correntes que, dada a sua natureza, são registados por contrapartida de custos financeiros na rubrica "Ganhos e perdas em investimentos em empresas do Grupo" (Nota 15).

Em 31 de Março de 2011, o reforço das 'Provisões para outros riscos e encargos', inclui o montante de 12.167 Euros, registado, na demonstração de resultados, em 'Imposto sobre o rendimento do exercício'.

14. Outras dívidas a terceiros

Em 31 Março de 2011 e 2010, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2011	2010
Outros credores	41.782.301	815.203
Estado e outros entes públicos	1.720.449	434.752
	43.502.750	1.249.955

Em 31 de Março de 2011, a rubrica 'Outros Credores' incluía, essencialmente, o montante de 20.200.000 Euros, referentes à aquisição de 1,6% da participação da Optimus à Sonaecom BV e 20.000.000 Euros relativos à aquisição do Público à Sonaetelecom BV.

15. Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de Março de 2011 e 2010, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	2011	2010
Trabalhos especializados	555.382	465.940
Honorários	66.422	83.477
Rendas e alugueres	27.390	93.387
Deslocações e estadas	22.207	39.553
Outros fornecimentos e serviços externos	36.610	83.506
	708.011	765.863

16. Resultados financeiros

Os resultados financeiros dos períodos findos em 31 de Março de 2011 e 2010, têm a seguinte composição:

	2011	2010
Ganhos e perdas em investimentos em empresas do Grupo		
Perdas relativas a empresas do Grupo (Notas 5, 6 e 13)	(3.236.000)	(1.740.678)
Ganhos relativos a empresas do Grupo	–	10.500.000
	(3.236.000)	8.759.322
Outros custos financeiros		
Juros suportados:		
Empréstimos bancários	(793.351)	(1.054.251)
Outros empréstimos	(1.509.434)	(923.898)
Descobertos bancários e outros	–	(13.209)
	(2.302.785)	(1.991.358)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	–	(273)
Outros custos financeiros	(2.403)	(11.941)
	(2.403)	(12.214)
	(2.305.188)	(2.003.572)
Outros proveitos financeiros		
Juros obtidos	5.446.512	2.413.552
Diferenças de câmbio favoráveis	308	66
	5.446.820	2.413.618

Em 31 Março de 2010, os ganhos relativos a empresas do Grupo respeitam a dividendos recebidos da filial Sonae Telecom.

17. Entidades relacionadas

Durante os períodos findos em 31 de Março de 2011 e 2010, os principais saldos e transacções mantidos com entidades relacionadas (as quais se detalham em anexo) são como segue:

					Saldos a 31 de Março de 2011
	Contas a receber	Contas a pagar	Aplicações de tesouraria	Outros activos / (passivos)	Empréstimos concedidos / (obtidos)
Optimus	365.286	(449.112)	–	970.228	(47.190.072)
Sonaecom BV	7.210.155	(20.200.000)	–	558.788	162.738.000
Be Artis	2.413.322	(1.365.559)	–	1.930.165	346.169.799
Sonaetelecom BV	77.004	(20.000.000)	–	60.789	18.141.000
Be Towering	9.181	–	–	16.563	(7.295.351)
Lugares Virtuais	17.867	(120.398)	–	3.296	1.069.704
Público	586	–	–	23.994	(2.068.098)
Digitmarket	–	(1.505)	–	12.430	(4.898.872)
Wedo	4.853	875.597	2.500.000	11.101	(30)
PCJ	588	–	4.750.000	15.925	5.000.000
Sonae com SI	175.252	(29.325)	–	80.528	17.659.727
Sontária	13.605	(915)	–	86.838	2.430.521
Mainroad	45.175	36.995	–	69.907	(1.122.820)
Miauger	20.111	–	–	153	(961.970)
Outros	30.677	(325.399)	–	(17)	(25.457)
	10.383.662	(41.579.621)	7.250.000	3.840.688	489.646.081

					Saldos a 31 de Março de 2010
	Contas a receber	Contas a pagar	Aplicações de tesouraria	Outros activos/ (passivos)	Empréstimos concedidos / (obtidos)
Optimus	1.226.440	(88.888)	–	4.265.022	(66.036.394)
Sonaecom BV	736.116	–	–	272.393	218.398.000
Be Artis	2.640.124	(852)	–	856.380	264.410.000
Sonaetelecom BV	103.545	–	–	35.993	32.641.000
Be Towering	6.451	(69.413)	–	29.979	(2.038.536)
Lugares Virtuais	36.231	–	415.000	(160.189)	1.629.932
Público	16.196	(4.044)	190.000	65.599	(83)
Digitmarket	1.744	(28.869)	–	(586)	(2.868.790)
Wedo	382.081	–	1.280.000	550.888	8.490.000
Sonae com SI	38.987	(17.181)	–	26.985	7.259.714
Outros	88.189	(59.054)	–	(15.466)	(3.347.415)
	5.276.104	(268.301)	1.885.000	5.926.998	458.537.428

				Transacções a 31 de Março de 2011
	Vendas e prestações de serviços	Fornecimento e serviços externos	Juros obtidos / (suportados)	Proveitos suplementares
Optimus	864.933	270.196	128.500	–
Be Artis	–	(1.138)	3.049.882	–
Be Towering	–	(11.196)	(11.433)	–
Wedo	–	–	15.763	–
Sonaecom BV	–	–	1.719.751	–
PCJ	–	–	15.925	–
Outros	2.856	144.967	374.183	–
	867.789	402.829	5.292.571	–

				Transacções a 31 de Março de 2010
	Vendas e prestações de serviços	Fornecimento e serviços externos	Juros obtidos / (suportados)	Proveitos suplementares
Optimus	1.618.011	237.319	(59.072)	–
Be Artis	71.081	(5.242)	1.313.009	(42)
Be Towering	16.128	21.946	(2.641)	–
Wedo	40.005	–	92.622	–
Sonaecom BV	–	–	748.458	–
Sonae SGPS	–	72.500	81.745	–
Outros	55.662	26.648	172.739	(82.326)
	1.800.887	353.171	2.346.860	(82.368)

Todas as transacções acima referidas foram efectuadas a preços de mercado.

18. Responsabilidades por garantias prestadas

O valor das garantias emitidas a favor de terceiros, em 31 de Março de 2011 e 2010, tinha a seguinte composição:

Beneficiário da garantia	Descrição	2011	2010
Direcção de Contribuições e Impostos	Reembolso do IVA	8.115.243	8.115.243
		8.115.243	8.115.243

Adicionalmente a esta garantia, foram constituídas duas fianças relativas a processos fiscais em curso. A Sonae SGPS constituiu-se fiadora da Sonaecom SGPS, até ao montante de 2.844.270 euros e a Sonaecom SGPS constituiu-se fiadora da Optimus até ao montante de 9.264.267 euros.

Em 31 de Março de 2011 e 2010, é convicção do Conselho de Administração do Grupo que do desfecho dos processos judiciais e fiscais em curso não irão surgir impactos materialmente relevantes para as demonstrações financeiras anexas.

19. Resultados por acção

Os resultados por acção, básicos e diluídos, são calculados dividindo o resultado líquido do período (1.319.918 Euros negativos em 2011 e 8.914.237 Euros positivos em 2010) pelo número médio de acções existente durante os períodos findos em 31 de Março de 2011 e 2010 deduzidas das acções próprias (357.056.361 em 2011 e 358.377.683 em 2010).

20. Planos de Incentivo de Médio Prazo

Em Junho de 2000, a Sonaecom implementou um sistema de incentivos em acções a colaboradores acima de determinado nível de função, que veio a assumir a forma de opções e acções da Sonaecom e acções da Sonae SGPS. O exercício dos direitos ocorre três anos após a sua atribuição, desde que o colaborador se mantenha na Empresa durante esse período.

Durante o período findo em 31 de Março de 2011, os planos em aberto da Sonaecom são os seguintes:

		Período de Diferimento		31 Março 2011	
	Cotação na data de atribuição*	Data de atribuição	Data de vencimento	Número agregado de participantes	Número de opções / acções
Acções Sonaecom					
Plano 2007	2,447	10 Mar 08	09 Mar 11	–	–
Plano 2008	1,117	10 Mar 09	09 Mar 12	3	267.216
Plano 2009	1,685	10 Mar 10	08 Mar 13	3	188.207
Plano 2010	1,399	10 Mar 11	10 Mar 14	2	186.819
Acções Sonae SGPS					
Plano 2007	1,16	10 Mar 08	09 Mar 11	–	–
Plano 2008	0,526	10 Mar 09	09 Mar 12	3	342.364
Plano 2009	0,761	10 Mar 10	08 Mar 13	3	265.824
Plano 2010	0,813	10 Mar 11	10 Mar 14	2	214.317

* Cotação média do mês anterior à data de atribuição para as acções Sonaecom e cotação mais baixa entre a cotação média do mês anterior à data da Assembleia Geral de Accionistas e a cotação do dia seguinte à mesma, para as acções Sonae SGPS. Para o plano de 2010, nas acções Sonae SGPS, a cotação apresentada corresponde à cotação de 25 Março de 2011, uma vez que a Assembleia Geral apenas se realizará a 27 Abril de 2011.

Durante o período findo em 31 de Março de 2011, os movimentos ocorridos ao abrigo dos planos indicados detalham-se da seguinte forma:

	Acções Sonaecom		Acções Sonae SGPS	
	Número agregado de participantes	Número de acções	Número agregado de participantes	Número de acções
Saldo a 31 Dezembro 2010:				
Ainda diferidas	55	867.246	9	772.873
Total	55	867.246	9	772.873
Movimentos no ano:				
Atribuídas	2	186.819	2	214.317
Vencidas	(10)	(154.625)	(3)	(164.685)
Canceladas / extintas / corrigidas*	(39)	(257.198)	–	–
Saldo a 31 Março 2011:				
Ainda diferidas	8	642.242	8	822.505
Total	8	642.242	8	822.505

* As correcções são efectuadas em função do dividendo pago e pelas alterações ao capital social e outros ajustamentos, nomeadamente, resultantes da alteração na forma de vencimento do MTIP, que passou a poder ser feita através da aquisição de acções com desconto.

Para os planos de acções Sonaecom, S.G.P.S., S.A., a responsabilidade é calculada com base na cotação à data respectiva atribuição de cada plano. A responsabilidade de tais planos é de 450.768 Euros e foi registada na rubrica "Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo" . Para os planos de acções Sonae SGPS, o Grupo celebrou contratos de cobertura com entidades externas, sendo a responsabilidade calculada com base no preço acordado, com excepção do plano atribuído em 2011, que não está coberto e cuja

responsabilidade é calculada à data de balanço. A responsabilidade de tais planos é registada nas rubricas de "Outros passivos correntes" e "Outros passivos não correntes".

Os custos dos planos de acções são reconhecidos ao longo do período que medeia a atribuição e o exercício das mesmas. Os custos reconhecidos em anos anteriores e no período findo em 31 de Março de 2011, são como se segue:

	Valor
Custos reconhecidos em exercícios anteriores	4.670.298
Custos reconhecidos no período	153.784
Custo de planos exercidos em exercícios anteriores	(3.584.469)
Custos de planos exercidos no período	(372.230)
	867.383
Registados em Outros passivos correntes	147.235
Registados em Outros passivos não correntes	269.380
Registados em Reservas	450.768

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 4 de Maio de 2011.

Anexo

A 31 de Março de 2011, as partes relacionadas da Sonaecom, S.G.P.S., são como segue:

Pessoal chave gerência - Sonaecom	
Ana Cristina Dinis da Silva Fanha Vicente Soares	Franck Emmanuel Dangeard
Ana Paula Garrido Pina Marques	Gervais Pellissier
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	Jean François Pontal
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier	José Manuel Pinto Correia
António de Sampaio e Mello	Manuel Antonio Neto Portugal Ramalho Eanes
Artur Carlos Gomes Loureiro	Maria Cláudia Teixeira de Azevedo
David Hobley	Miguel Nuno Santos Almeida
David Graham Shenton Bain	Nuno Manuel Moniz Trigoso Jordão
David Pedro Oliveira Parente Ferreira Alves	Pedro Rafael de Sousa Nunes Pedro
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	Rui José Silva Goncalves Paiva

Pessoal chave gerência - Sonae SGPS	
Álvaro Carmona e Costa Portela	Luís Filipe Palmeira Lampreia
Álvaro Cuervo Garcia	Michel Marie Bon
Belmiro de Azevedo	Nuno Miguel Teixeira Azevedo

Empresas do Grupo Sonaecom	
Be Artis – Concepção ,Construção e Gestão Redes Comunicações, S.A.	Optimus – Comunicações, S.A.
Be Towering – Gestão de Torres de Telecomunicações, S.A.	Sonaecom BV
Cape Technologies Americas, Inc	Sonaetelecom BV
Cape Technologies Limited	Sonaecom, S.G.P.S., S.A.
Digitmarket – Sistemas de Informação, S.A.	Sonaecom – Sistemas de Información España, S.L.
Lugares Virtuais, S.A.	Sontária - Empreendimentos Imobiliários, S.A.
M3G – Edições Digitais, S.A.	Tecnológica Telecomunicações LTDA.
Mainroad – Serviços Tec. Informação, S.A.	Unipress – Centro Gráfico, Lda
Miauger – Organização e Gestão de Leilões Electrónicos., S.A.	WeDo Consulting – Sistemas de Informação, S.A.
PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A.	WeDo Poland Sp. Z.o.o.
Permar – Sociedade de Construções, S.A.	WeDo Technologies Egypt a Limited Liability Company
Praesidium Services Limited	WeDo Technologies Mexico, s de R.L. de C.V.
Público – Comunicação Social, S.A.	WeDo Technologies BV
Saphety Level – Trusted Services, S.A.	WeDo Technologies Australia PTY Limited
Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A.	WeDo Technologies (UK) Limited
Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A.	WeDo do Brasil – Soluções Informáticas, Ltda
Sonae com – Sistemas Informação, S.G.P.S., S.A.	WeDo Technologies BV – Sucursal Malaysis
	WeDo Technologies Chile SpA.
	We Do Technologies Panamá S.A.
	We Do Technologies Singapore PTE. LTD.

Empresas do Grupo Sonae/Efanor	
3DO Holding GmbH	Avenida M – 40 B.V.
3DO Shopping Centre GmbH	Avenida M – 40, S.A.
3shoppings – Holding,SGPS, S.A.	Azulino Imobiliária, S.A.
ADD/Avaliações Engenharia de Avaliações e Perícias Ltda	BA Business Angels, SGPS, SA
ADDmakler Administração e Corretagem de Seguros Ltda	BA Capital, SGPS, SA
ADDmakler Administradora, Corretora de Seguros Partic. Ltda	BB Food Service, S.A.
Adlands B.V.	Beeskow Holzwerkstoffe
Aegean Park, S.A.	Beralands BV
Agepan Eiweiler Management GmbH	Bertimóvel – Sociedade Imobiliária, S.A.
Agepan Flooring Products, S.A.RL	Best Offer – Prest. Inf. p/Internet, S.A.
Agepan Tarket Laminate Park GmbH Co. KG	Bikini, Portal de Mulheres, S.A.
Agloma Investimentos, Sgps, S.A.	Bloco Q – Sociedade Imobiliária, S.A.
Agloma-Soc.Ind.Madeiras e Aglom., S.A.	Bloco W – Sociedade Imobiliária, S.A.
Águas Furtadas – Imobiliária, S.A.	Boavista Shopping Centre BV
Airone – Shopping Center, Srl	BOM MOMENTO – Comércio Retalhista, SA
ALBCC Albufeirashopping C.Comercial SA	Boulanger España, SL
ALEXA Administration GmbH	Campo Limpo, Lda
ALEXA Asset GmbH & Co KG	Canasta – Empreendimentos Imobiliários, S.A.
ALEXA Holding GmbH	Carnes do Continente – Ind.Distr.Carnes, S.A.
ALEXA Shopping Centre GmbH	CarPlus – Comércio de Automóveis, S.A.
Alexa Site GmbH & Co. KG	Casa Agrícola de Ambrães, S.A.
Algarveshopping – Centro Comercial, S.A.	Casa Agrícola João e A. Pombo, S.A.
Alpêssego – Soc. Agrícola, S.A	Casa da Ribeira – Hotelaria e Turismo, S.A.
Andar – Sociedade Imobiliária, S.A.	Cascaishopping – Centro Comercial, S.A.
Aqualuz – Turismo e Lazer, Lda	Cascaishopping Holding I, SGPS, S.A.
Arat inmebles, S.A.	CCCB Caldas da Rainha - Centro Comercial,SA
ARP Alverca Retail Park,SA	Centro Colombo – Centro Comercial, S.A.
Arrábidashopping – Centro Comercial, S.A.	Centro Residencial da Maia,Urban., S.A.
Aserraderos de Cuellar, S.A.	Centro Vasco da Gama – Centro Comercial, S.A.
Atlantic Ferries – Tráf.Loc,Flu.e Marít, S.A.	Change, SGPS, S.A.

Chão Verde – Soc.Gestora Imobiliária, S.A.	Euromegantic, Lteé
Choice Car – Comércio de Automóveis, S.A.	Euroresinas – Indústrias Quimicas, S.A.
Choice Car SGPS, S.A.	Farmácia Selecção, S.A.
Cia.de Industrias e Negócios, S.A.	Fashion Division, S.A.
Cinclus Imobiliária, S.A.	Finlog – Aluguer e Comércio de Automóveis, S.A.
Citorres – Sociedade Imobiliária, S.A.	Fontana Corretora de Seguros Ltda
Clérigoshopping – Gestão do C.Comerc., S.A.	Fozimo – Sociedade Imobiliária, S.A.
Coimbrashopping – Centro Comercial, S.A.	Fozmassimo – Sociedade Imobiliária, S.A.
Colombo Towers Holding, BV	Freccia Rossa – Shopping Centre S.r.l.
Contacto Concessões, SGPS, S.A.	Friengineering International Ltda
Contibomba – Comérc.Distr.Combustiveis, S.A.	Fundo de Invest. Imobiliário Imosede
Contimobe – Imobil.Castelo Paiva, S.A.	Fundo I.I. Parque Dom Pedro Shop.Center
Continente Hipermercados, S.A.	Fundo Invest.Imob.Shopp. Parque D.Pedro
Contry Club da Maia-Imobiliaria, S.A.	Gaiashopping I – Centro Comercial, S.A.
Cooper Gay (Holding) Limited	Gaiashopping II – Centro Comercial, S.A.
Cooper Gay Swett & Crawford Lt	GHP Gmbh
Coral - Correctores de Seguros, SA	Gli Orsi Shopping Centre 1 Srl
Craiova Mall BV	Global S – Hipermercado, Lda
Cronosaúde – Gestão Hospitalar, S.A.	Glunz AG
Cumulativa – Sociedade Imobiliária, S.A.	Glunz Service GmbH
Darbo S.A.S	Glunz UK Holdings Ltd
Developpement & Partenariat Assurances, S.A.	Glunz Uka Gmbh
Discovery Sports, SA	Golf Time – Golfe e Invest. Turísticos, S.A.
Distrifin – Comercio y Prest.Servicios, S.A.	GOOD AND CHEAP – Comércio Retalhista, S.A.
Dortmund Tower GmbH	Guerin – Rent a Car (Dois), Lda.
Dos Mares – Shopping Centre B.V.	Guimarãeshopping – Centro Comercial, S.A.
Dos Mares – Shopping Centre, S.A.	Harvey Dos Iberica, S.L.
Ecociclo – Energia e Ambiente, S.A.	Herco Consultoria de Riscos e Corretora de Seguros Ltda
Ecociclo II	HIPOTÉTICA – Comércio Retalhista, SA
Edições Book.it, S.A.	Hornitex Polska Sp z.o.o
Edificios Saudáveis Consultores, S.A.	Iberian Assets, S.A.
Efanor – Design e Serviços, S.A.	IGI – Investimento Imobiliário, S.A.
Efanor – Indústria de Fios, S.A.	Igimo – Sociedade Imobiliária, S.A.
Efanor Investimentos, SGPS, S.A.	Iginha – Sociedade Imobiliária, S.A.
Efanor Serviços de Apoio à Gestão, S.A.	Imoareia – Invest. Turísticos, SGPS, S.A.
El Rosal Shopping, S.A.	Imobiliária da Cacela, S.A.
Empreend.Imob.Quinta da Azenha, S.A.	Imoclub – Serviços Imobilários, S.A.
Equador & Mendes, Lda	Imoconti – Soc.Imobiliária, S.A.
Espimaia – Sociedade Imobiliária, S.A.	Imodivor – Sociedade Imobiliária, S.A.
Estação Oriente – Gest.de Galerias Com., S.A.	Imoestrutura – Soc.Imobiliária, S.A.
Estação Viana – Centro Comercial, S.A.	Imoferro – Soc.Imobiliária, S.A.
Estêvão Neves – Hipermercados Madeira, S.A.	Imohotel – Emp.Turist.Imobiliários, S.A.
Etablissement A. Mathe, S.A.	Imomuro – Sociedade Imobiliária, S.A.

Imopenínsula – Sociedade Imobiliária, S.A.	Marimo – Exploração Hoteleira Imobiliária
Imoplamac Gestão de Imóveis, S.A.	Marina de Tróia S.A.
Imoponte – Soc.Imobiliaria, S.A.	Marinamagic – Expl.Cent.Lúdicos Marít, Lda
Imoresort – Sociedade Imobiliária, S.A.	Marmagno – Expl.Hoteleira Imob., S.A.
Imoresultado – Soc.Imobiliaria, S.A.	Martimope – Sociedade Imobiliária, S.A.
Imosedas – Imobiliária e Seviços, S.A.	Marvero – Expl.Hoteleira Imob., S.A.
Imosistema – Sociedade Imobiliária, S.A.	MC Property Management S.A.
Imosonae II	MC SGPS, S.A.
Impaper Europe GmbH & Co. KG	MDS Consultores, S.A.
Implantação – Imobiliária, S.A.	MDS Corretor de Seguros, S.A.
Infofield – Informática, S.A.	Mediterranean Cosmos Shop. Centre Investments, S.A.
Inparsa – Gestão Galeria Comercial, S.A.	Megantic BV
Inparvi SGPS, S.A.	Miral Administração e Corretagem de Seguros Ltda
Integrum – Edificios Sustentáveis, S.A.	MJLF – Empreendimentos Imobiliários, S.A.
Integrum – Serviços Partilhados, S.A.	Modalfa – Comércio e Serviços, S.A.
Integrum Colombo Energia, S.A.	MODALLOOP – Vestuário e Calçado, S.A.
Interclean, S.A.	Modelo – Dist.de Mat. de Construção, S.A.
Interlog – SGPS, S.A.	Modelo Cont. Seguros-Soc. De Mediação, Lda
Investalentejo, SGPS, S.A.	Modelo Continente – Oper.Retalho SGPS, S.A.
Invsaude – Gestão Hospitalar, S.A.	Modelo Continente Hipermercados, S.A.
Ipaper – Industria Papeis Impregnados, S.A.	Modelo Continente, SGPS, S.A.
ISF – Imobiliário, Serviços e Participaç	Modelo Hiper Imobiliária, S.A.
Isoroy SAS	Modelo Hipermergados Trading, S.A.
JUST SPORT – Comércio Art. Desporto, S.A.	Modelo.com – Vendas p/Correspond., S.A.
KLC Holdings XII S.A.	Monselice Centre Srl
La Farga – Shopping Center, SL	Movelpartes – Comp.para Ind.Mobiliária, S.A.
Larim Corretora de Resseguros Ltda	Movimento Viagens – Viag. e Turismo U.Lda
Larissa Develop. Of Shopping Centers, S.A.	Mundo Vip – Operadores Turisticos, S.A.
Lazam – MDS Corretora e Administradora de Seguros, S.A.	NA – Comércio de Artigos de Desporto, S.A.
Lazam Corretora, Ltda.	NA – Equipamentos para o Lar, S.A.
LCC LeiriaShopping Centro Comercial SA	NAB, Sociedade Imobiliária, S.A.
Le Terrazze - Shopping Centre 1 Srl	Norscut – Concessionária de Scut Interior Norte, S.A.
Lembo Services Ltd (Euro)	Norte Shop. Retail and Leisure Centre BV
Libra Serviços, Lda.	Norteshopping – Centro Comercial, S.A.
Lidergraf – Artes Gráficas, Lda.	Nova Equador Internacional,Ag.Viag.T, Ld
Lima Retail Park, S.A.	Nova Equador P.C.O. e Eventos
Loureshopping – Centro Comercial, S.A.	Novobord (PTY) Ltd.
Luso Assistência – Gestão de Acidentes, S.A.	Oeste Retail Park – Gestão G.Comerc., S.A.
Luz del Tajo – Centro Comercial S.A.	Operscut – Operação e Manutenção de Auto-estradas, S.A.
Luz del Tajo B.V.	OSB Deustchland Gmbh
Madeirashopping – Centro Comercial, S.A.	Paracentro – Gest.de Galerias Com., S.A.
Maiashopping – Centro Comercial, S.A.	Pareuro, BV
Maiequipa – Gestão Florestal, S.A.	Park Avenue Develop. of Shop. Centers S.A.
Marcas do Mundo – Viag. e Turismo Unip, Lda	Parque Atlântico Shopping – C.C., S.A.
Marcas MC, ZRT	Parque D. Pedro 1 B.V.

Parque D. Pedro 2 B.V.	Proj.Sierra Italy 3 – Shop. Centre Srl
Parque de Famalicão – Empr. Imob., S.A.	Proj.Sierra Portugal III – C.Comerc., S.A.
Parque Principado SL	Proj.Sierra Portugal VIII – C.Comerc., S.A.
Pátio Boavista Shopping Ltda.	Project 4, Srl
Pátio Campinas Shopping Ltda	Project SC 1 BV
Pátio Goiânia Shopping Ltda	Project SC 2 BV
Pátio Londrina Empreend. e Particip. Ltda	Project Sierra 1 B.V.
Pátio Penha Shopping Ltda.	Project Sierra 2 B.V.
Pátio São Bernardo Shopping Ltda	Project Sierra 3 BV
Pátio Sertório Shopping Ltda	Project Sierra 4 BV
Pátio Uberlândia Shopping Ltda	Project Sierra 6 BV
Peixes do Continente – Ind.Dist.Peixes, S.A.	Project Sierra 7 BV
Pharmaconcept – Actividades em Saúde, S.A.	Project Sierra 8 BV
PHARMACONTINENTE – Saúde e Higiene, S.A.	Project Sierra 9 BV
PJP – Equipamento de Refrigeração, Lda	Project Sierra Brazil 1 B.V.
Plaza Eboli B.V.	Project Sierra Charagionis 1 S.A.
Plaza Eboli – Centro Comercial S.A.	Project Sierra Germany Shop. Center 1 BV
Plaza Mayor Holding, SGPS, S.A.	Project Sierra Germany Shop. Center 2 BV
Plaza Mayor Parque de Ócio B.V.	Project Sierra Italy 5 Srl
Plaza Mayor Parque de Ocio, S.A.	Project Sierra Spain 1 B.V.
Plaza Mayor Shopping B.V.	Project Sierra Spain 2 – Centro Comer. S.A.
Plaza Mayor Shopping, S.A.	Project Sierra Spain 2 B.V.
Ploi Mall BV	Project Sierra Spain 3 – Centro Comer. S.A.
Ploiesti Shopping Center (Euro)	Project Sierra Spain 3 B.V.
Poliface Brasil, Ltda	Project Sierra Spain 5 BV
Poliface North America	Project Sierra Spain 6 – Centro Comer. S.A.
POLINSUR – Mediação de seguros, LDA	Project Sierra Spain 6 B.V.
Porturbe – Edificios e Urbanizações, S.A.	Project Sierra Spain 7 – Centro Comer. S.A.
Praedium II – Imobiliária, S.A.	Project Sierra Spain 7 B.V.
Praedium III – Serviços Imobiliários, S.A.	Project Sierra Three Srl
Praedium SGPS, S.A.	Project Sierra Two Srl
Predicomercial – Promoção Imobiliária, S.A.	Promessa Sociedade Imobiliária, S.A.
Prédios Privados Imobiliária, S.A.	Prosa – Produtos e serviços agrícolas, S.A.
Predisedas – Predial das Sedas, S.A.	Publimeios – Soc.Gestora Part. Finan., S.A.
Pridelease Investments, Ltd	Puravida – Viagens e Turismo, S.A.
Proj. Sierra Germany 1 – Shop.C. GmbH	Quorum Corretora de seguros LT
Proj. Sierra Germany 4 (four) – Sh.C.GmbH	Racionaliz. y Manufact.Florestales, S.A.
Proj. Sierra Italy 2 – Dev.of Sh.C. Srl	RASO, SGPS, S.A.
Proj.Sierra 1 – Shopping Centre GmbH	RASO - Viagens e Turismo, S.A.
Proj.Sierra Germany 2 (two) – Sh.C.GmbH	Resoflex – Mob.e Equipamentos Gestão, S.A.
Proj.Sierra Germany 3 (three) – Sh.C.GmbH	Resolução, SGPS, S.A.
Proj.Sierra Italy 1 – Shop.Centre Srl	Rio Sul – Centro Comercial, S.A.
Proj.Sierra Italy 2 – Dev. Of Sh.C.Srl	River Plaza Mall, Srl

Rochester Real Estate, Limited	Sierra Enplanta Ltda
RSI Corretora de Seguros Ltda	Sierra European R.R.E. Assets Hold. B.V.
S. C. Setler Mina Srl	Sierra GP Limited
S.C. Microcom Doi Srl	Sierra Investimentos Brasil Ltda
Saúde Atlântica – Gestão Hospitalar, S.A.	Sierra Investments (Holland) 1 B.V.
SC – Consultadoria, S.A.	Sierra Investments (Holland) 2 B.V.
SC – Eng. e promoção imobiliária,SGPS, S.A.	Sierra Investments Holding B.V.
SC Aegean B.V.	Sierra Investments SGPS, S.A.
SC Assets SGPS, S.A.	Sierra Italy Holding B.V.
SC Mediterraneum Cosmos B.V.	Sierra Management Germany GmbH
SCS Beheer, BV	Sierra Management Hellas S.A.
Selfrio – Engenharia do Frio, S.A.	Sierra Management Italy S.r.l.
Selfrio,SGPS, S.A.	Sierra Management Portugal – Gest. CC, S.A.
Selifa – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Sierra Management Spain – Gestión C.Com.S.A.
Sempre à Mão – Sociedade Imobiliária, S.A.	Sierra Management, SGPS, S.A.
Sempre a Postos – Produtos Alimentares e Utilidades, Lda	Sierra Portugal Fund, Sarl
SERENITAS-SOC.MEDIAÇÃO SEG.LDA	Sierra Property Management, Srl
Serra Shopping – Centro Comercial, S.A.	SII – Soberana Invest. Imobiliários, S.A.
Sesagest – Proj.Gestão Imobiliária, S.A.	SIRS – Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A.
Sete e Meio – Invest. Consultadoria, S.A.	Sistavac – Sist.Aquecimento,V.Ar C., S.A.
Sete e Meio Herdades – Inv. Agr. e Tur., S.A.	SKK – Central de Distr., S.A.
Shopping Centre Colombo Holding, BV	SKK SRL
Shopping Centre Parque Principado B.V.	SKK-DISTRIBUCIÓN DE REFRIG.SRL
Shopping Penha B.V.	SKKFOR – Ser. For. e Desen. de Recursos
Siaf – Soc.Iniciat.Aprov.Florestais, S.A.	SMP – Serv. de Manutenção Planeamento
SIAL Participações Ltda	Soc.Inic.Aproveit.Florest. – Energias, S.A.
Sic Indoor – Gestão de Suportes Publicitários, S.A.	Sociedade de Construções do Chile, S.A.
Sierra Asset Management – Gest. Activos, S.A.	Sociedade Imobiliária Troia – B3, S.A.
Sierra Asset Management Luxemburg, Sarl	Société de Tranchage Isoroy S.A.S.
Sierra Berlin Holding BV	Socijofra – Sociedade Imobiliária, S.A.
Sierra Brazil 1 B.V.	Sociloures – Soc.Imobiliária, S.A.
Sierra Central S.A.S	Soconstrução BV
Sierra Charagionis Develop.Sh. Centre S.A.	Sodesa, S.A.
Sierra Charagionis Propert.Management S.A.	Soflorin, BV
Sierra Corporate Services – Ap.Gestão, S.A.	Soira – Soc.Imobiliária de Ramalde, S.A.
Sierra Corporate Services Holland, BV	Solaris Supermercados, S.A.
Sierra Develop.Iberia 1, Prom.Imob., S.A.	Solinca – Investimentos Turísticos, S.A.
Sierra Development Greece, S.A.	Solinca III – Desporto e Saúde, S.A.
Sierra Developments – Serv. Prom.Imob., S.A.	Solinfitness – Club Malaga, S.L.
Sierra Developments Germany GmbH	Soltroia – Imob.de Urb.Turismo de Tróia, S.A.
Sierra Developments Holding B.V.	Sonae Capital Brasil, Lda
Sierra Developments Italy S.r.l.	Sonae Capital,SGPS, S.A.
Sierra Developments Services Srl	Sonae Center II S.A.
Sierra Developments Spain – Prom.C.Com.SL	Sonae Center Serviços, S.A.
Sierra Developments, SGPS, S.A.	Sonae Financial Participations BV

Sonae Ind., Prod. e Com.Deriv.Madeira, S.A.	Taiber,Tableros Aglomerados Ibéricos, SL
Sonae Indústria – SGPS, S.A.	Tarkett Agepan Laminate Flooring SCS
Sonae Indústria Brasil, Ltda	Tavapan, S.A.
Sonae Industria de Revestimentos, S.A.	Tecmasa Reciclados de Andalucia, SL
Sonae Investments, BV	Teconologias del Medio Ambiente, S.A.
Sonae Novobord (PTY) Ltd	Terra Nossa Corretora de Seguros Ltda
Sonae RE, S.A.	Textil do Marco, S.A.
Sonae Retalho Espana – Servicios Gen., S.A.	Tlantic Portugal – Sist. de Informação, S.A.
Sonae Serviços de Gestão, S.A.	Tlantic Sistemas de Informação Ltdª
Sonae SGPS, S.A.	Todos os Dias – Com.Ret.Expl.C.Comer., S.A.
Sonae Sierra Brasil Ltda	Tool Gmbh
Sonae Sierra Brazil B.V.	Torre Colombo Ocidente – Imobiliária, S.A.
Sonae Sierra, SGPS, S.A.	Torre Colombo Oriente – Imobiliária, S.A.
Sonae Tafibra Benelux, BV	Torre São Gabriel – Imobiliária, S.A.
Sonae Turismo – SGPS, S.A.	TP – Sociedade Térmica, S.A.
Sonae Turismo Gestão e Serviços, S.A.	Troia Market – Supermercados, S.A.
Sonae UK, Ltd.	Troia Market, S.A.
Sonaecenter Serviços, S.A.	Tróia Natura, S.A.
Sonaegest – Soc.Gest.Fundos Investimentos	Troiaresort – Investimentos Turísticos, S.A.
Sondis Imobiliária, S.A.	Troiaverde – Expl.Hoteleira Imob., S.A.
Sontel BV	Tulipamar – Expl.Hoteleira Imob., S.A.
Sontur BV	Unishopping Administradora Ltda.
Sonvecap BV	Unishopping Consultoria Imob. Ltda.
Sopair, S.A.	Urbisedas – Imobiliária das Sedas, S.A.
Sótaqua – Soc. de Empreendimentos Turist	Valecenter Srl
Spanboard Products, Ltd	Valor N, S.A.
SPF – Sierra Portugal Real Estate, Sarl	Vastgoed One – Sociedade Imobiliária, S.A.
Spinveste – Gestão Imobiliária SGII, S.A.	Vastgoed Sun – Sociedade Imobiliária, S.A.
Spinveste – Promoção Imobiliária, S.A.	Venda Aluga – Sociedade Imobiliária, S.A.
Sport Zone – Comércio Art.Desporto, S.A.	Via Catarina – Centro Comercial, S.A.
SRP Development, SA	Viajens y Turismo de Geotur España, S.L.
Tableros Tradema, S.L.	Vuelta Omega, S.L.
Tafiber,Tableros de Fibras Ibéricas, SL	WELL W – Electrodomésticos e Equip., SA
Tafibras Participações, S.A.	World Trade Center Porto, S.A.
Tafisa – Tableros de Fibras, S.A.	Worten – Equipamento para o Lar, S.A.
Tafisa Canadá Societé en Commandite	Worten España, S.A.
Tafisa France, S.A.	Zubiarte Inversiones Inmob, S.A.
Tafisa UK, Ltd	

Empresas do Grupo FT	
France Telecom, S.A.	Atlas Services Belgium, S.A.

ADVERTÊNCIAS

Este documento pode conter informações e indicações futuras, baseadas em expectativas actuais ou em opiniões da gestão. Indicações futuras são indicações que não são factos históricos.

Estas indicações futuras estão sujeitas a um conjunto de factores e de incertezas que poderão fazer com que os resultados reais difiram materialmente daqueles mencionados como indicações futuras, incluindo, mas não limitados, a alterações na regulação, do sector das telecomunicações, condições económicas e alterações da concorrência. Indicações futuras podem ser identificadas por palavras tais como "acredita", "espera", "antecipa", "projecta", "pretende"; "procura", "estima", "futuro" ou expressões semelhantes.

Embora estas indicações reflictam as nossas expectativas actuais, as quais acreditamos serem razoáveis, os investidores e analistas e, em geral, todos os utilizadores deste documento, são advertidos de que as informações e indicações futuras estão sujeitas a vários riscos e incertezas, muitos dos quais difíceis de antecipar e para além do nosso controlo, e que poderão fazer com que os resultados e os desenvolvimentos difiram materialmente daqueles mencionados em, ou subentendidos, ou projectados pelas informações e indicações futuras. Todos são advertidos a não dar uma inapropriada importância às informações e indicações futuras. Não assumimos nenhuma obrigação de actualizar qualquer informação ou indicação futura.

Relatório disponível no site institucional da Sonaecom
www.sonae.com

Contactos para os media e investidores:

Isabel Borgas
Responsável de Comunicação Institucional
isabel.borgas@sonae.com
Tel: +351 93 100 20 20

Carlos Alberto Silva
Responsável pelas Relações com Investidores
carlos.alberto.silva@sonae.com
Tel: +351 93 100 24 44

A Sonaecom SGPS está admitida à negociação na Euronext Stock Exchange.
Informação sobre a sociedade pode também ser consultada na Reuters através do símbolo "SNC.LS" e na Bloomberg através do símbolo "SNC:PL".

Sonaecom SGPS, SA
Rua Henrique Pousão, 432 – 7º
4460-841 Senhora da Hora
Portugal